JOSÉ MÁRIO BRANCO (1942 – 2019)

O REFERENCIAL

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: MARTINS GUERREIRO | N.º 135 | OUTUBRO – DEZEMBRO 2019

UM PROJETO
EPAL
Grupo Águas de Portugal
água circular por natureza

ECONOMIA CIRCULAR

Saiba mais em:
epalcircularpornatureza.pt

4 EDITORIAL

Estado fraco e ineficiente não serve o interesse público, Martins Guerreiro

08 TEMA DE CAPA

Em defesa do serviço público, Guilherme da Fonseca-Statter | **10**;*Ano crítico para o futuro do SNS*, Constantino Sakellarides | **20**; *Longevidade enquanto dilema social*, Jorge Correia Jesuíno | **28**

42 25 DE ABRIL – 45 ANOS

Em nome da verdade histórica, Mário Pinto | **43**
Esclarecimento a Mário Pinto, Manuel M. Guerreiro | **48**
Revolução Portuguesa nos quartéis espanhóis, José Ignacio Dominguez | **50**

56 OPINIÃO

Brexit e a rede britânica offshore, René Tapia | **57**
União Europeia e o Brexit, José Augusto Baptista | **77**
Planeta saudável, pessoas saudáveis: é a hora de agir, Cristina B. B. Guerreiro | **80**

90 OBITUÁRIO

Até à vitória final, Mário Tomé | **92**
Nome maior da música portuguesa | **93**
Morreu o mais português dos cantores espanhóis | **96**
O comandante de convicções inabaláveis | **97**

98 BOLETIM

Prémio Fernando Namora 2018 | **98**
Convites referencial | **101**

102 JANGO

Frustração das primaveras árabes, Pedro de Pezarat Correia | **102**

MARTINS GUERREIRO

ESTADO FRACO E INEFICIENTE

NÃO SERVE O INTERESSE PÚBLICO

Neste número de *O Referencial* escolhemos para tema de capa o Serviço Público e esperamos aprofundar este assunto em números futuros.

Solicitámos o contributo de pessoas que têm estudado e reflectido sobre o tema para iniciar o debate sobre o que é o Serviço Público, a sua importância na sociedade moderna e nos Estados de direito de matriz social.

Os Estados, para desempenhar as suas funções de soberania e prestar serviços públicos ao conjunto dos cidadãos, foram desenvolvendo vários corpos de Estado específicos e um corpo administrativo, imbuídos de uma deontologia profissional e de uma ética de bem comum e interesse geral, actuando com justiça, imparcialidade e proporcionalidade no respeito pelos direitos e interesses dos cidadãos.

É na prestação de serviços à sociedade e aos cidadãos que o Estado e os seus funcionários encontram a sua razão de ser e a sua legitimidade. É fundamental que quem exerce funções públicas disponha de conhecimentos indispensáveis para o efeito, tenha assimilado os valores e princípios da prestação de um serviço público e não confunda a coisa pública com a atividade privada.

Guilherme Fonseca Statter – "Em Defesa do Serviço Público" – mostra a importância e a necessidade de uma administração pública capaz de responder às exigências do exercício de soberania e de intervir na governação social e económica da sociedade, o que pressupõe um Estado bem apetrechado, com quadros técnicos devidamente habilitados e servidores motivados e competentes.

Um Estado fraco e ineficiente não serve o interesse público nem o funcionamento da sociedade como um todo. Uma sociedade saudável e soberana exige a intervenção activa e eficaz dos serviços públicos.

Jorge Correia Jesuíno em –"Longevidade"– aborda as lógicas liberais do actual pensamento único que tendem a colocar fora do sistema um elevado número de pessoas, as racionalidades individuais podem gerar uma irracionalidade coletiva. A vida humana não pode ser negociável, a solidariedade intra e inter-geracional é fundamental se quisermos uma sociedade sem excluídos, sem vítimas do estilo de vida cada vez mais hedónico e individualista.

Não podemos aceitar a redução da solidariedade ao assistencialismo. O Estado será tanto mais social quanto maior atenção prestar ao que é público e ao bem comum.

Constantino Sakellarides, no seu artigo "2020 ano crítico para o futuro do SNS", mostra-nos a importância fundamental e estruturante do Serviço Nacional de Saúde (SNS) no nosso sistema de saúde. Salienta a falta de qualidade que ocorreu no debate público a propósito da nova Lei de Bases da Saúde, analisando as tensões tóxicas criadas ou amplificadas que é necessário superar para que o Serviço Nacional de Saúde se consolide e corresponda aos anseios dos cidadãos. É importante que o Poder defina o tipo de racionalidade que pretende para o SNS e que os profissionais de saúde estejam motivados com condições de trabalho e aceitável remuneração.

Embora fora do âmbito do tema de capa, mas com grande influência sobre o que se passa no nosso País, convidámos René Tapia e Cristina Guerreiro para nos falarem sobre o Brexit e o Planeta Terra - estado do ambiente e relação com a sociedade.

René Tapia trata o processo do Brexit articulando-o com o sistema *offshore* global e a importância desse sistema para o Reino Unido. Percebe-se, assim, o que é a "indústria" financeira inglesa e o peso na sua economia. René Tapia revela o braço *offshore* do sistema financeiro global, o capital sem rosto e as grandes corporações multinacionais que o utilizam, reduzindo ao mínimo os impostos que pagam.

Cristina Guerreiro em "Planeta sustentável, pessoas saudáveis", com base em quatro relatórios fundamentais publicados em 2019, de âmbito

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES

Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo
Data: 2019
Dimensão: 90 x 70 cm
Mancha: 76x57,5 cm
Tiragem: 199 exemplares
Editor: Associação 25 de Abril
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

> Valor de venda ao público: 1.200,00€
> Valor para Sócios da A25A: 900,00€
> Valor de lançamento, exclusivamente destinado aos Sócios da A25A, com quotização regularizada e no máximo de 2 exemplares por sócio,cuja inscrição/pagamento tem prazo limitado até 31 de Julho de 2019: 600,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

EDITORIAL

europeu e mundial, trata o ambiente à escala global. Para assegurar um desenvolvimento sustentável, o bem estar humano e o do planeta, é indispensável a mudança dos paradigmas de produção e crescimento que nos conduzem a desigualdades crescentes, à irracionalidade e ao desperdício e escassez de recursos.

Também aqui se constata que a racionalidade individual ou empresarial está a conduzir a humanidade e as espécies vivas para o desastre.

Ainda sobre as comemorações do 45º aniversário do 25 de Abril, publicamos uma carta do coronel Mário Pinto.

José Ignácio Dominguez enviou-nos um artigo do maior interesse sobre a União Militar Democrática (UMD) e o 25 de Abril, reforçando uma ideia que nos é muito cara - a dimensão e influência internacional do 25 de Abril e seus valores.

É com muito gosto que assinalamos a atribuição do prémio Fernando Namora ao capitão de Abril, Carlos Matos Gomes.

No obituário, prestamos homenagem ao nosso associado José Mário Branco que partiu para outro espaço, deixando o testemunho da sua coerência, luta e criatividade como autor, cantor e músico de grande rigor ético, estético e profissional. Tal como José Afonso, a sua obra e o seu exemplo inspirarão as novas gerações na luta pela dignidade e por uma sociedade mais justa e solidária.

Prestamos também homenagem ao capitão-de--mar-e-guerra António Vieira Nunes, militar de Abril antes de Abril , que desde muito cedo se empenhou na luta por uma cidadania activa e informada no Clube Militar Naval e nas unidades navais onde prestou serviço, estimulando a reflexão e crítica dos mais jovens. O comandante Viera Nunes foi um dos construtores da nossa democracia e o seu exemplo continuará a inspirar-nos

Pezarat Correia, na coluna Jango, trata o tema das primaveras árabes com a lucidez e o saber que fazem da leitura dos seus textos um motivo de interesse e proveito. Desta vez fornece as "chaves" para um melhor entendimento e interpretação do mundo árabe.

Por cessação de funções na A25A, António Belo deixou de colaborar com *O Referencial*. O n.º 134 já não contou com a sua colaboração. Durante cerca de vinte anos, António Belo fez parte da equipa e esteve em todas as fases da sua transformação. Além de revisor, corrector de textos, assistente editorial e fotógrafo quando necessário, foi elemento imprescindível na fase da edição gráfica e alinhamento dos textos de cada número. Deve-se em parte ao seu trabalho e saber o sucesso e a qualidade atingidos pela revista.

Agradeço a António Belo toda a colaboração e apoio que nos dispensou, sendo uma mais valia na minha adaptação às funções de director da revista.

O Referencial congratula-se com a saída do hospital e o regresso a casa do Presidente da Direção da A25A – Vasco Lourenço.

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

Manuel de Almeida, Lusa

Direitos Reservados

Em condições de alguma normalidade social e económica, ou em condições de relativa igualdade de oportunidades de emprego, quando as funções de serviço público são desprestigiadas ou menos apreciadas é normal que os cidadãos mais qualificados procurem trabalhar noutros quaisquer sectores de actividade

GUILHERME DA FONSECA-STATTER*

COISA PÚBLICA E ECONOMIA POLÍTICA. Em jeito de esboço de pano de fundo a uma defesa do Serviço Público, talvez seja útil trazer à colação algumas reflexões dos autores clássicos sobre estes temas.

Começando com John Stuart Mill (1806-1873), este autor – no seu livro *Princípios de Economia Política – Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social* – chama a atenção para uma "tendência dos lucros em direcção a um mínimo" (capítulo IV do Volume III – *Edição Nova Cultural*, 1988). Nesse capítulo, o referido J. S. Mill procura fazer uma súmula da discussão, então normal, das várias explicações avançadas para o fenómeno, empiricamente constatado por todos os agentes económicos e sociais envolvidos, designadamente industriais, comerciantes, banqueiros e economistas.

Poder-se-á discordar das diversas explicações apresentadas, mas o facto empiricamente constatado, por gerações de observadores, era o de que havia no sistema económico, uma tendência para o esgotamento progressivo do principal incentivo para a sua dinâmica histórica de acumulação e expansão. Sendo que esse incentivo era o da obtenção e maximização do lucro. Incentivo legítimo e que trazia muitos benefícios à sociedade como um todo, mas que trazia também algumas consequências lógicas, resultantes da própria motivação dos agentes individuais, dispersos e sem coordenação central.

Deste contexto histórico será relativamente fácil d deduzir que, face ao referido esgotamento progressivo das oportunidades de investimento reprodutivo e lucrativo, o normal seria que os detentores de capital, para ser investido, se virassem para os sectores de actividade que, entretanto, tivessem "caído" no domínio público, designadamente os transportes colectivos e respectivas estruturas físicas. Daí resultou o aparecimento do instrumento jurídico "parcerias público privadas (PPP)".

EM RIGOR, A IDEIA DE UM CORPO ADMINISTRATIVO DA COISA PÚBLICA BEM PREPARADO E POR CONSEGUINTE MAIS EFICIENTE NO DESEMPENHO DAS SUAS FUNÇÕES NÃO É, DE TODO, APANÁGIO DA EUROPA

Neste contexto histórico, importa também frisar a defesa ideológica de uma intervenção mínima do Estado em termos de regulação, a qual vem dos primórdios da Revolução Industrial, assim como em termos de prestação de quaisquer serviços tidos como sendo de "interesse público". Algo que, em termos de História de longo prazo, veio a reemergir (com mais evidência) a partir do fim dos anos Oitenta do século XX. Poder-se-á dizer que se passou então a viver no ideal Tatcheriano, *avant la lettre*, do "menos Estado, melhor Estado".

Entretanto, e ainda num plano de História de longo prazo, no lado continental da Europa, e em contraponto com o liberalismo económico[1] prevalecente na Revolução Industrial britânica, emergia uma potência industrial sob os auspícios de um Estado fortemente centralizador, no sentido de forte disciplinador

da "coisa estatal", ainda que não necessariamente avesso à iniciativa empresarial privada. Bem pelo contrário.

CAMERALISMO...

Estamos naturalmente a referir-nos à Alemanha de matriz prussiana e do predomínio da Regra Administrativa, sistema que veio a ser conhecido por Cameralismo. A sua principal característica era a existência de uma burocracia eficiente que garantisse a maior produtividade, quer na produção de bens, quer na prestação de serviços, tendo como objectivo último o fortalecimento do bem-estar social colectivo e, por inerência, o poder (ou autonomia) internacional do Estado.Foi também na mesma Alemanha que veio a surgir a teorização formal da burocracia[2], como sistema social de cariz administrativo, em que predomina o poder da regra e, no caso da escolha de pessoas para a execução de tarefas, o predomínio do mérito, comprovado através de concursos e provas de desempenho.

Em rigor, a ideia de um corpo administrativo da coisa pública bem preparado e por conseguinte mais eficiente no desempenho das suas funções não é, de todo, apanágio da Europa. Ao longo dos séculos tem havido vários exemplos de excelência no serviço público.Na China da dinastia Tang[3] foi adoptado e formalizado o sistema de mandarinato, para o qual eram recrutados os súbditos do Imperador que, através de exames rigorosos, se revelassem mais aptos para o desempenho de funções administrativas. Pelo que nos dizem os historiadores, as aldeias quotizavam-se para propiciar a melhor instrução possível aos jovens que se manifestassem mais aptos para essa instrução. O resultado terá sido uma administração pública eficiente, garante da perenidade do Estado chinês durante séculos. O problema que aqui se pôs foi a emergência de uma certa forma de "ossificação" do sistema, tendencialmente hostil à inovação de ideias e de práticas.

Com a emergência na Europa do moderno Estado-nação, emergiu também neste continente a necessidade de uma administração pública capaz de responder às necessidades do exercício da soberania e de garantia da capacidade de intervenção por parte do Soberano. São conhecidos os nomes de alguns dos "ditadores esclarecidos" que, justamente por promoverem a existência de um aparelho administrativo que fosse capaz de garantir uma mais eficiente gestão dos recursos naturais e humanos do respectivo Estado-nação, ganharam direito àquela designação. O caso mais celebrado é o do Cameralismo de fins do século XVIII e princípios do século XIX. Poderá dizer-se que era também o poder do controle das finanças públicas a sobrepor-se ao poder do controle da "coisa pública" por via da força de armas de repressão, pura e dura.

Deve assim assinalar-se que, enquanto as ideias de intervenção activa do Soberano na governação da "coisa pública" emergiam com alguma força no Continente Europeu, nas Ilhas Britânicas continuava (e continua) a predominar a simbiose activa dos poderes do Soberano e dos poderes dos mercadores. No caso da Europa Continental, no entanto, depois da Revolução Francesa e da propaganda e divulgação das ideias económicas de Jean-Baptiste Say, deve assinalar-se em França, em contraponto,

COM A EMERGÊNCIA NA EUROPA DO MODERNO ESTADO-NAÇÃO, EMERGIU TAMBÉM NESTE CONTINENTE A NECESSIDADE DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CAPAZ DE RESPONDER ÀS NECESSIDADES DO EXERCÍCIO DA SOBERANIA E DE GARANTIA DA CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO POR PARTE DO SOBERANO

António Cotrim, Lusa

uma como que rebelião em que os mercadores pugnam pela noção de *"laissez faire, laissez passer"*. Isto, apesar do período da governação do General De Gaule[4] e do predomínio, durante poucas décadas, das ideias então propugnadas pelos diplomados da *"École Nationale d'Administration"* e pelos quadros técnicos do *"Commissariat du Plan"*[5].

As observações empíricas em vários períodos da História, assim como em vários quadrantes geográficos, confirmam a asserção de que as funções sistémicas de um Serviço Público[6] em qualquer país estão inextricavelmente interlaçadas com a eficiência de governação social e económica desse qualquer país.

DESDE A CONTRA-REVOLUÇÃO INICIADA POR MARGARET THATCHER E RONALD REAGAN, TEM PREDOMINADO POR ESSE MUNDO FORA A IDEIA DE "MENOS ESTADO, MELHOR ESTADO"

NAÇÃO POLITICAMENTE ORGANIZADA

Entretanto, o Estado já tem sido definido como sendo a "Nação politicamente organizada". Ou seja, é o Estado e quem aí decide sobre o exercício do poder, o responsável pela condução dos destinos dessa "Nação politicamente organizada". E é neste contexto que me vem à memória uma famosa estrofe de Luís de Camões[7]. Ainda neste contexto, deve reconhecer-se que sempre haverá quem defenda a ideia de que um Estado forte tenderá a coartar muitas das liberdades individuais, mesmo algumas das mais legítimas. Uma tal possibilidade não deveria servir para argumentar contra a existência e operacionalidade de um Estado dotado de um Serviço Público capaz e eficiente. O que, como resulta natural, exige a disponibilidade e a entrega motivacional do pessoal administrativo e dos quadros técnicos, devidamente habilitados para o desempenho das suas funções. Em condições de alguma normalidade social e económica ou em condições de relativa igualdade de oportunidades de emprego, quando as funções de serviço público são desprestigiadas ou menos apreciadas é normal que os cidadãos mais qualificados procurem trabalhar noutros quaisquer sectores de actividade.

Voltando ao tema do campo da Economia Política, sabe-se hoje que a ideia de John Maynard Keynes era a de *salvar o Capitalismo dos próprios capitalistas*. Outra maneira de dizer que era necessário regular fortemente as actividades económicas para minimizar as consequências menos positivas, resultantes da dinâmica das chamadas "forças do mercado" (entregues a si mesmas). Para isso, aquele ilustre economista advogava a existência de um Estado forte, capaz de conduzir a economia (e por extensão o resto da sociedade).

Acontece, e é do conhecimento comum, que, desde a contra-revolução iniciada por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, tem predominado por esse mundo fora a ideia de "menos Estado, melhor Estado", sendo que uma tal ideia tem sido apresentada mais como um anúncio publicitário do que como um argumento devidamente sustentado na lógica e em observações empíricas. Foram poucos os países que, até agora, escaparam a essa onda ideológica. Alguns desses países vêem de uma longa tradição de lutas de libertação e reconstrução nacional em conjunção com uma forte e enraizada cultura de governação estatal.[8]

AS NECESSIDADES A GARANTIR, DE MODO A QUE UMA SOCIEDADE SAUDÁVEL E SOBERANA POSSA FUNCIONAR, EXIGEM A INTERVENÇÃO ACTIVA E EFICAZ DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Quando se procura elaborar um modelo computacional de uma qualquer sociedade, é necessário definir com rigor matemático quais as diversas funções sistémicas desempenhadas por quais agentes sociais e quais as motivações dos diversos tipos de agentes sociais envolvidos, sejam eles de cariz eminentemente económico, social, político ou cultural. Nessa definição, e em última análise, vem a verificar-se que o sentido da marcha geral do sistema, depende da relação de poder (de decisão) entre dois tipos ideais de agentes: o "Soberano" e os "Mercadores"[9].

FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA

A este respeito penso ser interessante trazer à colação as ideias de um dos primeiros autores a debruçar-se sobre o funcionamento da economia. Um dos primeiros economistas do período clássico foi François Quesnay. Foi médico (autodidacta) e um dos fundadores da chamada Escola Fisiocrata. Isto porque utilizava a metáfora do corpo humano para estudar a circulação dos bens económicos ao longo do corpo social. Ainda hoje a sua ideia de circulação na economia é usada sob a forma de análise matricial dos fluxos no corpo económico.

Pois bem, utilizando esta metáfora diremos então que, para o bom funcionamento do corpo social a que chamamos Estado-nação, é fundamental a existência de um "cérebro" com amplo e regular conhecimento das condições ambientais, assim como que o mesmo seja dotado de uma capacidade de intervenção para acudir a quaisquer situações de desequilíbrio funcional. Tal como no corpo humano não se espera que a mente, consciente de si mesma, intervenha a todo o tempo para regular o bater do coração, ou o

ritmo da respiração, ou o bater das pálpebras dos olhos (tudo isso está delegado em órgãos subsidiários de regulação, mais ou menos, automática), também não se deverá esperar que o Estado (e os seus órgãos de governação) intervenha em todos os detalhes do funcionamento do sistema, como um todo. Mas algumas funções são, no entanto, cruciais e cabem por inteiro no órgão central de regulação a médio e longo prazo, das diversas funções sistémicas, cruciais para o bom funcionamento da Sociedade como um todo.

Neste contexto, poderemos então avançar com uma breve listagem do que serão então essas funções sistémicas fundamentais, de modo independente da organização política que os cidadãos em geral entendam por melhor adoptar.

Essas funções[10] serão, então, numa listagem muito sumária, a instrução e educação cívica, a manutenção da saúde e da sanidade pública, a garantia de direitos e de isenção na resolução de conflitos (que sempre emergem em qualquer sociedade), a garantia de estruturas para uma eficiente circulação de bens e serviços, a comunicação social e a garantia de fidelidade e isenção nos registos de todos os dados necessários à vida social.

A listagem das necessidades básicas, para uma vida digna de ser vivida, nestas primeiras décadas do século XXI, quer em sociedades industrializadas, quer em sociedades menos desenvolvidas, mas que, legitimamente aspiram a um desenvolvimento social e económico digno, não tem, necessariamente, de ser muito extensa. Podemos, aliás, trazer aqui à colação a hierarquia de necessidades básicas (aplicáveis aos indivíduos e aos grupos, diga-se de passagem), elaborada pelo psicólogo norte-americano Abraham Maslow.

Nesse contexto, pode parecer uma banalidade dizer-se que as necessidades mais básicas dos seres humanos e, por extensão, das sociedades, são aquelas que se prendem com a Fisiologia, logo com a Saúde[11]. Consideramos aqui que a Saúde, sendo também (ou mesmo sobretudo) um "bem comum", é, sobretudo, um bem pessoal com um particular grau de urgência de resolução de eventuais desequilíbrios. Por outras palavras, poderá dizer-se que "a doença não espera".

A habitação, o vestuário e o calçado assim como a alimentação a um nível necessário e suficiente para a manutenção de uma vida saudável, são outras necessidades comuns a todos os membros de uma qualquer sociedade. Muitas dessas necessidades não exigem uma excessiva intromissão dos poderes públicos. No entanto, caberá sempre ao Estado o papel de regulação e de garante do bom funcionamento das instituições que normalmente emergiram com os processos de industrialização.

INSTRUÇÃO PÚBLICA

Mas, as necessidades que devem ser garantidas de modo a que uma sociedade saudável e soberana possa de facto funcionar, já exigem a intervenção activa e eficaz de serviços públicos. Mais concretamente, uma extensa ou compreensiva *Instrução P*ública, a todos os níveis de ensino, a qual garanta a renovação permanente de trabalhadores devidamente qualificados, e isto para todos os níveis de responsabilidade profissional e nos mais diversos sectores de actividade. Igualmente imprescindível é o funcionamento regular de um *Serviço Nacional de Saúde* que garanta a manutenção, quer da força de trabalho que, entretanto, se qualificou, quer da cidadania em geral e até para fins do muito simples e pragmático usufruto da Vida.

Manuel de Almeida, Lusa

Associada a este requisito básico de um *Serviço Nacional de Saúde*, o Estado tem também a obrigação institucional de garantir a sanidade pública,[12] não só em termos de limpezas de espaços públicos, mas também o controle da qualidade sanitária, dos múltiplos produtos que os diversos sectores de produção e distribuição colocam à venda para consumo.

Um terceiro tipo de serviço público que só o Estado deveria estar apto a garantir a todos os cidadãos será o da Justiça. E, no entanto, vamos também assistindo a tentativas de privatização da Justiça, através da criação ou institucionalização de "tribunais arbitrais", ao mesmo tempo que assistimos a um degradar dos tempos de processamento e resolução de quaisquer causas que só se podem resolver pelo recurso a tribunais isentos e eficientes.

Relativamente a estes três tipos de serviços de índole eminentemente pública, a questão crucial que sempre se levantou foi a do seu financiamento. No caso da Instrução Pública e do seu alegado custo para a sociedade como um todo, lembro aquele aforismo que nos diz algo como *se você pensa que a instrução é cara, experimente a ignorância*. Claro que sempre haverá quem queira esgrimir o argumento de que *quem quer instrução paga-a*. Ou, ainda, que os pais das crianças têm o direito a escolher qual a instrução mais adequada para os seus filhos. Trata-se aqui de um argumento algo falacioso, pois que, em acréscimo à instrução pública (de interesse para a sociedade como um todo) os pais de quaisquer crianças sempre poderão propiciar aos seus filhos a instrução complementar que melhor entenderem. A este respeito, note-se, quem esgrime este tipo de argumento tem, quase sempre, meios económicos para propiciar aos seus filhos o almejado complemento de instrução.

Por outro lado, mesmo que se aceite aqui alguma hierarquia nas diversas funções sistémicas, haverá também que lembrar a necessidade da existência de transportes públicos eficientes que garantam uma mais eficiente utiliza-

ção dos recursos humanos de todas as classes trabalhadoras[13].

Em resumo, toda e qualquer sociedade que se queira minimamente saudável e soberana, necessita de uma população constituída por pessoas saudáveis, instruídas e com sentido cívico. Tal não significa a necessidade de um Estado que se ocupe de "tudo e mais alguma coisa", nem que tenha como grande preocupação vigiar e controlar os seus cidadãos. Mas significa, certamente, a necessidade de um Estado que se assuma como garante, básico e fundamental, de serviços públicos que garantam a satisfação plena daquelas necessidades comuns a toda a população: saúde, instrução e civismo (leia-se serviços de Justiça). A alternativa, infelizmente, será a de um Estado meramente manajeiro que, à semelhança do que sucedia no Alentejo de outros tempos de má memória, se limite à gestão corrente da "força-de-trabalho" que se vai apresentando nos diversos sectores de actividade.

EQUIDADE NOS IMPOSTOS

Voltando à questão do financiamento, e até porque essa questão afecta igualmente o financiamento da Justiça e de todo os outros serviços públicos (registos, segurança, redes viárias e outras estruturas), deve aqui lembrar-se a questão crucial da cobrança equitativa de impostos. Houve um tempo, nas diversas instâncias nacionais do sistema capitalista, em que o Estado cobrava substancialmente mais impostos (em termos percentuais, claro), quer às grandes empresas, quer aos seus quadros directivos de topo. Em fins dos anos Sessenta do século XX, era banal as taxas de impostos de tipo IRC[14] atingirem em vários países, os 45%. A correspondente taxa *marginal* de impostos de tipo IRS[15], por sua vez, atingia os 90%. Acontece que ao longo das últimas décadas, as empresas privadas de maior dimensão em todo o mundo, conseguiram o feito inaudito de colocar os Estados soberanos a concorrer uns com os outros pelos "favores do seu investimento e actividade". Tendo em consideração os limites "quase físicos" da capacidade das diversas classes trabalhadoras para sustentar um Estado minimamente eficaz[16], espero que se torne evidente a urgente necessidade de os Estados "arrepiarem caminho" e começarem, outra vez, a cobrar impostos de modo proporcional à riqueza que vai sendo criada[17].

ESPERO QUE SE TORNE EVIDENTE A URGENTE NECESSIDADE DE OS ESTADOS "ARREPIAREM CAMINHO" E COMEÇAREM, OUTRA VEZ, A COBRAR IMPOSTOS DE MODO PROPORCIONAL À RIQUEZA QUE VAI SENDO CRIADA...

*Sociólogo, PhD

1 Esta ideologia defende a ideia de que é o jogo dos agentes económicos entregues a si mesmos, aquilo que garante a optimização na alocação e utilização dos recursos ao dispor de uma qualquer sociedade. Esta tese, não só carece de demonstração positiva, como já foi demonstrado que, pelo contrário, a cooperação se revela mais eficiente para todos os participantes do que a sua competição. A esse respeito, veja-se a obra do Prémio Nobel da Economia, John Nash (1928-2015) e a sua *Teoria dos Jogos*.

2 Max Weber – *Economy and Society – An Outline of Interpretive Sociology*, *University of California Press*, Berkeley Los Angeles USA, 1978.

3 Desde o ano 618 até 907 da era corrente.

4 Uma espécie de interregno numa tendência de longo prazo.

5 A França está assim, desde há várias décadas, entregue à liberdade de iniciativa de empreendedores privados e com um mínimo de intervenção por parte do Estado, tal como o Reino Unido, ainda que este em menor grau.

6 "Um Serviço Público" quer aqui dizer "a generalidade dos serviços públicos, em qualquer país".

7 "Que um fraco Rei faz fraca a forte gente" - Canto III, Estrofe 138.

8 O caso emblemático será o da China, mas, em certa medida, também se poderá mencionar o caso da Índia, ambos países com planos estatais de desenvolvimento económico. O que, naturalmente, implica a existência e funcionamento de serviços públicos adequados às respectivas funções.

9 Assinale-se que enquanto o poder do "Soberano" é suposto estar concentrado numa estrutura social administrativa com o exclusivo do uso da força coerciva, o poder dos "mercadores" é suposto estar disperso e ser de caracter transfronteiriço, ou seja, ter uma mobilidade que permite aos seus agentes individuais escaparem à força coerciva de um qualquer Estado específico.

10 Deve aqui assinalar-se que grande parte dessas obrigações do Estado estão formalmente inscritas na Constituição da República.

11 A qualidade do ar que se respira, a alimentação para manter o corpo em bom funcionamento, o descanso diário e o equilíbrio homeostático.

12 Este será um exemplo ilustrativo daquilo a que os economistas gostam de chamar de "tragédia da coisa comum". A expressão aparece pela primeira vez em Inglês - *the tragedy of commons* - para exprimir o dilema ou extrema dificuldade de os poderes públicos controlarem e garantirem a qualidade no acesso a bens fundamentais para a vida em sociedade, como a qualidade do ar nas cidades, a qualidade da água nos rios e lagos.

13 Mesmo considerando uma maior flexibilidade de horários de trabalho, a verdade é que os tempos e as distâncias a percorrer nas maiores aglomerações urbanas e o desgaste que isso provoca em todos os cidadãos que se têm de deslocar de modo regular para locais de trabalho, deverão levar o Estado a considerar a necessidade de uma maior eficiência na prestação dos serviços colectivos de transportes, os quais há muito se transformaram num serviço público imprescindível. Uma outra linha ou vector de resolução deste tipo de problemas será o da redução sistemática – ainda que gradual – dos horários de trabalho, com desfasamentos das horas de entrada e saída para centenas de milhares de trabalhadores. Vivemos todos ainda, claramente, com a síndrome do taylorismo industrial e organizativo.

14 Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas.

15 Imposto sobre a última fracção individual (o aumento) do Rendimento de Pessoas Singulares.

16 Falo aqui em limites "quase físicos" na medida em que estou a pensar na fisiologia – os corpos concretos – e nas respectivas necessidades em energia (no sentido mais amplo) das famílias que constituem uma qualquer sociedade.

17 A este respeito permito-me remeter para o meu livrinho, *O Escândalo da Dívida e o Sistema Offshore*.

Direitos Reservados

ANO CRÍTICO PARA O FUTURO DO SNS

Não se pode esperar de 2020 uma solução para todos os problemas acumulados. Mas é obrigatório que aconteçam passos decisivos na direção certa. Daqui a extrema importância do primeiro ano da segunda legislatura. Para um Bom Ano na Saúde esperamos boas lideranças na saúde

PARA 2020 O FINANCIAMENTO DA SAÚDE AUMENTOU, MAS CONTINUARÁ A SER INSUFICIENTE

CONSTANTINO SAKELLARIDES*

A HERANÇA DE UMA DÉCADA. A última foi particularmente ameaçadora para a sobrevivência e desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde (SNS). A receita da "austeridade", prescrita pelo "Programa de Ajustamento Económico e Financeiro" para a primeira metade da década, enfraqueceu financeiramente o SNS, envelheceu as suas infraestruturas e equipamentos, favoreceu a saída dos seus profissionais mais experientes para o setor privado e para o estrangeiro.

Na última legislatura deram-se alguns passos para estancar e reverter a tendência de degradação do SNS, nomeadamente através de um aumento discreto do seu financiamento e da contratação de novos profissionais de saúde.

No entanto, esse esforço ficou bem aquém do mínimo necessário: Não se antecipou a mais que previsível "onda reivindicativa" das profissões de saúde face à deterioração das suas condições de trabalho; acentuou-se uma já evidente aceleração da "sangria" de profissionais qualificados do SNS sem qualquer iniciativa significativa para a suster; a melhoria no financiamento foi contrariada por mecanismos centralizados de autorização de despesa que mantiveram o estrangulamento financeiro das unidades do SNS, obrigaram a uma gestão ineficiente e a uma dívida irresolúvel.

A substituição da Lei de Bases da Saúde de 1990, por uma outra que recentrou o sistema de saúde português no Serviço Nacional de Saúde, foi positiva. Mas, a qualidade do debate público que a acompanhou, nem por isso. Deixou-se que prevalecesse na opinião pública a ideia errónea de que a nova Lei de Bases comporta uma "solução radical", contra a existência de um setor social e privado no sistema de saúde português. Nada menos verdadeiro. Nunca foi posta em causa a importância do setor privado e social. Foram corrigidas disposições da Lei de Bases anterior, que no seu conjunto punham em causa, a prazo, a existência do SNS.

IMPORTÂNCIA DO ANO 2020

Pode argumentar-se que na primeira legislatura pós-troika – que haveria de devolver salários e pensões, diminuir o desemprego, melhorar a economia e manter uma disciplina orçamental razoável – dificilmente seria possível fazer muito melhor.

Por outro lado, é verdade que, em matéria de reformas significativas, aquilo que não se consegue iniciar no princípio de uma legislatura dificilmente se fará nos últimos anos.

Daqui a extrema importância do primeiro ano da segunda legislatura.

Não se pode esperar de 2020 uma solução para todos os problemas acumulados. Mas é obrigatório que sejam dados passos decisivos na direção certa.

É lícito pensar que, com mais uma legislatura perdida, dificilmente o SNS sobreviverá como referência estruturante do nosso sistema de saúde.

Sendo os "Programas de Governo" o que são – identificam mais ou menos razoavelmente os domínios da ação do governo, mas dizem

muito pouco sobre como, de facto, se intervém – o primeiro grande debate público e político acabará por ter lugar por ocasião da apresentação, discussão, aprovações e início da implementação do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2020.

"TENSÕES TÓXICAS" PARA O SNS

Não se sai de um subfinanciamento prolongado, dos seus efeitos acumulativos e do "ciclo vicioso de desconfianças mútuas" que este subfinanciamento crónico perpetua, de uma só vez, repentinamente.

Este ciclo vicioso de desconfianças mútuas tem pelo menos quatro facetas evidentes:

Entre as necessidades de saúde a população e natureza da estratégia orçamental: A estratégia orçamental subjacente ao OGE 2020 mantém-se inalterada em relação ao passado recente. Em primeiro lugar, estão as considerações de caráter financeiro, do que resulta o primeiro superavit orçamental (0,2 % do PIB) da democracia portuguesa. Este apresenta-se como um sinal muito visível da política das "contas certas", que satisfaz os mercados financeiros e as expetativas das instituições europeias, constituindo-se também como uma "reserva" face às incertezas políticas e económicos que se perscrutam no horizonte. As necessidades do bem-estar e da saúde vêm sempre a seguir e, por conseguinte, acabam por ficar muito aquém do necessário. É sofrimento real hoje, em nome da prevenção de um eventual aumento do sofrimento no futuro, assim, "sem fazer essas contas".

"SAÚDE" E AS "FINANÇAS"

As "finanças", que sabem que só parcialmente respondem às necessidades financeiras do SNS, desconfiam que os recursos disponibilizados não serão bem geridos, mantém uma vigilância apertada sobre a despesa, inviabilizando frequentemente a utilização de verbas já orçamentadas.

Na saúde, a insuficiência financeira gera dívidas que tendem a piorar a eficiência do SNS. A falta de previsibilidade financeira, por outro lado, conduz a uma gestão de curto prazo, de emergência em emergência, necessariamente ineficaz e ineficiente, que mina constantemente a confiança dos diferentes atores na sua gestão e bloqueia qualquer propósito de descentralizar as decisões para níveis de maior proximidade no SNS.

Sem condições para investir no seu desenvolvimento, o SNS é obrigado a "comprar fora".

Disse o responsável do IPO de Lisboa, numa entrevista recente:

"... noutro dia fizemos as contas e neste momento 15% a 20% da nossa atividade clínica no IPO já é feita em *outsourcing* ... tem aumentado ao longo do tempo muito pela incapacidade em reter profissionais, o tempo que demoram a chegar as autorizações e pela dificuldade em concorrer com o privado".

GOVERNO E PROFISSÕES DA SAÚDE

As profissões da saúde não sentem apreço pelo seu trabalho. Primeiro, queixam- se das condições de trabalho, alguns, depois, pedem para trabalhar menos tempo, para finalmente saírem sobrecarregando os que ficam.

O que fez, entretanto a "administração"? "Não tomou conhecimento". Estas situações criam as condições necessárias para um clima reivindicativo múltiplo e de curto prazo, por vezes de forma insensível aos seus efeitos sobre os doentes, justificado pela denúncia constante de situações anómalas, amplificadas na comunicação social. Este "ruído" crescente e a dificuldade em contrapor-se soluções imediatas, acentua a desmoralização profissional e preocupa as pessoas que dependem do SNS.

SETOR PÚBLICO E PRIVADO

O setor privado na prestação dos cuidados de saúde tem crescido visivelmente no decurso da última década, em parte com base no financiamento público da saúde. Esta expansão resulta da estratégia de desenvolvimento do setor privado e também da falta de qualquer planeamento visível pelo Estado quanto a que "mistura" público/privado melhor corresponde ao SNS que queremos ter e às necessidades das pessoas. Das tensões resultantes da ausência deste tipo de racionalidade, o SNS sai sempre a perder.

É manifestamente urgente começar a superar este grave conjunto de tensões de mau prognóstico e iniciar ciclos virtuosos de transformação e desenvolvimento do SNS. Adotar uma política de saúde para o país.

ORÇAMENTO DO BEM-ESTAR

Para 2020 o financiamento para a saúde aumentou, mas continuará a ser insuficiente, por duas razões. A primeira, pelos efeitos acumulados do subfinanciamento crónico. A segunda, porque a lógica da estratégia orçamental continua a ser hierárquica, centrada no Produto Interno Bruto (PIB) e não no bem-estar das pessoas. No decurso de 2019, esboçou-se em vários países (Islândia, Escócia e Nova Zelândia) um movimento político, liderado pelos respetivos primeiros-ministros a favor de uma economia e orçamentos de bem-estar. Na introdução do orçamento de bem-estar adotado este ano pelo governo neozelandês, com a assinatura da primeira-ministra Jacinda Ardern, pode ler-se:

"Crescimento económico é importante, mas por si só não garante a melhoria do nosso nível de vida ... também não mede a qualidade da atividade económica e não é sensível quanto a quem beneficia, quem fica para trás ou de fora do desenvolvimento económico ... Só crescimento económico não conduz a um "grande país". É tempo de dar importância às coisas

O SETOR PRIVADO NA PRESTAÇÃO DOS CUIDADOS DE SAÚDE TEM CRESCIDO VISIVELMENTE NO DECURSO DA ÚLTIMA DÉCADA, EM PARTE COM BASE NO FINANCIAMENTO PÚBLICO DA SAÚDE

que o fazem. A nossa definição de sucesso para o nosso país incorpora, não só a saúde das nossas finanças, mas também os nossos recursos naturais, as pessoas e as comunidades".

Este orçamento identifica domínios prioritários de bem-estar (desenvolvimento infantil, saúde mental, proteção das minorias, criar uma nação produtiva, uma nova economia com preocupações ambientais e investimento nos serviços públicos na educação e na saúde). Permite um novo debate sobre a harmonização (não a hierarquização) das políticas financeiras, económicas e de bem-estar.

Porque, no contexto europeu, esta evolução tem de ter, simultaneamente, uma dimensão nacional e outra europeia. No segundo semestre do mesmo ano, a presidência finlandesa da União Europeia trouxe a questão da economia de-bem-estar às instituições europeias. Portugal faria bem em associar-se precocemente a este movimento.

POLÍTICA PARA AS PROFISSÕES

É indispensável que os profissionais de saúde se sintam bem no seu SNS. Esse sentido de pertença não se consegue com um conjunto de medidas mais ou menos avulsas. Estas são pouco suscetíveis de mudar substancialmente a relação (afetiva e operativa) dos profissionais com o SNS. Não é possível resolver tudo imediatamente. Mas, se estas respostas/propostas forem percebidas como parte integrante de uma política coerente para as profissões a curto e médio prazo, isso pode contribuir criticamente para uma dinâmica concertada de mudança efetiva naquela relação. Tal dinâmica seria sustentada em duas dimensões que interagem continuamente: Por um lado, uma melhoria progressiva das condições do trabalho profissional – participação na gestão organizacional, acesso aos recursos técnicos e tecnológicos indispensáveis, envolvimento na produção e partilha do conhecimento, regimes remuneratórios que reconheçam o desempenho e o grau de responsabilidade de cada um; Por outro, a adesão dos profissionais à missão do SNS na sociedade portuguesa e ao reforço da sua identidade, reconhecendo que um SNS forte é bom para as profissões de saúde (agora e no futuro) e que nenhuma grande organização partilha os seus principias ativos profissionais com outras do mesmo ramo, especialmente aqueles que têm responsabilidade de direção e liderança.

ESTRATÉGIAS PLURIANUAIS

O SNS não pode assumir uma postura simplesmente reativa face as agendas de expansão do setor privado prestador de cuidados de saúde. Deve antes tomar a iniciativa e delinear uma estratégia colaborativa plurianual com o setor privado e social tendo por base os determinantes previsíveis da evolução do sistema de saúde português, a capacidade de monitorizar e gerir transparentemente os benefícios dessa cooperação, a estratégia de desenvolvimento do SNS, e expetativas razoavelmente formuladas do setor privado e social.

Escreve, um autor inglês, na edição de 12 Dezembro do corrente ano do *British Medical Journey*, sob o título *Os 2010's: Uma década de desilusão para os cuidados de saúde no Reino Unido*: "A década que se iniciou com o Ministro Conservador prometendo transformar o SNS inglês através da disciplina dos mercados ... terminou agora com o manifesto eleitoral do mesmo partido abraçando o pólo oposto: a "concorrência" está morta, longa vida para a cooperação".

António Belo, Lusa

NOVO MODELO DE GOVERNAÇÃO

Um novo modelo de governação não será propriamente fazer melhor aquilo que sempre se fez, nem passar a fazer agora o que era suposto fazer, segundo o modelo vigente, mas que não se fazia: "... um novo modelo de governação... um modelo assente numa distinção clara entre competências de formulação de orientações estratégicas para a área da Saúde, da responsabilidade dos decisores políticos e competências de liderança gestionária do SNS, delegadas num organismo executivo" (OGE, 2020).

Um novo modelo de governação para a saúde será aquele que for capaz de transformar o SNS:

(a) no sentido de dar resposta aos desafios de saúde da atualidade;
(b) centrado nas necessidades e pontos de vista das pessoas;
(c) baseado nos princípios da gestão da mudança em sistema altamente complexos;
(d) fazendo o melhor uso possível dos instrumentos que a ciência e a tecnologia dos nossos dias nos proporcionam.

Este modelo de governação pode caracterizar-se, resumidamente, desta forma:

1. Discurso eficaz sobre os objetivos e a natureza da mudança – resposta aos padrões de saúde/doença que acompanham o envelhe-

INCM

CASA DA MOEDA PORTUGAL
MOEDAS DE **JOSÉ AURÉLIO**

A moeda que em 2018 celebrou o centenário da assinatura do **Armistício** que pôs fim à I Grande Guerra, a qual envolveu milhares de militares portugueses, é assinada pelo escultor **José Aurélio**, também autor da moeda que comemora este ano o **45.º aniversário do 25 de Abril**.

Descubra estas e outras moedas comemorativas numa das **lojas INCM** ou em **www.incm.pt**

LISBOA
R. Escola Politécnica, 137
R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A

COIMBRA
Av. Fernão de Magalhães, 486

PORTO
R. Cândido dos Reis, 97

WWW.INCM.PT
moeda.apoiocliente@incm.pt

cimento, a promoção de uma vida física, intelectual e afetivamente ativa, a integração de cuidados, gerindo o percurso das pessoas através dos serviços de que necessitam – que explique, inspire confiança e motive;

2. Conhecimento profundo e atualizado das agendas e estratégias dos atores da saúde;
3. Mudanças adaptativas de proximidades com um enquadramento "central" amigo da mudança e capaz de alinhar a gestão dos recursos disponíveis com essas mudanças;
4. Equilíbrio dinâmico entre a inovação e o apoio a lideranças locais empreendedoras e disruptivas, por um lado, e a promoção de fortes arquiteturas e processo colaborativos (entre setores, organizações e profissões), incluído a promoção da decisão partilhada entre pessoas e profissionais.
5. Gestão da informação e do conhecimento, feita de forma a facilitar a convergência na ação dos múltiplos atores da saúde para a realização de objetivos comuns. Isso implica "distribuir" informação segundo os atributos e necessidades de cada um, ativando comportamentos desejáveis, apreendendo com os resultados daquela distribuição, em ciclos contínuos de ação-aprendizagem. Os progressos nas ampliações algorítmicas disponíveis, torna hoje isto facilmente realizável.

BOM ANO NOVO PARA A SAÚDE?

Para um Bom Ano na Saúde esperamos boas lideranças na saúde.
Lideranças que nos contem uma estória da qual façamos parte.

UM SNS FORTE É BOM PARA AS PROFISSÕES DE SAÚDE (AGORA E NO FUTURO) E NENHUMA GRANDE ORGANIZAÇÃO PARTILHA OS SEUS PRINCIPIAS ATIVOS PROFISSIONAIS COM OUTRAS DO MESMO RAMO, ESPECIALMENTE AQUELES QUE TÊM RESPONSABILIDADE DE DIREÇÃO E LIDERANÇA

Numa obra publicada já no início da década passada sobre o que pensam os europeus dos seus sistemas de saúde, os autores concluem da seguinte forma:
"Receiam que falte aos seus governantes a cultura, a imaginação e a vontade necessárias para canalizar para soluções de interesse comum, o enorme potencial de inteligência, conhecimento e inovação disponíveis na sociedade atual".
Esperamos então que, no início desta nova década, tenhamos boas razões para pensar que os nossos governantes têm a sensibilidade, a imaginação e a capacidade para mobilizar a favor da saúde de todos os portugueses, o extraordinário potencial de generosidade, inteligência, conhecimento e inovação disponíveis na sociedade portuguesa da atualidade.

*Professor Catedrático Jubilado da Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa

LONGEVIDADE ENQUANTO DILEMA SOCIAL

Não há dinheiro público suficiente para atender às necessidades de todas as gerações? Então, o que fazer com a população mais velha? Essa é uma preocupação, sobretudo de caráter financeiro, que torna cada vez mais precário o Estado social. Embora sem solução fácil, o Estado será tanto mais social quanto mais público e tanto menos social quanto mais privado

JORGE CORREIA JESUÍNO*

VIVEMOS HOJE MUITOS MAIS ANOS. O fenómeno é bem conhecido e acha-se bem documentado para nele se insistir. Hoje as pirâmides demográficas nos países mais desenvolvidos deixarem de ser pirâmides, adquirindo perfis menos geométricos e menos harmoniosos. Surgem novas projeções como, por exemplo, qual a esperança de vida aos 65 anos, uma idade que, há décadas, significava o início dum processo de rápida proximidade da morte. Tal situação veio colocar novos problemas a um estado

CURIOSAMENTE, OU TALVEZ NÃO SURPREENDENTE, AS SOLUÇÕES TENDEM TODAVIA A REGRESSAR ÀS LÓGICAS INDIVIDUAIS DERIVADAS DUM LIBERALISMO QUE PARECE IMPOR-SE COMO PENSAMENTO ÚNICO

António José, Lusa

social ou estado previdência só implantado após a primeira grande crise dos finais dos anos 20 e só consolidado após a II Guerra Mundial.
Este extraordinário aumento da longevidade deu lugar a um "efeito perverso", traduzido na acentuação dos riscos decorrentes de um benefício objectivo propiciado pelos progressos da medicina. Não deixa de ser bizarro falar-se de risco de envelhecimento uma vez mais confirmando que os benefícios individuais, quando agregados, podem dar lugar a desastres colectivos.
Este fenómeno, conhecido na literatura como a "tragédia dos comuns", tornou-se popular a partir de Garrett Hardin (1915-2013) ao descrever a exploração não controlada dos pastos nos baldios levando ao rápido esgotamento dos recursos. O mesmo podemos observar com as espécies piscícolas, ou atualmente da água que tantos receios nos causa. Tais processos, em que as racionalidades individuais geram uma irracionalidade coletiva, tornaram-se hoje ainda mais evidentes com a "questão ecológica".
As soluções encontradas passam, com é bem conhecido, pelo estabelecimento de regras colectivamente negociadas permitindo uma exploração menos irracional dos recursos, o que se torna tanto mais difícil e complexo quanto maior é o número e, sobretudo, quanto mais interligados e globalizados se acham os seus utilizadores como é o caso da exploração do próprio planeta.
A tendência para proteger soluções locais - recorde-se o presidente George Bush a declarar em 1992, na cimeira do Rio de Janeiro, que "o nível de vida americano não é negociável, ponto final". Isto, no fundo, significa uma variante da lógica NYMB (*not in my back yard*) - concordo que tenha de ser feito mas que isso não afecte o "meu quintal".
O prolongamento da longevidade pode igualmente ser enquadrado, segundo julgo, nesta lógica dos "dilemas sociais" em que qualquer solução parece sempre conduzir não ao melhor, como pretendia G W Leibniz (1646-1716), mas ao menos mau dos mundos possíveis. Se é certo que a catástrofe alimentar prevista por Malthus (1766-1834), como consequência do crescimento populacional, perdeu validade, o mesmo não parece aplicar-se ao caso da inversão das pirâmides demográficas num quadro, e agora pela voz da bioética, em que a vida humana não é ou, pelo menos, não devia ser negociável.

QUE FAZER COM A POPULAÇÃO MAIS VELHA?

Não há dinheiro público suficiente para atender às necessidades de todas as gerações, então, o que fazer com a população mais velha? Essa é uma preocupação, sobretudo de caráter financeiro, que torna cada vez mais precário o estado social. Curiosamente, mas, talvez, não surpreendente, as soluções tendem todavia a regressar às lógicas individuais derivadas de um liberalismo que parece impor-se como pensamento único. No caso do aumento da longevidade, esse retorno às respostas individualizantes é particularmente evidente através de uma retórica de legitimação centrada nas políticas do "envelhecimento bem sucedido", seja por via do estilo de vida activo, por forma a prolongar a saúde, seja por via psicológica, adoptando uma atitude positiva que ajude a combater o desinvestimento para que a sociedade, por outro lado, convida todos os que de algum modo dela são excluídos.
O discurso em prol do envelhecimento saudável pode levar-nos a crer serem as pessoas que envelhecem que teriam obrigação de se moldarem à sociedade e não a sociedade a dever procurar respostas para fazer face ao fenómeno do envelhecimento da população. Mais urgente seria, de certo, definir políticas públicas no sentido de minorar a vitimização dos velhos.
Muitos dos estereótipos sobre os mais velhos, de longa tradição, facilitam que as novas representações neles se possam ancorar e contribuam para que os próprios idosos as interiorizem e sintam vergonha de si mesmos.
Tais contextos relacionais conduzem rapidamente à multiplicação de episódios agonísticos e consequentes dramatizações, conscientes ou inconscientes, enquanto táticas de reforço na conflitualidade tanto intra como intergrupal. Há muito que conhecemos a tendência para categorizarmos os *exogrupos* – os grupos dos outros – os grupos a que nos opomos e com os quais nos comparamos em termos estereotipados e maliciosamente redutores.

ESTEREÓTIPOS

Um estereótipo, no caso das relações tanto entre indivíduos como entre grupos de extensão variável, são as representações simplificadas de categorias sociais, regra geral traduzindo atitudes negativas e discriminatórias mesmo quando aparentemente recorram a atributos positivos. Por exemplo, elogiar os negros por serem bons nos desportos, ou os ciganos por serem "filhos do vento", ou as mulheres pela sua formosura, são formas subtis de hierarquizar as diferenças, ocultando os critérios prevalecentes da meritocracia.
Susan Fiske (1952-), psicóloga norte americana da Universidade de Princeton, propôs um modelo hoje largamente aceite segundo o qual o processo de esteriotipagem resulta do cruza-

O DISCURSO EM PROL DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL PODE LEVAR-NOS A CRER SEREM AS PESSOAS QUE ENVELHECEM QUE TERIAM OBRIGAÇÃO DE SE MOLDAREM À SOCIEDADE E NÃO A SOCIEDADE A DEVER PROCURAR RESPOSTAS PARA FAZER FACE AO FENÓMENO DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO. MAIS URGENTE SERIA, DE CERTO, DEFINIR POLÍTICAS PÚBLICAS NO SENTIDO DE MINORAR A VITIMIZAÇÃO DOS VELHOS

Eduardo Costa, Lusa

mento de duas dimensões ortogonais – a "competência" (competence) e "solicitude" (warm) definindo um mapa onde podemos cartografar várias combinações.

Assim, e mantendo os critérios da Autora, se a um nível geral os velhos ou idosos tendem a ser categorizados como simpáticos mas incompetentes, a um nível mais fino podemos estabelecer novas distinções ou subtipos - os Avós (muito queridos mas incompetentes), os Plutocratas (competentes mas pouco solícitos), os pobres, vivendo sós ou institucionalizados (incompetentes e repugnantes) e, finalmente, os Sábios e Imortais (competentes e respeitáveis). Susan Fiske, enquanto boa psicóloga, não oferece percentagens por célula, o que será mais preocupação dos políticos e sociólogos. Podemos todavia suspeitar, sem grande risco de erro, que a distribuição concentre os grandes números no eixo da incompetência, pelo que se entenderia melhor a preocupação actual em inverter a tendência. Porque, na verdade, os velhos são todos iguais, e há uns que são mais desiguais do que os outros.

A *República*, de Platão, logo no inicio introduz um diálogo onde Sócrates pergunta a Céfalo (que é um idoso rico) se o facto de ser rico não o ajudava a melhor suportar a velhice. Céfalo responde que sim, que isso o ajudava muito. Portanto, já nesses tempos longínquos, há dois mil e quinhentos anos, fica clara a perceção de que se a pessoa for rica ficará mais próxima dum envelhecimento que nem precisa de ser ativo ou positivo para ser, senão feliz, pelo menos isento do desprezo e do abandono.

O problema surge sobretudo com os idosos que não têm posses, os velhos que não são simpáticos nem têm competência, que constituem um peso social e económico, que vivem de pensões cada vez mais encaradas não como um justo direito mas como um ónus coletivamente insustentável. Porque se há cem anos um reformado poderia viver em media cerca de mais oito a 10 anos, hoje a perspetiva é a de que esse período tenha triplicado. Na verdade, a mantermos o sistema tal como foi concebido, a não aceitarmos negociar o nosso precioso estilo de vida, cada vez mais hedónico e individualista, não haverá de facto grande margem de escolha.

A quarta célula do modelo de Susan Fiske sugere o possível ideal da velhice enquanto idade da sabedoria, talvez mais um exemplo duma forma de hedonismo subtil, ou seja, dum estereótipo aparentemente positivo que oculta um juízo não menos desfavorável.

A dita sabedoria dos velhos pode servir muito bem para eles, mas não servir a mais ninguém, uma maneira de dizer que os mais velhos são tolerantes, prudentes, detentores de bom senso, ou seja, que têm resignação, e paciência. Repare-se que são todos estes adjetivos aparentemente positivos, ocultam uma carga negativa e sobretudo um apelo à resignação, à aceitação da inevitabilidade do destino.

PORQUE, NA VERDADE, OS VELHOS SÃO TODOS IGUAIS, E HÁ UNS QUE SÃO MAIS DESIGUAIS DO QUE OS OUTROS

Os estereótipos são transculturais, universais, automáticos. Quando nos deparamos com uma pessoa velha, não se pode deixar de pensar que se trata duma pessoa com a idade que tem. É como quando vemos um homem ou uma mulher, sabemos automaticamente se estamos diante de uma mulher ou de um homem. E não é possível controlar essa perceção imediata, espontânea, às quais podem vir associadas uma série de representações, muitas delas negativas. Em seguida, por uma questão de educação e decência, procuramos reprimir essas representações, mas elas continuam presentes em nós e exercendo o seu efeito ainda que inconscientemente.

Este automatismo gera, por outro lado, ambiguidades ao nível comunicacional – um velho (como um negro, ou uma mulher) não sabe se a eventual deferência ou censura de que é alvo resulta da sua condição categorial ou de algo mais pessoal e intrínseco que lhe seja imputável, e essa ambiguidade será não só a do destinatário como a do originador da mensagem. Dir-se-á que essa é uma ambiguidade constitu-

tiva da própria comunicação humana. Torna-se todavia menos controlável quando os sinais estereotípicos adquirem uma saliência absoluta.

SOLIDARIEDADE INTERGERAÇÕES

O conceito e a própria palavra solidariedade figuram na designação de muitos dos ministérios europeus que integram alguns dos governos atuais, como é também o caso de Portugal. Mas não deixa de ser sintomático que, entre nós, tanto para os responsáveis como para os media ou mesmo para a população em geral, a designação deste ministério se abrevie para Trabalho e Segurança Social, esquecendo a componente, porventura, mais relevante deste triângulo semântico.

Trata-se não apenas do nome mas também da coisa, ou seja, do compromisso em dar continuidade efetiva ao contrato social que permite estabelecer uma relação de solidariedade entre a geração ativa, a geração que trabalha e paga impostos e assim viabiliza as pensões dos que, desde logo, por razões de idade, deixam de trabalhar, de produzir e se aposentam.

A solidariedade é aqui entendida na sua acepção substantiva, económica, material, resultante duma negociação constantemente atualizada entre Estado e Sociedade Civil.

Está em jogo o modelo de justiça subjacente ao contrato social, regra geral mais implícito do que explícito. A fórmula que tem encontrado um consenso mais alargado consiste no sistema conhecido por PAYGO - as pensões dos aposentados são calculadas em função das respetivas carreiras contributivas, mas pagas a partir das contribuições cobradas à geração dos trabalhadores ativos. O mecanismo da solidariedade é pois muito simples - contribuo para aqueles que já não trabalham na expectativa de que quando chegar a minha vez possa beneficiar de idêntico tratamento.

JÁ NESSES TEMPOS LONGÍNQUOS, HÁ DOIS MIL E QUINHENTOS ANOS, FICA CLARA A PERCEÇÃO DE QUE SE A PESSOA FOR RICA FICARÁ MAIS PRÓXIMA DUM ENVELHECIMENTO QUE NEM PRECISA DE SER ATIVO OU POSITIVO PARA SER, SE NÃO FELIZ, PELO MENOS ISENTO DO DESPREZO E DO ABANDONO

Mas o Estado social não se limita a gerir as pensões dos aposentados. Esquece-se com frequência de que a entrada no mundo do trabalho tem lugar cada vez mais tarde e que também os jovens são sustentados não apenas pelos familiares, mas também pelo Estado através dos sistemas de educação, tal como, por outro lado, os sistemas de saúde no estado social visam a gratuitidade e a universalidade. E, finalmente, é também o Estado Social que subsidia situações de desemprego e de sobrevivência.

Existem, todavia, alternativas a estes vários sistemas e subsistemas baseados no princípio da solidariedade, de natureza coletiva.

Opções de natureza mais liberal traduzem-se numa maior individualização, compelindo os cidadãos a formarem e gerirem as suas próprias poupanças para acorrer tanto à educação dos filhos, como aos custos de saúde e ainda a uma pensão quando deixam de trabalhar. Será este o sistema que predomina nos Estados Unidos, em que a saúde é gerida por seguradoras e as reformas através de fundos de pensões que poderão ser aplicados e, na melhor das hipóteses, levar a triplicar os montantes auferidos, mas também, na pior das hipóteses, a ficar arruinado como de resto aconteceu com a crise de 2008.

Tenho consciência de que estou a simplificar muito. Na verdade, estes modelos e gráficos são bem mais complexos sendo a regra um *mix* de público e privado em proporções muito variáveis de caso para caso, de país para país.

De qualquer forma, o que pretendo aqui salientar é que, embora sem solução fácil, o Estado será tanto mais social quanto mais público e tanto menos social quanto mais privado.

Argumenta-se com frequência que o Estado Social sai muito caro aos contribuintes pelo que se recomenda a redução dos mecanismos de solidariedade ao assistencialismo como será o caso dos Estados Unidos na prestação de cuidados de saúde tanto aos mais velhos (medicare) como aos mais pobres (medicaid).

A redução do Estado é, todavia, mais um outro mito do que realidade. Os números são muito eloquentes, mostrando que em todo o universo da OCDE as despesas do Estado têm vindo a crescer progressivamente, não se limitando os Estados às funções de soberania, mas também a funções de caracter social ainda que mínimas ou recorrendo a modelos mais próximos da lógica do mercado.

ENCORAJAM-SE OS VELHOS A QUE SEJAM PROACTIVOS, SOCIAL E ECONOMICAMENTE INOVADORES, MAS DENTRO DE LIMITES ESTREITOS DUMA ORDEM POLÍTICA SOBRE A QUAL NÃO SERÁ SUPOSTO QUE SE PRONUNCIEM. E SE ACASO O FIZESSEM SERIAM OUVIDOS?

É neste contexto que podemos tematizar as políticas destinadas a atenuar as consequências do envelhecimento da população, um risco, passe o termo, que se traduz em haver cada vez menos população ativa para contribuir para as pensões dos seus cada vez mais numerosos idosos.

Há que repensar, diz-se, os limites da solidariedade, como reformar o estado social, insinuando-se cada vez mais com a ideia duma quase inevitabilidade dos esquemas de capitalização, reduzindo-se a solidariedade ao assistencialismo. As opções são sempre, todavia e em ultima análise, de natureza política. Tudo depende dos consensos implícitos ou explícitos do que

Tiago Petinga, Lusa

2012 FOI CONSAGRADO NA UNIÃO EUROPEIA COMO O ANO DO ENVELHECIMENTO E DESDE ENTÃO TÊM-SE MULTIPLICADO AS INICIATIVAS E RECOMENDAÇÕES PARA QUE OS IDOSOS PROLONGUEM A VIDA ATIVA AO MESMO TEMPO QUE SE LIMITA O ACESSO AO REGIME DE REFORMA ANTECIPADA QUE, NÃO MUITO ANTES, FORA ENCORAJADA, E SE TENTA PROMOVER A EMPREGABILIDADE DOS TRABALHADORES IDOSOS...

seja uma sociedade justa e do que se entenda por uma justiça intergeracional.

JUSTIÇA COMO EQUIDADE

O estado social, na sua pureza conceptual, teve como pressuposto, segundo julgo, a noção introduzida em 1958 por John Rawls (1921-2002), de "justiça como equidade" (Justice as fairness), conduzindo a corrigir tanto o utilitarismo como a meritocracia através do famoso "principio da diferença" que consiste em admitir que haja diferenças, ou seja, desigualdades, mas apenas na condição de tais desigualdades contribuírem para melhorar a condição dos mais desfavorecidos.

Trata-se duma lógica em que a solidariedade se traduz em termos tanto processuais como substantivos em seguir a famosa fórmula de sabor marxiano "a cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades".

Apenas que Rawls (1993) não inclui nas capacidades tudo o que de algum modo não resulte dum esforço individual, como será o caso dos talentos naturais ou do património herdado. Para tanto, introduz o não menos famoso "véu de ignorância", uma experiência de pensamento em que o decisor é colocado numa "posição original" em que ignora a posição social que irá ocupar na sociedade e mesmo os talentos naturais, como a inteligência de que dispõe.

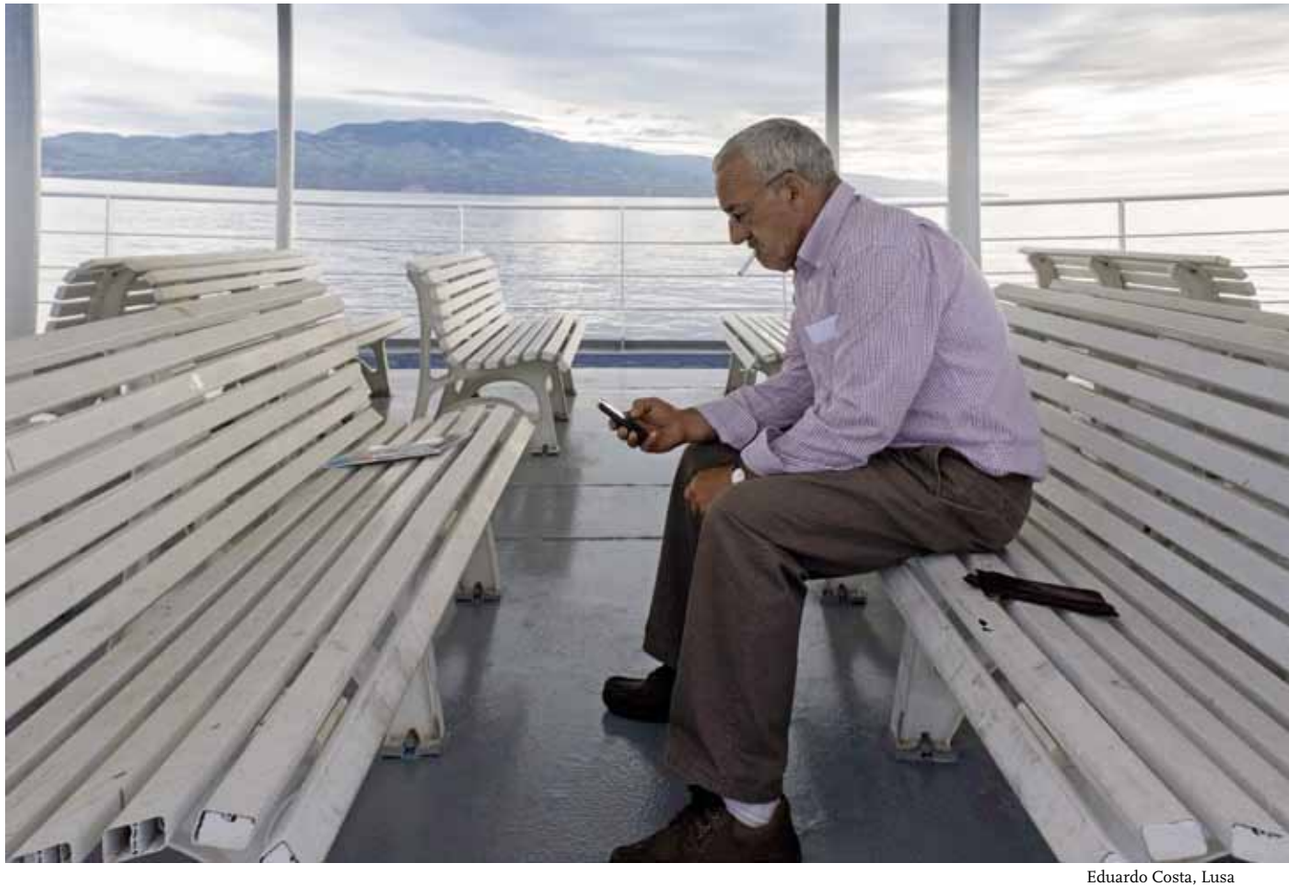
Todos nos interrogamos e continuamos a interrogar sobre o que seja uma sociedade justa, mais igualitária ou menos inigualitária.

As fórmulas de Rawls poderiam desde logo conduzir à proposta actualmente muito debatida dum salário básico universal (universal basic income) que garantisse a sobrevivência de todos os cidadãos como forma de contornar a exclusão social e o assistencialismo (van Parijs & Vanderboght 2017).

Limito-me a referir tendências, perguntas, alternativas. É dever de todos nós projetarmos cenários, utopias, evitando que tal seja da exclusiva competência dos tecnocratas.
Mas também sob esse aspeto parece desenhar-se uma tendência para excluir os mais velhos, limitando o seu direito ao voto ou a ponderá-lo, como já foi o caso do voto censitário, alegando-se para tal não ser justo que os mais velhos se pronunciem sobre um futuro em que não irão viver.
Esta limitação, que por enquanto não passa de uma opinião que se espera tenha pouco futuro, causa tanto mais perplexidade quanto, por outro lado, se preconiza uma política de envelhecimento ativo, responsabilizando os seniores para que assumam a sua condição, contribuindo dessa forma para a sustentabilidade - outro conceito sempre invocado nas reformas do sistema. Encorajam-se os velhos a que sejam proactivos, social e economicamente inovadores, mas dentro de limites estreitos duma ordem política sobre a qual não será suposto que se pronunciem. E se acaso o fizessem seriam ouvidos?

ENVELHECIMENTO ACTIVO

Passo a examinar, ainda que em modo de comentário breve, esta nova retórica que se propagou como mancha de óleo: as políticas do envelhecimento ativo para combater ou, pelo menos, atenuar os efeitos nocivos(?) do envelhecimento.
O ano de 2012 foi consagrado na União Europeia como o ano do envelhecimento e desde então têm-se multiplicado as iniciativas e recomendações para que os idosos prolonguem a vida ativa ao mesmo tempo que se limita o acesso ao regime de reforma antecipada que, não muito antes, fora encorajada, e se tenta promover a empregabilidade dos trabalhadores idosos, como se tal fosse viável, quando o mercado do trabalho se vai reduzindo cada vez mais, como uma "peau de chagrin". Como muito bem resume Ribeiro Mendes (2011), um economista português especialista neste tema, a mensagem desta nova vaga é inequívoca:
"vives mais tempo, deves qualificar-te mais ao longo da tua vida e poupar mais para a tua velhice, se queres rendimentos e cuidados adequados" (pp. 123).
A normatividade, sempre tão contestada pelos liberais, vê-se aqui contrariada e mesmo, como se verifica nas correntes norte-americanas, alargada à esfera do foro pessoal com as sempre prestáveis injunções psicossociológicas, neste caso na sua versão de psicologia positiva e do subsequente envelhecimento positivo.
Assiste-se à violência de sermos obrigados a ser felizes – Smile or Die - como ironiza Barbara Ehrenreich no seu título de 2010 e ao qual acrescenta como subtítulo " The positive thinking fooled America and the World".
A filosofia seguida na Europa pondo o acento na atividade visando a adoção de práticas mais saudáveis e, desde logo, incentivando o exercício físico e criando condições para a sua efetivação, são certamente bem-vindas e, no que se refere às atitudes, é também na Europa que mais se preconiza uma maior aproximação intergeracional como forma de combater a exclusão social.



Eduardo Costa, Lusa

É, todavia, minha convicção, e submeto-a com toda a reserva, que, apesar dos seus aspetos benéficos, todo este entusiasmo pelo envelhecimento ativo, tão rapidamente incluído nas políticas institucionais, não deixa de constituir uma tentativa de legitimação que visa em última análise justificar a discriminação dos que não sigam as recomendações vigentes.
Vislumbra-se aqui, em subtexto, um higienismo, senão mesmo um eugenismo, de triste memória que não gostaríamos de ver retomado.
Também ao nível da Europa foi recentemente criado um Índice de Envelhecimento Activo através do qual se procura medir uma série de factores, tanto no âmbito das políticas e instituições públicas como no âmbito da empregabilidade e da gestão do ambiente físico, permitindo estabelecer comparações entre os diferentes países que o apliquem

A definição do envelhecimento activo adoptada por esta Plataforma segue as recomendações do Ano Europeu de 2012 e pode ser formulado nos seguintes termos:
"O envelhecimento ativo reporta-se a um fenómeno pelo qual, com o aumento da esperança média de vida, os cidadãos permanecem ativos durante mais tempo, tanto no mercado de trabalho formal como em atividades produtivas não remuneradas (como a prestação de cuidados a membros de família ou trabalho voluntário) vivendo uma velhice independente e autónoma" (Zaidi2012).
O índice cobre assim diferentes domínios tais como: (a)o domínio do emprego, ou seja, no envolvimento dos idosos no mercado de trabalho; (b) o domínio da participação activa na sociedade através de actividades benévolas externas ao mercado do trabalho; (c) o domínio da vida independente saudável e segura, pautada pelo exercício físico e cuidados de saúde; (d) Igualmente a qualidade do meio ambiente e das facilidades proporcionadas aos idosos no acesso a uma vida de qualidade.

INTEGRAÇÃO INTERGERACIONAL

Um estudo empírico conduzido por autores holandeses, cruzando dados do European Social Survey e o Active AgeingIndex, sugere que as sociedades – caso dos países nórdicos europeus -, com níveis mais elevados de envelhecimento activo, o nível de integração inter-geracional é também mais elevado, ainda que tal não se verifique no contexto das relações laborais (Dykstra & Fleichman 2018).

EXORTAM-SE OS IDOSOS A PERMANECEREM NO MERCADO DE TRABALHO BEM COMO A CUIDAREM DOS SEUS PRÓPRIOS PARES E DAS CRIANÇAS. DESSE MODO, TAIS RELAÇÕES REVELAM UMA AGENDA QUE PRIVILEGIA O INDIVIDUO EM LUGAR DA COLETIVIDADE

Tal resultado não surpreende se atendermos a que as relações inter-geracionais, sobretudo quando associadas ao benevolato ou a actividades de carácter cultural e cívico, são simultaneamente causa e efeito de comportamentos autónomos que mutuamente se reforçam. Autores como Serge Guérin e Pierre-Henri Tavoillet, no seu estimulante texto de 2017 em que se interrogam sobre se haverá guerra entre as gerações, acabam concluíndo que tal não será inevitável, sugerindo, por exemplo, que a promoção dum serviço cívico universal poderia contribuir para cimentar tais condições de solidariedade intergeracional.
Também a estes autores se deve a sugestão de abandonarmos o termo envelhecimento, adotando, de preferência, o conceito bem mais inclusivo de longevidade, recomendação que aqui procurei seguir. Apenas que tal levaria, caso levado a sério nas suas implicações, a uma revolução na forma de encarar as áleas da demografia. Um tema que exigiria e que se espera venha a ter uma reflexão aprofundada.
Voltando à terra, ou seja, às politicas atuais do envelhecimento ativo, e dada a relevância que nelas assumem as atividade benévolas, estas acabam por revestir-se duma espécie de tributo informal, um reconhecimento, uma retribuição que nos torna mais merecedores da pensão de que beneficiamos e acaso penaliza aqueles a que tal se escusem.
Se o Índice de Envelhecimento Ativo constitui um instrumento que pode ajudar os decisores a identificarem zonas a promover, tais como justamente o benevolato, também é certo, como é observado pelo autor português José de São José e colaboradores (2017), que a sua fundamentação teórica é escassa baseando-se em pressupostos, à priori, que teriam a consequência paradoxal de derivar a solução do problema. Teríamos aqui mais um exemplo da lógica da performatividade que, neste caso, considera os idosos como sendo eles próprios a solução para os problemas que supostamente causaram ou que poderão vir a causar.
Exortam-se assim os idosos a permanecerem no mercado de trabalho bem como a cuidarem dos seus próprios pares e das crianças. Desse modo, e permitam-me que me repita, tais relações revelam uma agenda que privilegia o individuo em lugar da coletividade, o que igualmente poderá contribuir para a passagem paulatina para um modelo societal finalmente menos solidário e onde a solidariedade tanto intra como inter-geracional se limita a encontros esporádicos pautados pelo que o poeta Fernando Pessoa(1888-1935) definiu no Livro do Desassossego (1931-1935) como "uma amabilidade de viagem, característica dos passageiros que pouco têm em comum para além da incerteza do porto a que se destinam.

A ESTES AUTORES SE DEVE A SUGESTÃO DE ABANDONARMOS O TERMO ENVELHECIMENTO, ADOTANDO, DE PREFERÊNCIA, O CONCEITO BEM MAIS INCLUSIVO DE LONGEVIDADE

*Oficial de Marinha (cmg), licenciado em Filosofia; PhD em Sociologia, professor catedrático do ISCTE – aposentado

EM NOME DA VERDADE HISTÓRICA

Tiago Petinga, Lusa

As reportagens sobre o 45.º aniversário do 25 de Abril n'*O Referencial* n.º 133, suscitaram este artigo em que se chama à atenção para uma eventual desvalorização de algumas situações e de algumas pessoas imprescindíveis para o sucesso da Revolução dos Cravos, nomeadamente a libertação dos presos políticos de Caxias. O esclarecimento sobre este conjunto de observações é dado por Martins Guerreiro, director da revista, no artigo nas páginas seguintes

MÁRIO PINTO*

FICOU MUITO AQUÉM das expectativas, em meu entender, a reportagem n'*O Referencial* n.º 133, comemorativo do 45.º aniversário do 25 de Abril, intitulada *Tributo aos Presos Políticos de Caxias*.

Na minha opinião, a reportagem devia ser muito mais abrangente e dar muito maior dimensão política e militar à comemoração da libertação dos presos políticos, em 26 de abril de 1974.

Não se lhes dá qualquer importância, nem sequer refere os elementos do MFA que possibilitaram a tomada do Forte de Caxias, da rendição das forças de segurança, da substituição da defesa do Forte por forças para-quedistas, do desarmamento e aprisionamento dos PIDES, no reduto sul, e por fim à Libertação de todos os Presos Políticos.

Normalmente, nas resenhas históricas da conquista dos principais objetivos operacionais da revolução, são sempre referenciados os nomes dos comandantes, às vezes identificados com fotografias, o quantitativo operacional empregue, as dificuldades, os riscos enfrentados, os sucessos conseguidos, etc. etc. Tem sido assim, n'*O Referencial*, desde Salgueiro Maia no cumprimento das suas mais altas e arriscadas missões, até à missão menos visível.

Não posso deixar de apresentar, aqui, os nomes dos comandantes operacionais das forças: Capitão para-quedista Mário Pinto, comandante das tropas para-quedistas que tinha como seu adjunto o capitão para-quedista José Brás, que foram as primeiras a tomar o forte e a obter a rendição de todas as forças neles existentes.

O comandante Abrantes Serra, que comandou as forças de marinha que surgiram em reforço e que tinha como seu adjunto o, já falecido, comandante Xavier.

A situação física atual de todos é grave. Apenas marcaram presença na cerimónia Mário Pinto e Abrantes Serra, mesmo este com extraordinárias dificuldades de saúde. Julgo que pelas caraterísticas físicas e dolorosas de cada um, aliadas à sua provecta idade, à importância da missão militar que culminou na libertação dos presos políticos de Caxias, deviam ter um reconhecimento público nas páginas d'*O Referencial*.

As fotografias apresentadas no artigo ignoram a sua presença. No recinto, junto às portas da

prisão, estavam umas centenas de pessoas, na sua maioria ex-presos políticos e alguns militares que esperavam o descerramento da placa comemorativa dos 45 anos da libertação dos presos políticos. O coro juvenil feminino do Instituto Gregoriano de Lisboa, dirigido pela maestrina Filipa Palhares, apresentou diversas músicas do seu reportório, todas com extraordinária qualidade e em especial o *Acordai*, de Fernando Lopes Graça, que foi acompanhado pela voz de todos os presentes, recordando o tempo de cárcere. As portas da prisão abriram-se de repente e um conjunto de crianças pequenitas, lindas, risonhas, alegres e felizes saíram do seu interior trazendo um cravo vermelho na mão e uma sacola no ombro, na qual estava inscrito o poema de Manuel Alegre:

Hei-de passar nas cidades / Como vento nas areias / E abrir todas as janelas / E abrir todas as cadeias

Um espontâneo ex-preso político, hoje arquiteto, disse umas palavras nas quais recordou o seu tempo de clausura, de sofrimento, e agradeceu aos que o libertaram. No cartaz que empunhava via-se a figura de Palma Inácio.

O poeta Manuel Alegre falou. Foi um discurso, como sempre, poético e político, referiu a importância da libertação dos Presos Políticos, que acompanhou nas notícias, ainda na Argélia, como um dos factos mais importantes do Movimento. Indicou o nome de Mário Pinto como o comandante das forças que libertaram Caxias e saudou-o. Esta parte da sua intervenção não vem transcrita no artigo d'*O Referencial*.

Em seguida, falou o presidente da Câmara de Oeiras, Dr Isaltino Morais, que referiu a importância da libertação do Forte de Caxias e dos presos políticos, um dos acontecimentos maiores do 25 de Abril e do mesmo se ter realizado no concelho de Oeiras. Prometeu, já no próximo ano, a criação de um monumento à Liberdade, a inaugurar junto à estação de comboios de Caxias.

VIRAM QUE O AVÔ, O "HERÓI" QUE ELAS ADMIRAM, NÃO FAZIA PARTE DAQUELA HISTÓRIA. NÃO ESTAVA PRESENTE NA LIBERTAÇÃO DE CAXIAS, QUE ELE TANTAS VEZES CONTAVA

A ministra da Justiça, Drª Francisca Van Dunem, descerrou a lápide com palavras de enaltecimento pela libertação da prisão de Caxias e a importância que esse ato teve para a formação da democracia. Recitou um poema, julgo que de um autor alemão, de grande incidência política e poética, que apreciei. A placa, com o poema de Manuel Alegre, foi descerrada pela ministra.

SIGNIFICADO PESSOAL

A missão de Caxias teve, para mim, duas razões de extraordinário júbilo: A primeira, foi ter sido eficazmente cumprida e ter resultado no seu objetivo fundamental: a "libertação dos últimos presos políticos do Estado Novo". A segunda, foi lembrar-me de meu pai e dos 16 dias que esteve preso nas masmorras da PIDE, na rua do Heroísmo, no Porto, em 1937. Nesses tortuosos dias tiraram-lhe a pele das costas com cavalo-marinho e partiram-lhe um braço. É inimaginável a tragédia que esta curta, mas violenta prisão, provocou na minha mãe e nos meus irmãos, ainda crianças. Eu nasceria em 1938. Jamais esqueci as histórias que meu pai contava sobre as violências e as torturas que lá se cometiam e ainda recordo algumas canções que os presos políticos cantavam, em surdina, durante o seu cativeiro.

Há anos, tentei visitar as celas onde meu pai esteve preso. Estavam encerradas. Tinha de se pedir autorização ao diretor do Museu Militar para as visitar. Desisti. As placas e palmas em memória dos presos estão colocadas na parede da porta do lado. Os presos políticos devem dar voltas de raiva nos seus túmulos, por mais esta segregação.

O Museu Militar é uma organização muito digna que visitei, apreciei e gostei. Está mal inserido, no edifício onde funcionou a PIDE/DGS. As suas instalações devem ocupar unidades militares do Porto, que existem e estão há muito abandonadas. Um grupo de cidadãos luta, há muito, para que esse objetivo seja conseguido. As instalações da PIDE devem permanecer no mesmo edifício onde estiveram sempre, com as suas masmorras, os objetos de tortura, os documentos históricos, etc. para se poder imaginar como eram tratados os cidadãos num Estado tenebroso.

Conservar a memória é fundamental para a História, mas sobretudo para os jovens.

NA EXPOSIÇÃO DO CENTRO CULTURAL DO PALÁCIO DO EGIPTO, SOBRE OS NOMES, OS POSTOS, AS FOTOGRAFIAS, AS DIFICULDADES DOS OFICIAIS OPERACIONAIS QUE TOMARAM E LIBERTARAM O FORTE PRISÃO DE CAXIAS, NÃO HAVIA QUALQUER INFORMAÇÃO HISTÓRICA

VERDADE DOS FACTOS

Surpreendentemente, ao fim de 45 anos, surge mais uma situação inexplicável à qual as páginas d' *O Referencial* dão cobertura total e até apresenta fotografias. Já me habituei a esses procedimentos ao longo dos anos. Como refiro nos documentos, que anexo, e que tive necessidade de executar para provar a verdade dos fatos, este é mais um:

"A César o que é de César" – *O Referencial* n.º. 59/2000, artigo em que demonstro que foram os para-quedistas as primeiras forças a libertar e a ocupar o Forte de Caxias.

"Carta a Maria de Medeiros" – *O Referencial* n.º. 59/2000, no qual apresento à realizadora o erro que cometeu ao apresentar as forças de marinha como as primeiras que tomaram o Forte e que o "support" que o meu amigo Matos Gomes lhe apresentou não era verdadeiro. O filme "Capitães de Abril " não é um documento autêntico.

Direitos Reservados

As comemorações do 45.º. aniversário do 25 de Abril foram organizadas e comemoradas pela Câmara Municipal de Oeiras, com um programa histórico extraordinariamente rico e com uma duração de dois meses. Nunca vi celebrações de tão grande interesse. Os oeirenses viveram intensamente estes dias, com algumas ruas profusamente engalanadas e com motivações várias: música, teatro, exposições, debates sobre a Liberdade, poemas de Abril, apresentações históricas, etc. etc.

Na exposição do Centro Cultural do Palácio do Egipto, sobre os nomes, os postos, as fotografias, as dificuldades, as referências, etc. etc. dos oficiais operacionais que tomaram e libertaram o Forte Prisão de Caxias, não havia qualquer informação histórica. As forças para-quedistas, comandados pelo capitão para-quedista Mário Pinto, tendo como seu adjunto o capitão para-quedista José Brás, tiveram de se deslocar através de um itinerário dominado por forças hostis, fortemente armadas e até equipadas com capacete de aço. Os para-quedistas estavam completamente vulneráveis. O confronto era o risco que previam. A rendição das forças de segurança do Forte era uma perspetiva. Próximo dos portões da prisão, o comandante do reduto defensivo apresentou a sua rendição e dos homens que comandava. As forças libertadoras ocuparam de imediato todos os postos de segurança. Neutralizaram, desarmaram e prenderam todos os PIDES, no reduto sul.

Assumi o comando do Forte. Forças de marinha comandadas por Abrantes Serra, tendo como seu adjunto o comandante Xavier, juntaram-se aos para-quedistas como forças de reforço.

A Libertação dos Presos Políticos exigia que se executassem, com riscos graves, um conjunto de operações militares e só após o seu sucesso, a liberdade tão desejada, podia ser conseguida.

O 25 de Abril libertara a Prisão de Caxias do jugo do fascismo. Foi a mais emblemática, e porventura aquela, onde as torturas infligidas pela PIDE aos defensores da Liberdade foram mais violentas. Os presos políticos foram informados do que se estava a viver em Portugal e que a sua libertação estava eminente. A multidão no exterior ia-se avolumando. Muitos eram familiares. Todos gritavam pela liberdade dos presos políticos. Os advogados, defensores dos presos, insistiram em ser recebidos. Era um grupo dos quais se destacava: Salgado Zenha, Jorge Sampaio, Manuel João da Palma Carlos, Francisco Sousa Tavares e José Manuel Galvão Teles, entre outros. A sua exigência era da imediata libertação de todos os presos. Garanti-lhes que apenas aguardava ordens para que isso acontecesse. Compreenderam a minha posição e retiraram-se. Não imaginava quanto tempo tínhamos de esperar. O poder encontrava-se na Junta de Salvação Nacional, à qual informei várias vezes da situação e das exigências das famílias e dos advogados. Otelo ainda apareceu no Forte, mas já não tinha poder. Entregara-o... Assisti a todos os contactos com Dias de Lima, era das minhas atribuições como comandante do Forte (ver artigo "A César o que é de César"...). É inadmissível que se tenham esquecido de apresentar aqueles operacionais na exposição do Palácio do Egipto, ou noutro lugar de grande dignidade, porque sem eles a libertação dos presos políticos seria impossível.

O AVÔ HERÓI

A Câmara Municipal de Oeiras, em 7 de Junho de 2014, dia de Oeiras, atribuiu-me a medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro, por atos e serviços praticados de particular relevo no âmbito do Município e do País.

Não posso admitir a lacuna do meu nome e dos meus camaradas comandantes das forças. Esta omissão constitui um grave erro histórico.

CONSERVAR A MEMÓRIA É FUNDAMENTAL PARA A HISTÓRIA, MAS SOBRETUDO PARA OS JOVENS

Moro em Oeiras, próximo do Palácio do Egito. Tinha separado, do meu conjunto de 12 netos, as três mais novas. Têm l2 anos. A Luisinha, e as gémeas, - a Carlota e a Carminho - para verem coisas sobre o 25 de Abril, no qual o avô era interveniente. Conto-lhes muitas histórias sobre a Liberdade. Levei-as ao Palácio do Egito. Foi um fracasso. Viram que o avô, o "herói" que elas admiram, não fazia parte daquela história. Não estava presente na Libertação de Caxias, que ele tantas vezes contava. Era um personagem ausente e desconhecida. Foi difícil explicar-lhes a incompreensão e os erros dos homens, mesmo dos mais responsáveis. Elas gostam imenso do avô e compreenderam. Só pensam ajudá-lo a sair do ostracismo a que mais uma vez foi votado.

Queria lembrar ainda, a propósito da Libertação de Caxias, que foi criado um programa teatral radiofónico para o qual fui convidado como intérprete. Rejeitei. Não me lembro nem do realizador nem dos atores intervenientes. O teatro teve sucesso.

Este artigo tem como objetivo repor a verdade e dar a " César o que é de César".

*Coronel Cav./Paraquedista

ESCLARECIMENTO A MÁRIO PINTO

O director d'*O Referencial* esclarece, neste artigo, as observações feitas por Mário Pinto, nas páginas anteriores, sobre a reportagem do n.º 133 da Revista em que se aludia à libertação dos presos políticos de Caxias

MANUEL M. GUERREIRO

CARO MÁRIO PINTO, Conhecemos bem a tua intervenção no 25 de Abril na libertação dos presos políticos de Caxias.

Não nos parece que haja necessidade de reparar a verdade no que toca à tua participação no 25 de Abril. Nenhum de nós a põe em dúvida, mormente na libertação dos presos políticos de Caxias.

Sabemos bem que comandaste a unidade de paraquedistas que tomou o forte-prisão de Caxias, sem isso a libertação podia ter-se complicado. Também sabemos que estiveste no grupo que impediu a oposição às forças do MFA pelo Regimento de Paraquedistas de Tancos e que a tua missão em Caxias se deveu em grande parte à tua iniciativa.

Se alguém não está recordado basta ler o livro, editado pela A25A, *A Viragem Histórica* para saber ou recordar o que foi a tua intervenção.

Quanto ao artigo do nº 133 d'*O Referencial* a que te referes, esclarecemos o seguinte:

O que ali se noticia não é uma resenha histórica sobre o que foi a libertação dos presos políticos de Caxias em 26/27 de Abril de 1974. Trata-se, antes, de uma reportagem noticiosa sobre a cerimónia evocativa, promovida este ano pela Câmara Municipal de Oeiras, onde participou a ministra da Justiça, tal como a cerimónia de inauguração de um memorial aos resistentes que se realizou em Peniche, onde esteve presente o primeiro-ministro. Também aqui a notícia se limita ao que se passou na cerimónia.

Os modelos e contornos das cerimónias foram da responsabilidade dos organizadores. Fizemos notar que além dos libertados – foco das cerimónias – também havia os libertadores. Contudo, a A25A ou militares de Abril a título pessoal, não foram convidados como oradores nem para qualquer lugar de destaque. Pode pensar-se que qualquer coisa falhou.

Mais uma vez nós, militares de Abril, fizemos o que devíamos nesta e noutras comemorações do 25 de Abril: demos o apoio e as informações que nos solicitaram, estivemos presentes quando nos convidaram; mais uma vez fomos fiéis à nossa forma de estar e agir; não exigimos nada para nós, nem o uso da palavra a que teríamos pleno direito.

O que fizemos em 25 de Abril não foi para nós, foi para os outros, para os portugueses, para os povos das colónias e para outros povos que souberam inspirar-se no nosso exemplo e na forma como soubemos ultrapassar os limites da ditadura e ir além dos modelos ou teorias sobre o derrube de regimes ditatoriais.

A originalidade e singularidade do MFA e do 25 de Abril continua presente nas nossas atitudes.

Quanto à exposição sobre o 25 de Abril, patente no Palácio do Egipto em Oeiras, da autoria da historiadora Raquel Varela, também consideramos que foi uma omissão não terem sido referidas as forças do MFA que procederam à libertação, dada o ênfase e pormenorização que aí foram dados a esse acontecimento determinante do 25 de Abril. Sobre isso publicámos o artigo "Erros e Omissões de uma Exposição" no mesmo número d' *O Referencial*.

Elementos da A25A, em articulação com a comissão *ad hoc* que cooperou com a Câmara Municipal de Oeiras no processo de seleção do local e do momento evocativo da libertação dos presos políticos de Caxias a erigir em 2020, procuraram assegurar-se de que seriam endereçados convites aos comandantes e oficiais das forças que tomaram e ocuparam o forte prisão para estarem presentes na cerimónia evocativa, como aconteceu.

Camarada, agradecemos teres complementado a nossa notícia com pormenores que não tínhamos assinalado: a encenação da abertura das portas da prisão feita com crianças, que simbolicamente passa o testemunho de Abril aos jovens, como tu procuras passar aos teus netos.

A liberdade, a generosidade e a justiça são ideais de Abril, valores fundamentais a defender e transmitir para que os jovens de hoje e de amanhã possam viver numa sociedade mais livre, justa e solidária do que aquela que recebemos.

Um abraço amigo...

O QUE ALI SE NOTICIA NÃO É UMA RESENHA HISTÓRICA SOBRE O QUE FOI A LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS DE CAXIAS EM 26/27 DE ABRIL DE 1974. TRATA-SE, ANTES, DE UMA REPORTAGEM NOTICIOSA SOBRE A CERIMÓNIA EVOCATIVA

REVOLUÇÃO PORTUGUESA NOS QUARTÉIS ESPANHÓIS

Inácio Rosa, Lusa

Como consequência do 25 de Abril português, Julio Busquets, com um grupo de oficiais do Exército espanhol, criou em 1 de setembro de 1974 a União Militar Democrática (UMD). Não tivesse ocorrido o golpe de estado em Portugal e a UMD não existiria. Contudo, ultimamente, têm surgido vozes a ocultar a influência portuguesa nas suas origens com medo de que a relacionem com um golpe de estado

JOSÉ IGNACIO DOMÍNGUEZ*

NOS INÍCIOS DOS ANOS 70, os pouquíssimos democratas no exército de Franco viviam isolados, não se conheciam. A única exceção foi em Barcelona, onde um grupo de oficiais do Exército se reunia periodicamente em torno do major Julio Busquets.

O golpe de Estado de Pinochet contra Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, mergulhou todos os militares democratas espanhóis, incluindo os amigos de Julio Busquets, num profundo pessimismo que durou até 25 de abril de 1974 - quando viram na televisão os soldados portugueses com um cravo no cano das suas espingardas, pondo fim à ditadura de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar. A profunda tristeza causada pelo golpe de estado de Pinochet transformou-se numa enorme alegria ao ver os camaradas de armas portugueses devolvendo a liberdade ao seu povo. Foi a partir do 25 de Abril de 1974, quando Busquets começou a estudar a possibilidade de organizar em Espanha um movimento militar semelhante ao português, capaz de devolver a Espanha as liberdades arrebatadas após o golpe de Estado de 18 de julho de 1936.

Como consequência do 25 de Abril português, Julio Busquets, com um grupo de oficiais do Exército, criou em 1 de setembro de 1974 a União Militar Democrática (UMD). Não tivesse ocorrido o golpe de estado em Portugal e a UMD não existiria. Contudo, ultimamente têm surgido vozes a ocultar a influência portuguesa nas origens da UMD com medo que a relacionem com um golpe de estado.

A estes tergiversadores da história, conviria esclarecer que o facto de se haver criado a UMD, por influência portuguesa, não implica que o seu objetivo fosse aplicar um golpe de Estado contra Franco. Embora, evidentemente, a UMD devesse mostrar algum protagonismo no momento em que produzisse a rutura com o franquismo, que era o que então defendiam todos os partidos da oposição democrática. Não esqueçamos que a ideia da Reforma, isto é, da Transição, surgiu após a morte do ditador.

DA DITADURA À DEMOCRACIA

Em 1974, ninguém sabia como se iria passar da ditadura à democracia. O que todo o mundo tinha muito claro é que o Exército era o principal obstáculo e era aí que residia a missão da UMD: impedir a utilização do Exército como instituição repressiva ao serviço da ditadura. Ou seja, a missão do UMD era "molhar a pólvora do exército franquista" - frase que pronunciei durante meu exílio em 1975, embora mais tarde tenha sido atribuída a outros autores.

Esclarecido o objetivo democrático da UMD, convém também explicar o porquê de alguns virem agora renegar a influência portuguesa na UMD. A razão reside no facto de os golpes de Estado estarem malvistos pela opinião pública espanhola, devido à escassa formação política ministrada nas escolas. Nos países avançados, é muito clara a diferença entre um golpe de Estado contra um governo legalmente constituído como o de Salvador Allende, ou derrubar uma ditadura como a portuguesa, que se mantinha no poder não pela força das urnas mas sim pela força das armas.

LEGITIMIDADE DO GOLPE

O Direito Internacional reconhece a legitimidade de um golpe de Estado contra uma ditadura. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o direito à rebelião é implicitamente reconhecido no preâmbulo quando afirma: "Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos por um Estado de direito, com o fim de que o homem não seja compelido ao recurso supremo da rebelião contra a tirania e a opressão". O direito a rebelar-se contra uma ditadura é reconhecido pela Declaração de Independência dos Estados Unidos e pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa.

Mas não é necessário afastarmo-nos tanto no tempo. Em 20 de maio de 2007, a primeira grande decisão de Nicolas Sarkozy, acabado de ser empossado no cargo de presidente da República Francesa, foi homenagear o jovem comunista Guy Moquet que se havia revoltado contra a ditadura do general Pétain e dos seus aliados nazis. Alguém pode imaginar Rajoy prestando homenagem a Julian Grimau?

Mais recentemente, em 20 de julho de 2019, o governo alemão prestou homenagem aos militares que deram um golpe de Estado contra Hitler na chamada Operação Valquíria. Durante a cerimónia, Angela Merkel, perante as unidades militares, afirmou: "Há momentos em que a desobediência pode ser um dever".

Uma coisa é, de acordo com o Direito Internacional, tudo ser legítimo contra uma ditadura, incluindo o uso da violência; outra coisa é que a maioria dos partidos e organizações que se opõem ao franquismo, incluindo a UMD, rejeitem essa opção por razões morais ou por simples conveniência política

Neste país, estamos muito deslocados para a direita. Aqui não existe uma direita antifascista civilizada. Antes, apenas a direita catalã e a basca eram civilizadas. Agora, só nos resta a basca. As tentativas de criar uma direita civilizada por Ruiz Jiménez, depois por Roca Junyent, na chamada Operação Roca, mais tarde por Rosa Díez, e recentemente por Ciudadanos, fracassaram. A ausência de uma direita antifascista, como são as direitas europeias, herdámo-la do golpe de Estado de 18 de julho de 1936, quando toda a direita, com exceção da catalã e da basca, com algumas reticências iniciais, tomou

Estela Silva, Lusa

maioritariamente partido pelos golpistas. Desde então, todos as direitas surgidas em Espanha têm-se manifestado ultramontanas, como se pode ver na atual direita catalã, defendendo um ultranacionalismo típico dos anos trinta.

AUSÊNCIA DE DIREITA ANTIFASCISTA

Em Espanha, continuamos sob os efeitos sociológicos do golpe de Estado de julho de 1936. Por isso, nunca passámos para o nível cinco do alerta antiterrorista, porque tal implicaria que o Exército patrulhasse as ruas, o que despertaria muitos fantasmas do passado. Na Europa, os cidadãos veem com normalidade os militares patrulhando as suas ruas, mas aqui não, pois tal traria velhas lembranças sobre o papel desempenhado pelo Exército durante a ditadura franquista, da qual ainda não renegaram nem a Igreja, nem as Forças Armadas.

Os militares democratas que agora se afastam do 25 de Abril português, deixaram-se influenciar pela mentalidade retrógrada, porque em Espanha todos os golpes são considerados maus, mas na Europa, nos países civilizados, a opinião é a de que há golpes de Estado bons e golpes de Estado maus.

Logicamente, o 25 de Abril português coloca-se entre os golpes de Estado de que todos os militares democratas têm muito orgulho, não só pelo objetivo alcançado na restauração dos direitos humanos, mas também por sua impecável e pacífica execução. Pelo contrário, após o golpe de Estado de Pinochet, em 11 de setembro de 1973, os militares democratas espanhóis sentiram vergonha da sua profissão. O 25 de Abril português devolveu-lhes a sua dignidade.

A PROFUNDA TRISTEZA CAUSADA PELO GOLPE DE ESTADO DE PINOCHET TRANSFORMOU-SE NUMA ENORME ALEGRIA AO VER OS CAMARADAS DE ARMAS PORTUGUESES DEVOLVENDO A LIBERDADE AO SEU POVO

* Tenente-coronel, piloto-aviador espanhol, membro da UMD, advogado. Este texto saiu publicado no Foro Milicia y Democracia

Brexit e a rede britânica *offshore*

Direitos Reservados

Na Velha Europa, os paraísos fiscais servem para ocultar riqueza e proteger a evasão fiscal, ao passo que os 'offshore' britânico e norte-americanos servem a fuga à regulação financeira

RENÉ TAPIA*

O SEGREDO BANCÁRIO suíço, as leis estaduais norte-americanas e o conceito de "residência virtual" britânico, são **os três pilares do sistema da economia mundial *offshore***[1] e que são copiados por outras jurisdições[2]. Metade dos *offshore* está centrada em Londres[3] e 20% dos *offshores* do planeta são antigas ou actuais possessões britânicas.

O Reino Unido controla sete praças *offshore* nos seus 14 territórios ultramarinos: Anguila, Bermuda, ilhas Caimão, ilhas Virgens Britânicas (IBV), Gibraltar, Turcas-e-Caicos, e Montserrat, além das "dependências da coroa" na Europa: Jersey, Guernsey e a ilha de Man. Estas "dependências da coroa" e os territórios ultramarinos, mais os antigos territórios do império, como Hong-Kong e Singapura, contabilizam 37% das obrigações de todos os bancos mundiais e 35% dos activos. Somados os 21% da *City* de Londres, temos metade do sistema bancário mundial dominado pela economia *offshore* britânica[4].

Antes da crise de 2008, os investimentos financeiros da *City* superavam os dez triliões de dólares, valor igual ao de todo o sistema bancário norte-americano. Com nove mil residentes permanentes e mais de 300 mil funcionários, o

governo local é uma "corporação" ligada ao Estado britânico, mas independente constitucionalmente. Quase um trilião de dólares das acções de centenas de empresas da antiga União Soviética são transaccionadas na Bolsa de Londres (cidade onde moram 300 mil russos, além de outros 60 mil magnates gregos, árabes, indianos, etc. isentos de impostos, mas com direito de voto...). Em 1971, a libra esterlina abandonou a sua divisão em *shillings* e *pence* e adotou o sistema decimal (100 "*new pence*"). Em 1972, depois do Tratado de Bruxelas aderiram à CEE a Irlanda, a Dinamarca e o Reino Unido. Este último ratificou sua integração depois de um referendo nacional em 1975[5]. Em 1990, o Reino Unido ingressou no Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio para a libra esterlina. Em 1992, o Tratado de Maastricht adoptou o nome de União Europeia (UE), referendado pelo Reino Unido, que assim adoptou o Sistema Monetário Europeu, precursor da moeda Euro[6].

Em 1986, o governo de Margaret Thatcher tinha concluído o seu programa de **liberalização dos serviços financeiros**. Nos anos 90, a UE adoptou um código de conduta na tributação às empresas, nas poupanças, nas taxas alfandegárias e nos direitos de autor, e introduziu o conceito de "imposto justo", a ser aplicado em igualdade de condições em todo o território comunitário. Embora permitindo a manutenção das normas de segredo bancário na Áustria, Bélgica e Luxemburgo, o Conselho de Europa outorga amplos poderes ao Tribunal de Justiça da União Europeia para o combate à fraude fiscal e à concorrência desleal.

"A MOEDA NÃO É FRUTO DE UMA CONVENÇÃO, POIS ELA SURGE ESPONTANEAMENTE DA TROCA, DA QUAL ELA É O SEU PRODUTO". KARL MARX, GRUNDRISSE (VER NOTA 12)

Em Maio de 1997, o partido trabalhista, com Tony Blair à cabeça, transformou o objectivo de "abolir" a *City* na promessa de a "reformar". O seu sucessor, o chanceler Gordon Brown, foi substituído em 2010 pelo conservador David Cameron. Este, tal como o seu antecessor, era contra o Brexit e prometeu um referendo em 2013 o qual veio a ser realizado a 23 de Junho de 2016, com uma participação de 72%, ou mais de 30 milhões de votantes, dos quais 52% (17,4 milhões) votaram pela saída da UE. Cameron renunciou a 24 de Junho e foi substituído a 13 de Julho por Teresa May que iniciou as negociações para a saída do Reino Unido da UE ("***British exit***", saída britânica).

O processo foi iniciado em Março de 2017. Em 2018, o Conselho Europeu aceitou, para análise, o acordo de "União Aduaneira" apresentado pelo Reino Unido. Em 2019, porém, o plano de saída proposto por May foi rejeitado três vezes pelo Parlamento. Nas negociações estão em jogo os *offshore* britânicos - e respectiva contrapartida negocial -, a participação industrial e agrícola do Reino Unido no mercado único europeu (automóveis e farmacêutica), além das compensações monetárias a pagar pelo Reino Unido à UE, os direitos dos cidadãos, e o *backstop*. Este último refere as condições em que ficam, depois do Brexit, a fronteira da Irlanda do Norte (território britânico) e a República da Irlanda (membro da UE).

Imediatamente após a sua nomeação, o primeiro acto internacional de Teresa May foi um encontro com Trump nas ilhas Caimão, sexto centro financeiro mundial, lugar de passagem privilegiado dos investimentos norte-americanos na Grã-Bretanha e defendido como "território independente" pelo governo britânico ante as iniciativas de Bruxelas de controlar as contas dos europeus nesse *offshore*.

Posteriormente, durante a sua visita ao Reino Unido no Verão de 2018, Trump, num encontro amigável com Nigel Farage, líder do UKIP ((United Kingdom Independence Party), apoiou o Brexit e criticou a habilidade de Teresa May nas negociações com a UE, crítica renovada após o terceiro fracasso, sendo cada vez mais notória a sua estratégia de oferecer ao Reino Unido acordos bilaterais após a saída[7].

May aprovou um acordo com a UE sobre as condições da saída – o qual deveria ter acontecido a 29 de Março de 2019, dois anos depois de ter activado o artigo 50.º do Tratado de Lisboa, que formaliza o processo de abandono da UE e acaba com as negociações.

PAGAR PELA SAÍDA

Este acordo inclui um montante a pagar pelo Reino Unido à UE pela saída, a definição pormenorizada do que seria um "período de transição" entre aprovar a saída e a sua total concretização, assim como a garantia que não existiriam fronteiras rígidas entre as duas Irlandas após o Brexit, embora não parecesse um acordo sobre o tipo de relações. Depois da saída do Reino Unido da UE, a única fronteira terrestre entre os dois territórios será a das duas Irlandas. Com o governo de T. May a saída foi adiada duas vezes, depois de o Parlamento ter rejeitado as condições acordadas com Bruxelas, o que pressionou a data de 31 de Outubro como a da concretização do Brexit.

"LONDONGRADO ... UMA LAVANDARIA GIGANTESCA PARA BRANQUEAR DINHEIROS DE ORIGEM CRIMINOSA" (WILL STEWART, SYDNEY MORNING HERALD, 2010)

Embora Boris Johnson, o sucessor de T. May, tenha introduzido mudanças nas negociações do *backstop* e as faça aparecer como o centro das negociações, propondo uma fantasiosa nova Irlanda do Norte e alfândegas electrónicas cobrindo a fronteira, sendo importante, o que está em jogo verdadeiramente é o futuro da City, ou seja, saber se o papel de Europa na economia mundial estará baseado na capacidade industrial do eixo franco-alemão, ou se as finanças necessárias a esse projecto serão drenadas pela City, o centro das finanças mundiais e

eixo do *sistema económico offshore internacional*. Durante as negociações, Londres tem adequado as normas de alguns territórios ultramarinos às exigências de Bruxelas, mas não as mais significativas e com mais fortes laços financeiros e institucionais (ilhas Caimão e Virgens Britânicas) nem as "dependências da coroa" (ilhas do Canal). Estará a *City* forçando uma aliança com Manhattan para criar um "Sistema Económico *Offshore* Global"? Uma espécie de aliança anglo-saxónica revisitada, o "Trumpity-Brexity World" (Shaxson, 2010) à custa do sector industrial e do nível de vida da população?[8]

Estas notas começaram a ser redigidas em 2018 e estavam prontas em Novembro de 2019. Johnson tinha previsto uma saída "vivo ou morto" a 31 de Outubro deste ano de 2019. Das conversações com a UE obteve um novo acordo transitório prolongando a data até 31 de Janeiro 2020, que devia ser aprovado pelo Parlamento. Esse acordo provisório previa[9]:

1) como pagaria o Reino Unido o montante exigido pela UE (39 biliões euros);
2) que a UE aceita a saída do Reino Unido e define um período de transição;
3) um protocolo para definir os termos de regulação das fronteiras das duas Irlandas e os custos e aspectos burocráticos que deverão enfrentar as empresas com essa fronteira;
4) a definição das áreas em que continua vigente a acção do Tribunal de Justiça da UE e um acordo sobre os âmbitos de aplicação das leis britânicas;

LONDRES É UM CENTRO MERCANTIL E DISTRIBUIDOR MUNDIAL, PRAÇA FINANCEIRA E MARÍTIMA HISTÓRICA, COM EXPERIÊNCIA ACUMULADA, CONHECIMENTOS E PROFISSIONAIS NUMA LÍNGUA UNIVERSAL, QUE ESTABELECE A PONTE ENTRE A EUROPA, AS AMÉRICAS E A ÁSIA

5) uma vaga declaração sobre os direitos dos emigrantes, ponto forte das intenções políticas de Johnson;
6) a intenção de que, não havendo acordo no prolongamento, o Parlamento Britânico não poderá mudar os termos do acordo;
7) a criação de uma autoridade independente onde os cidadãos europeus poderão apresentar queixas sobre o tratamento que o Reino Unido lhes aplica;
8) que numa série de áreas, sobretudo respeitantes à Irlanda do Norte, fosse concedido aos ministérios a capacidade de mudar as leis sem a participação do Parlamento (!).

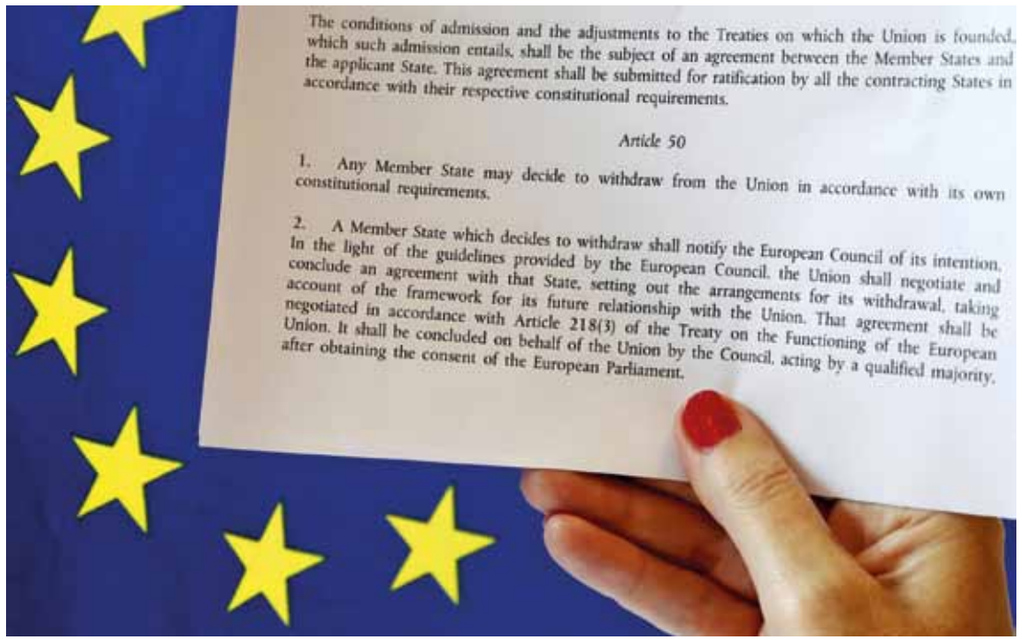
A 29 de Outubro, os deputados não aprovaram este acordo mas Johnson não se demitiu e, numa tentativa de mudar a correlação de forças no Parlamento, provocou novas eleições que se realizaram a 12 de Dezembro deste mesmo

ano de 2019. Dessas eleições resultaram cinco alternativas[10]:

1) a 31 de Janeiro acontece o Brexit sem acordo ou...
2) ... há Brexit no estado atual dos acordos..;
3) ... ou, em alternativa, cancela-se o Brexit;
4) ... ou realiza-se um novo referendo, ainda que seja possível...
5) ... iniciar um outro ciclo de negociações.

MERCADOS SEM ACORDO

Brexit sem acordo significa que a 31 de Janeiro 2020 o Reino Unido abandona unilateralmente a UE, o que o partido do Brexit chama de "Brexit de rutura limpa". Isto significa que de imediato deixam de poder ser utilizados os acordos facilitadores do comércio: o Mercado Único e a União Aduaneira. Sobre isto, as opiniões de políticos, economistas e empresários dividem-se acerca dos danos que pode causar na economia. O Reino Unido importa 30% de seus alimentos da UE e 10% do resto do mundo. Por sua parte, a UE deverá aplicar tarifas alfandegárias aos produtos provenientes do Reino Unido, perdendo estes competitividade; os portos, como o de Dover, sofrerão engarrafamentos para controlo do transporte; o sector financeiro perde também as garantias de acesso ao mercado comum europeu; os cidadãos britânicos também são afectados. O Reino Unido passa a



Direitos Reservados

Direitos Reservados

seguir as normas da Organização Mundial de Comércio e a tentar negociar acordos de livre comércio país a país.

Cancelar o Brexit significa revogar o artigo 50.º do Tratado de Lisboa, que regula a saída de um Estado da UE, que só seria possível com outro governo. T. May accionou este artigo em Março 2017, o que lhe concedeu dois anos, que foram já por duas vezes estendidos. Na prática, ganha-se tempo de negociação, mas não está claro quem revoga o artigo, se o primeiro-ministro, unilateralmente, ou por acordo do parlamento, embora a Tribunal de Justiça da UE tenha estipulado que deva ser segundo um processo democrático, de acordo com os requerimentos constitucionais do país, ou seja, com a aprovação do parlamento. O Partido Liberal declarou que se ganhasse as eleições, com maioria no parlamento, revogaria o artigo 50.º e cancelaria o Brexit, mas que aceitaria outro referendo se não obtivesse a maioria.

O Artigo 50.º faz parte do Tratado de Lisboa que define e estabelece os passos a dar quando um país decide abandonar a UE. Foi activado por T. May a 29 Março 2017, obtendo um prazo de dois anos para sair da UE, período que foi prorrogado em duas ocasiões. Pode ser revogado unilateralmente, sem consulta aos outros membros da UE, mediante carta ao Conselho Europeu. Neste caso, durante o período de transição, o Reino Unido continua a ser membro da UE, contribuindo inclusivamente para o orçamento comunitário. Mas, segundo o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), não basta o Reino Unido revogar o artigo 50.º, para ganhar tempo de negociação da saída total e legal. A carta deve referir a saída "incondicional e inequivocamente", quer dizer, impossibilitando a reconsideração posteriormente.

O problema reside no facto de não ser consensual quem pode decidir revogar o artigo 50.º - se o primeiro-ministro, unilateralmente, ou se este com acordo do parlamento, ou se a decisão deve partir do parlamento. O TJUE não é definitivo na sua interpretação e só esclareceu que "deve ser decidida por um processo democrático e de acordo com as normas constitucionais". O governo do Reino Unido tem o poder, concedido pelas "Prerrogativas Reais", de mobilizar as forças armadas, garantir acordos e alterar tratados internacionais sem consultar o parlamento, mas quando B. Johnson tentou utilizar estas prerrogativas para revogar o artigo 50.º, como já o tinha sido por outras duas vezes, a Corte Suprema qualificou a terceira como ilegal, pelo que deveria voltar ao parlamento.

Depois de Johnson ter utilizado a alternativa interpretativa de enviar a decisão de saída por meio de uma carta, que foi rejeitada, a Corte Suprema forçou-o a recorrer ao parlamento para obter a extensão do prazo e travar assim a saída sem acordo.
Outro referendo significa adiar o Brexit e conta com o apoio do Partido Trabalhista e dos Verdes, assim como do Grupo Independente para a Mudança e outros Grupos organizados. Também requer legislação especial, seja para confirmar o de 2016, seja para organizar outro, precisando de 22 semanas para a sua confirmação[11]. Outro referendo poderia ter a forma de "confirmar o de 2016", ou de "permanecer ou não" sem opção de "acordo".

PLATAFORMA FINANCEIRA

Em rigor, o Império Britânico deixou de existir, mas o seu invento sucedâneo *offshore* está saudável. O Estado Britânico é o maior criador de centros financeiros *offshore*[12], resultado de uma política consciente do *Foreign & Commonwealth Office* para transformar as ex-colónias em Paraísos Fiscais, formando assim a rede mais extensa e constituindo eles próprios um centro financeiro global[13].
Em 1956, ao mesmo tempo que se preparava o Tratado de Roma para fundar a Comunidade Económica Europeia (CEE, 1957: Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo e a República Federal da Alemanha)[14], a Grã-Bretanha via-se confrontada com uma crise no canal de Suez. Os EUA demarcaram-se do conflito e pressionaram o Reino Unido para abandonar o uso da força militar. Entre outras medidas de carácter político, o governo norte-americano deu início à venda de libras esterlinas no mercado mundial, com o objectivo de desvalorizar a moeda britânica. O governo britânico, a enfrentar uma perda de reservas devido ao financiamento da guerra, respondeu aumentando a taxa de juros para valorizar a sua moeda e reintroduziu as restrições ao seu uso vigentes antes da II Guerra Mundial, restringindo-a em zonas fora do espaço económico britânico. Como consequência, começou a faltar liquidez para o comércio com o ultramar e para o crédito, mas os bancos procuraram fundos de não-residentes e utilizaram a Commonwealth para absorver dólares do Plano Marshall. O Banco de Inglaterra argumentou que não era uma moeda nacional e não a controlou, criando-se um mercado financeiro *offshore* (Fora de, ao largo ..., "Não aqui". "Noutro lugar")[15] na própria *City* de Londres[16].
Em 1957, o Banco de Inglaterra aceitou que uma transacção acordada por duas partes no estrangeiro não é passível de regulação financeira em Londres. Como se realizou "*elsewhere*" (noutro lugar), devia ser regulada "*offshore*". Estava criado o conceito[17]. Deste modo, os bancos da *City* começaram a trasladar "para as ilhas" (do Canal e das Caraíbas) as contas dos seus clientes mais ricos, encobrindo os seus segredos do público, da família e do fisco. Em 1970,

Direitos Reservados

O REINO UNIDO CONTROLA SETE PRAÇAS OFFSHORE NOS SEUS CATORZE TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS: ANGUILA, BERMUDA , ILHAS CAIMÃO , ILHAS VIRGENS BRITÂNICAS (IBV) , GIBRALTAR, TURCAS-E-CAICOS, E MONTSERRAT, ALÉM DAS "DEPENDÊNCIAS DA COROA" NA EUROPA: JERSEY, GUERNSEY E A ILHA DE MAN. VINTE POR CENTO DOS OFFSHORES DO PLANETA SÃO ANTIGAS OU ATUAIS POSSESSÕES BRITÂNICAS

nos territórios ultramarinos das Caraíbas realizavam-se um quinto das operações em "Eurodólares".
Em 1964, os principais bancos norte-americanos abriram sucursais na *City*. Como as transferências destas sucursais com as dependências dos bancos britânicos das Caraíbas não estavam sujeitas às regras do "Decreto de Controlo de Câmbios" de 1947 - do Banco de Inglaterra ("Euromercado") -, nem à obrigatoriedade de reservas e usufruíam de taxas de juro livres, os bancos norte-americanos eram uma "conduta" mais barata, com a vantagem adicional de manter o mesmo fuso horário de Nova Iorque. Em 1980, os activos das sucursais de bancos norte-americanos nos territórios ultramarinos da Grã-Bretanha representavam um terço dos activos desses bancos em toda a América.
Na *City* de Londres há mais bancos estrangeiros do que em qualquer outro centro financeiro e os principais têm a sua sede em Nova Iorque. Nela estão registados um terço dos activos bancários mundiais e mais de um quinto dos passivos. Em Londres são trocados 45% dos derivados, 40% dos créditos internacionais e 35% das divisas internacionais. Londres é também a maior "plataforma financeira" do sistema económico *offshore*[18], servindo de base a metade deles[19].
Três camadas de "centros financeiros *offshore*", como são designados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), constituem esse sistema económico *offshore* centrado na *City* de Londres[20]: As "dependências da coroa", situadas na Europa; os territórios ultramarinos, localizados especialmente nas Caraíbas; e as retaguardas

NA CITY DE LONDRES HÁ MAIS BANCOS ESTRANGEIROS QUE EM QUALQUER OUTRO CENTRO FINANCEIRO E OS PRINCIPAIS TÊM A SUA SEDE EM NOVA IORQUE, ESTANDO NELA REGISTADOS UM TERÇO DOS ACTIVOS BANCÁRIOS MUNDIAIS E MAIS DE UM QUINTO DOS PASSIVOS

Hong Kong e Singapura, criados nos anos de 1960, junto do Brunei; posteriormente Dublin[21], Dubai e Bahrain, na década dos 70, e por fim Gana e Vanuatu, em finais do século XX.
Estas "dependências da coroa" e territórios ultramarinos, mais os antigos territórios do império, como Hong Kong e Singapura, contabilizam 37% das obrigações de todos os bancos mundiais e 35% dos activos. Somados os 21% da *City* de Londres, temos metade do sistema bancário mundial dominado pela economia *offshore* britânica[22], qualquer coisa entre 10 e 17% do PIB nacional e parte fundamental da Balança de Pagamentos. Em 2019, a dívida pública do país era de 87,2% do PIB e o défice em transacções correntes de 3,2%. Cada um destes paraísos fiscais cumpre a sua própria função e está especializado no sistema financeiro internacional. São duas as áreas principais em que podem ser agrupados os ditos ni-

Direitos Reservados

chos que concorrem uns com os outros: as ilhas do Canal mais Dublin, no espaço europeu, e a bacia das Caraíbas, na transferência de fundos americanos[23] (incluindo o dinheiro da droga).

SISTEMA ECONÓMICO *OFFSHORE*

Os 15 maiores paraísos fiscais em 2016, segundo um relatório de Oxfam[24], eram: 1.º- Bermuda, 2.º- Ilhas Caimão, 3.º- Holanda, 4.ª- Suíça, 5º- Singapura, 6.º- Irlanda, 7.º- Luxemburgo, 8.º- Curaçau, 9.º- Hong Kong, 10.º- Chipre, 11.º- Bahamas, 12.º- Jersey, 13.º Barbados, 14.º- Maurícias, e 15.º- Ilhas Virgens Britânicas.
O substancial das fraudes à escala mundial aconteceria por esta ordem: Suíça, Hong Kong, Singapura, Luxemburgo, Ilhas Caimão e Bahamas[25].
O sistema da economia mundial *offshore*, ou "*jurisdições de secretismo*"[26], está sustentado em três pilares: O segredo bancário suíço e as suas contas numeradas (aperfeiçoado na *City*); as leis estaduais norte-americanas (que facilitam a formação de *offshore* internos, ou *onshore* competitivos na atracção de capitais); e a "residência virtual" britânica. O lugar de residência britânico, para fins de tributação de uma empresa, é o sítio onde está a Direcção da empresa da área de libra esterlina, conforme a classificação no "Inventário dos Territórios". Os cidadãos residentes nesta área não estão sujeitos ao controlo das actividades comerciais. Deste modo, os bancos e empresas britânicos podem aceder ao mercado *offshore* da *City* através da

subsidiária, pois são consideradas como não residentes em território britânico. Isto transforma a actividade de uma empresa, registada por exemplo nas ilhas Caimão, num simples acto de registo contabilístico. As antigas colónias britânicas, membros da Commonwealth, contam-se entre as de maior êxito e mais ricas jurisdições *offshore*.

RIQUEZA" NO REINO UNIDO

O coeficiente de Gini para o Reino Unido era 73,2 em 2017, sendo o 4.º mais desigual na Europa e 7.º no mundo (média OCDE 72,8)[27]. Em 2008, início da crise financeira, a riqueza média dos 10% mais ricos era equivalente a 24 vezes a média dos 10% mais pobres[28]. Em 2010, essa diferença tinha aumentado para 100 vezes[29]. A riqueza do Reino Unido provém dos retornos financeiros (14 triliões de dólares para 2017). Em 2018, a riqueza nacional aumentou 62% em comparação a 2008 e os 10% mais ricos possuíam 45% dela, enquanto os 10% mais pobres recebiam 8,7%[30]. Nesse ano, o número dos ultra-ricos (acima de um milhão de dólares) aumentou 1,2% em relação a 2017, ampliando a sua riqueza 2,1% (574.970 pessoas, 2,1 triliões de dólares)[31].

SECTOR FINANCEIRO BRITÂNICO

Algumas investigações internacionais determinam como ponto óptimo da dimensão do sector financeiro quando o crédito privado se situa entre os 90% e os 100% do PIB, a partir do qual a curva de crescimento começa a descer[32]. Outro estudo determinou que na Grã-Bretanha esse ponto atinge uma média de 160% no mesmo período, acrescentando que as finanças aplicam mal os recursos e se têm tornado um fim em si mesmas, de tal maneira que a taxa de investimento nos sectores não-financeiros é a menor da OCDE desde 1997 e a sua produtividade inferior entre 20% e 25% em comparação com a Alemanha e a França[33].

NA ACTUALIDADE, O MERCADO GLOBAL ESTÁ CENTRADO EM TRÊS NÚCLEOS FINANCEIROS QUE COMPETEM ENTRE SI. AS SUAS METRÓPOLES SÃO NOVA IORQUE, LONDRES E HONG KONG

Esta metodologia foi aplicada num estudo recente à situação do Reino Unido, que calculou em 4,5 triliões de libras a perda num eventual crescimento do PIB devido à influência do crescimento espectacular do sector financeiro entre 1995 e 2015, dano equivalente a 250% do PIB, ou 170 mil libras por cada família[34].

Isto acontece porque o sector financeiro dominante atrai com melhores salários a mão-de-obra mais qualificada, afastando-a dos outros sectores económicos, incluindo o governo. O drama sobrevém no momento da crise financeira: a agricultura e a indústria nacionais, que não podem competir com as importações, estão semi-destruídas e não conseguem recuperar com facilidade. Foi o caso da Grã-Bretanha desde a década de 1970 até a crise financeira actual, passando pelas liberalizações e a "política de shock" do governo conservador de Margareth Thatcher: "Desindustrialização", aumento do desemprego e desigualdade na distribuição da riqueza, para o que o Partido Conservador propõe "mais do mesmo ecossistema de relações político-económicas" (uma saída para a frente da rede de satélites ligada a Londres por laços políticos e contratuais, que aprofundasse os cortes na tributação às empresas e à riqueza), ou talvez uma nova aliança anglo-saxónica ao Pirro.

OFFSHORE NORTE-AMERICANO

Os impostos pagos pelas multinacionais norte-americanas noutros países são indeferidos pelo Departamento do Tesouro se forem reinvestidos no exterior. Em 2015, quase metade dos lucros obtidos no estrangeiro por empresas multinacionais norte-americanas não-petrolíferas estavam registados em paraísos fiscais a uma taxa de 7% e a outra metade em países com taxa de 27%[35]. Isto porque no período 1996-2016 mais de metade do investimento directo norte-americano no estrangeiro foi realizado por subsidiárias localizadas, na sua maioria, em paraísos fiscais, aparecendo, para tanto, como investimento em empresas subsidiárias[36]. Em 2012, entre 500 e 700 biliões de dólares foram transferidos para paraísos fiscais através duma rede de mais de 1600 filiais (superior ao PIB da Rússia, da Coreia do Sul e da Espanha), totalizando 11 biliões de dólares em fuga aos impostos[37].

O ESTADO BRITÂNICO É O MAIOR CRIADOR DE CENTROS FINANCEIROS OFFSHORE, RESULTADO DUMA POLÍTICA CONSCIENTE DO "FOREIGN & COMMONWEALTH OFFICE" PARA TRANSFORMAR AS EX-COLÓNIAS EM PARAÍSOS FISCAIS

São três os níveis do sistema *offshore* norte-americano:

1. Federal - em que o Estado oferece um conjunto de isenções tributárias e legislativas atractivas aos dinheiros estrangeiros (!).
2. Estadual. Alguns Estados (Dakota do Sul, Delaware, Florida, Nevada[38] e Wyoming[39]) possuem um leque de garantias *offshore* (não fornecem informação a outros países).
3. Bandeiras de conveniência (Panamá, Libéria) e módicos satélites ultramarinos (ilhas Marshall, ilhas Virgens americanas)[40].

Conforme a Constituição dos Estados Unidos da América, cada estado pode criar leis próprias, exceptuando correios, defesa, moeda, relações externas, segurança interna e Supremo Tribunal de Justiça. Actualmente, 66% das *Fortune* 500, mais de metade das empresas dos EUA[41] e quase 60% das subsidiárias nos Estados Unidos de bancos da União Europeia têm domicí-

lio em Delaware[42]. O estado de Delaware isenta totalmente de impostos as empresas que ali se registem, mas não efectuem actividades no país: o estatuto das "Sociedades de Responsabilidade Limitada", de 1989, permite que sejam criadas "*online*", sem necessidade de declarar a identidade, e a sua actividade e procedimentos podem ser realizadas em qualquer outro lugar do mundo, sem obrigatoriedade de as instalações estarem em Delaware. Os procedimentos do direito das empresas são flexíveis e ágeis.

Em 2016, a presidência Obama propôs um imposto extraordinário de 14% sobre os lucros das empresas multinacionais obtidos no exterior, o que significava 238 biliões de dólares extra no Orçamento de Estado[43]. Segundo a Oxfam, 14 triliões de dólares dessas empresas estariam depositados em paraísos fiscais. À frente de todas elas estaria a *Apple*, que teria desviado 181 biliões de dólares através de três filiais *offshore*; em segundo lugar estaria a *General Electric*, com 119 biliões em 118 filiais *offshore*; em terceiro, a *Microsoft*, com 108 biliões de dólares. Seguir-se-iam, entre as dez primeiras das 1608 subsidiárias, a Pfizer, a Google e a Exxon[44]

Nesse mesmo ano, a *Apple* foi obrigada pela Comissão Europeia a pagar 13 biliões de dólares ao Estado irlandês por fuga aos impostos ("Duplo Irlandês" utilizado pelas empresas norte-americanas para se introduzirem no mercado europeu servindo-se de um convénio com o Estado Irlandês, mas que recorre a empresas *offshore*). O maior centro financeiro da Europa, o *International Financial Services Centre* (IFSC)[45], está sediado em Dublin, um apêndice da *City* criado em 1987 pelo controverso e várias vezes primeiro-ministro Charles Haughey. Em 2016, o total dos seus activos financeiros equivaliam a 18 vezes o PIB da Irlanda[46]. Entre as cem maiores empresas mundiais, 19 estavam sediadas no IFSC, a maioria norte-americana[47], num total de 513, 102 das quais uma empresa-mãe no Reino Unido. Uma vez criado, atraiu 25% do investimento directo norte-americano na Europa, à taxa de 12.5% (165 biliões de dólares, superior ao investimento total norte-americano no Brasil, China, Índia e Rússia juntos). Coagidas pelo governo, sob pressão da Comissão Europeia, têm emigrado para a Ilha de Jersey (US$252 biliões)[48].

A MAIORIA DAS DEPENDÊNCIAS DO REINO UNIDO APRESENTA "ÍNDICES DE SECRETISMO"

Os Estados Unidos aparecem em 2º lugar no grau de secretismo[49], que é encabeçado pela Suíça, mas o Luxemburgo, a Holanda e Malta, e até a própria Alemanha, aparecem entre os 20 primeiros lugares, que também inclui as ilhas de Guernsey (10º), Jersey (18º) e de Man (42º), um refúgio de secretismo para os capitais britânicos. As ilhas Caimão, em 3º, são também lugar de passagem dos capitais norte-americanos para o Reino Unido e de bancos britânicos para os Estados Unidos[50].

CONCLUSÃO:

O Reino Unido lidera as finanças europeias e, em concorrência com Nova Iorque e Tóquio, também as mundiais. Este mercado financeiro é a principal fonte de capitais para expandir as empresas multinacionais; por ele passam 85% dos seguros bancários. O Reino Unido foi também avaliado como um dos dez países menos corruptos do planeta[51], mas a "*Tax Justice Network*" considera o Reino Unido e as suas dependências como uma só entidade e Londres como o centro de uma trama mundial de secretismo - não uniforme, mas protectora de clientes não residentes -, **o principal centro *offshore* mundial**.

Na conferência "Brexit and the Future of Tax Havens", John Christensen, presidente da *Tax Justice Network*, chamou a atenção para a estratégia de "Singapura no Tamis"[52], citando as declarações do Chanceller Philip Hammond, na versão em inglês do jornal alemão *Welt am Sonntag*, nas perguntas sobre as relações com os Estados Unidos e a concretização do BREXIT[53].

A maioria das dependências do Reino Unido apresenta "índices de secretismo" que as tornam vulneráveis ao serem utilizadas na evasão fiscal e na lavagem de dinheiro[54]. A engenharia financeira tem levado o Reino Unido à sua "financiarização" e consequente "desindustrialização", à regressão na distribuição do rendimento e, finalmente, à perda de "competitividade" mundial e de capacidade para se associar ao esforço produtivo da União Europeia. Ultrapassado o ponto óptimo da contribuição das finanças para o crescimento e enfrentando a política comunitária de "justiça tributária", o Partido Conservador, o braço político da *City* de Londres, tenta desligar-se destas "forcas caudinas", aprofundando a via *offshore* para, posteriormente, ensaiar uma aliança com os Estados Unidos.

*Licenciado em Economia no Chile ,PhD em Economia na Alemanha e França, docente e investigador em Universidades portuguesas (Algarve, Lisboa, Coimbra e Porto), consultor da UE

1 "Guerreiros silenciosos da globalização" (SHAXSON, N., Treasure Islands, op. Cit., p.24)

2 Palan et. al., op. cit., p. 120. "Os Britânicos, sem o saber, inventaram empresas de residência "virtual" e o Euromercado. Os Estados Unidos, mais deliberadamente, inventaram desregulação competitiva".

3 SHAXSON, op.cit., p. 15.

4 PALAN et.al. 2010, p. 11, SHAXSON, p. 15 e 318. "Em meado de 2008, os bancos localizados no Reino Unido possuíam 21.1% dos ativos bancários internacionais e 21.5% das obrigações bancárias internacionais nos seus livros", PALAN et.al. 2010, p. 149, itálicos nossos.

5 Com uma participação de quase dois terços do eleitorado, incluindo todos os municípios e regiões administrativas, mais de dois terços destes votaram "Sim" à pergunta sobre a participação do Reino Unido na Comunidade Europeia.

6 Ao início da II Guerra Mundial, a taxa de câmbio da Libra em relação ao dólar era de 4.03 dólares por libra. Em 1946, a Grã-Bretanha aderiu ao FMI com essa cotização. Em 1949 a Libra esterlina desvalorizou 30.5% em relação à moeda norte-americana, voltando a desvalorizar 14.3% em 1967, passando a valer 2.4 dólares. Com à desvalorização do dólar em 1971, a taxa de câmbio era de 2.6 dólares por Libra, mas esta adotou uma taxa flutuante num intervalo de 4.5%. Devido a adesão do Reino Unido à Comunidade Económica Europeia, em 1972, primeiro limitou a flutuação a 2.25% e depois teve que adotar uma flutuação controlada, o que equivalia a uma desvalorização perante as moedas europeias.

7 The Guardian 14.3.2019 https://www.theguardian.com/us-news/2019/mar/14/trump-brexit-theresa-may-uk-criticism-talks-latest-news

8 Durante a crise da Bolsa de Viena de 1872, Inglaterra aliou-se a França e Rússia para tentar absorver a Prússia e depois com os

Estados Unidos para parar o expansionismo da armada alemã no Pacífico. Os resultados são conhecidos. Depois, durante a crise da Bolsa de Viena da década de 1920, esta foi apoiada pelo capital inglês, financiado pelo norte-americano, para ajudar o grupo Rothschild engolir Alemanha.... Duas guerras mundiais e o poderio norte-americano substituindo o capital financeiro britânico.
9 https://www.bbc.com/news/uk-politics-50125338
10 https://www.bbc.com/news/uk-politics-49004486
11 https://www.bbc.com/news/uk-politics-48511379
12 PALAN, 2010: 124-125.
13 PALAN, 2010: 38-41.
14 Uma cooperativa de países ganhadores e perdedores da 2ª GM (encetada como guerra de sistemas pelo Reino Unido, resultou numa guerra de impérios e acabou num movimento de libertação) que tentam reconstruir um espaço económico.
15 MURPHY, 2017: 69.
16 O ponto fulcral para determinar a dedução de impostos britânicos duma empresa é o lugar de residência.
17 Palan et. al., op. cit. pgs. 38-39.
18 MURPHY, R., 2017: 120.
19 SHAXSON, 2016: 15.
20 Cf. SHAXSON, 2016.
21 Irlanda e, em particular, o Centro Financeiro Internacional de Dublin, mereceriam uma atenção especial, pelo seu papel na crise da "Dívida soberana" e como "corredor" europeu para os investimentos norte-americanos no velho continente. Elas ficam fora do âmbito e do espaço deste artigo.
22 PALAN, 2010: 11; SHAXSON, 2016: 15 e 318. "Em meado de 2008, os bancos localizados no Reino Unido possuíam 21.1% dos ativos bancários internacionais e 21.5% das obrigações bancárias internacionais nos seus livros", PALAN 2010: 149 (itálicos nossos). Estima-se que em Junho 2009, esta "teia" possuía US$3.2 triliões em depósitos bancários offshore, perto de 55% do total global. Cf. SHAXSON, 2010: 252.
23 PALAN, 2010: 139.
24 SHAXSON, 2018
25 Calculados em 660 biliões de dólares em 2012, mais de um quarto dos lucros brutos das multinacionais norte-americanas, equivalentes a 0.9% do PIB mundial (https://www.taxjustice.net/scaleBEPS/).
26 MURPHY, 2017: 76.
27 LIS, Luxembourg Studies Database. O coeficiente GINI mede entre 0, uma distribuição perfeita, e 1, uma desigual distribuição total, ou seja, quanto mais alto o coeficiente, maior desigualdade no país.
28 Karen Rowlingson, Policy Commission on the Distribution of Wealth inequality: key facts, National Equality Panel 2010.
29 A média do 10% mais pobre era de 4.990 euros e a do 1% mais rico, 2.9 milhões de euros, National Equality Panel 2010.
30 https://www.equalitytrust.org.uk/scale-economic-inequality-uk
31 World Wealth Report 2018, Capgemini, https://www.worldwealthreport.com
32 Como os recursos financeiros crescentes são canalizados através do setor bancário, este recurso escasso é objeto de concorrência no interior do setor industrial, influenciando negativamente a sua capacidade de determinar a taxa de juros.
33 New SPERI report (2018): The UK's Finance Curse? Costs and Processes,http://speri.dept.shef.ac.uk/2018/10/05/uk-finance-curse-report/
34 BAKER, A., EPSTEIN, G., MONTECINO, J., 2018
35 O IRC médio pago pelas empresas nos Estados Unidos ronda os 35%.
36 ZUCMAN, G., WHRIGHT, G. (2018), The Exorbitant Tax Privilege, Working Paper 24983http://www.nber.org/papers/w24983.
37 OXFAM, Still Broken: Governments must do more to fix the international corporate system,https://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications.Entre 2008 e 2014, as 50 maiores pagaram 1 bilião em impostos e desviaram 1.4 para filiais em offshore, ao mesmo tempo que recebiam do estado 11.2 biliões de dólares em empréstimos e garantias ("too big to fail").
38 Além dos casinos, não existe IRS ou IRC nem imposto de herança, só IVA e segurança social baixos.
39 Legislação offshore para a indústria petrolífera.
40 SHAXSON, 2016: 18-21.
41 MURPHY, 2017: 74.
42 Oxfam International© Oxfam International and Fair Finance Guide International March 2017, OPENING THE VAULTS: The use of Tax Havens by Europe's Biggest Banks.
43 Em 2004, a administração Bush tinha permitido repatriar fundos do exterior a uma taxa de 5.25%.
44 https://www.theguardian.com/world/2016/apr/14/us-corporations-14-trillion-hidden-tax-havens-oxfam
45 Nos inícios do milénio, as 400 maiores empresas multinacionais, metade de origem norte-americana, estavam sediadas no IFSC.
46 FINANCIAL STABILITY FORUM (2018), Global Shadow Banking and Monitoring Report: 2017 p.17.http://www.fsb.org/2018/03/global-shadow-banking-monitoring-report-2017.
47 https://www.slideshare.net/PwCFrance/etude-pwc-etude-global-top-100-companies-by-market-capitalisation020615.
48 https://www.bbc.com/news/world-us-canada-41889787
49 Índice de Secretismo Financeiro (2018), TAX JUSTICE NETWORK, https://www.financialsecrecyindex.com
50 McGUIRE, Patrick (2003), "The international banking market", BIS Quarterly Review, Dec. 2003, pp. 13-24.
51 "Transparência Internacional", 2003.
52 https://www.taxjustice.net/2019/01/23/brexit-and-the-future-of-tax-havens
53 "Our relationship with the European Union is more important in scale economically than our relationship with the United States, but we don't have the same kind of security partnership with the European Union"; "I personally hope we will be able to remain in the mainstream of European economic and social thinking. But if we are forced to be something different, then we will have to become something different";https://www.welt.de/english-news/article161182946/Philip-Hammond-issues-threat-to-EU-partners.html
54 CHRISTENSEN, 2019.

MERCADO GLOBAL

Direitos Reservados

Na actualidade, o mercado global centra-se em três núcleos financeiros em competição uns com os outros: Nova Iorque, Londres e Hong Kong. No índice do Global Financial Centres, de 2018, surge em 1.º lugar Nova Iorque, substituindo Londres, que ocupa o 2.º lugar com 2 pontos de diferença em mil. Em 3.º lugar, surge Hong Kong, seguido por Singapura e Xangai. Tóquio está na 6.ª posição, seguido por Sydney, Pequim e Zurique. Depois, em10.º, aparecem Frankfurt, Amsterdão, Viena e Milão. Ou seja, Londres perde a primazia tradicional e a Europa continental fica longe ... mas pode beneficiar da incerteza criada pelo Brexit[1]. No futuro, espera-se que entre os 15 centros financeiros globais mais importantes surja Xangai a encabeçar a lista: Frankfurt em 4.º lugar, seguido por Dublin no 6.º e Paris no 11.º. Londres situar-se-ia no 13.º lugar e Luxemburgo no fim da lista[2]. Também em relação aos 15 maiores centros seleccionados, segundo a área de competitividade, Londres só surge em 1.º lugar no "Ambiente de Negócios" e em 2.º no "Capital Humano", "Reputação" e "Apreciação Geral". Em "Infraestruturas" surge em 3.º lugar, a competir com Hong Kong e Nova Iorque. Para a Europa Ocidental, surge em 1.º lugar Londres, seguido de Zurique, Frankfurt, Luxemburgo e Paris, mas desta vez aparecem os offshore de Jersey e do Mónaco. Nos centros financeiros da América Latina e das Caraíbas, as ilhas Caimão e as Virgens Britânicas aparecem junto de Bermudas, São Paulo e a Cidade do México, como os cinco centros financeiros mais importantes da região.

1 China Development Institute (CDI), Z/Yen, "Global Financial Centers Index", September 2018, GFCI 24. Todos os dados e citações são desta fonte.
2 Frankfurt is definitely winning some business this year and Brexit will continue to help it."(GFCI).

Quem é quem?

No PIB global, os Estados Unidos são seguidos pela União Europeia, à frente da China.

QUADRO 1: PIB (2018)

	USA	UNIÃO EUROPEIA	CHINA
PIB (milhões US$ preços correntes, 2017)	19 390 600	17 308 862	12 014 610
PIB per capita (US$, 2015-2017)	57 831	32 935	8 309

Por países, a ordem é: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá[1].
No PIB mundial, 2/3 corresponde aos serviços, sendo a União Europeia a primeira potência comercial, seguida dos Estados Unidos e a China[2].

QUADRO 2: COMÉRCIO MUNDIAL (2018)

	UNIÃO EUROPEIA	USA	CHINA
Comércio (% PIB, 2015-2017)	19.1	13.4	17.1
Balança Conta Corrente (% PIB, 2017)	2.4	2.4	1.4
Ranking no Comércio Mundial excluído comércio intra União Europeia (Exp/Imp)	2º/2º	3º/1º	1º/3º
Serviços Comerciais Excluído comércio intra-União Europeia (Exp/Imp)	1º/1º	2º/2º	3º/3º

Alemanha ultrapassa o Reino Unido no PIB global, no PIB por pessoa, no comércio por pessoa, na importância do comércio para a geração de riqueza (PIB) e na importância do excedente da Balança Comercial no PIB (que origina a exportação de capitais para, por exemplo, investir em países terceiros).

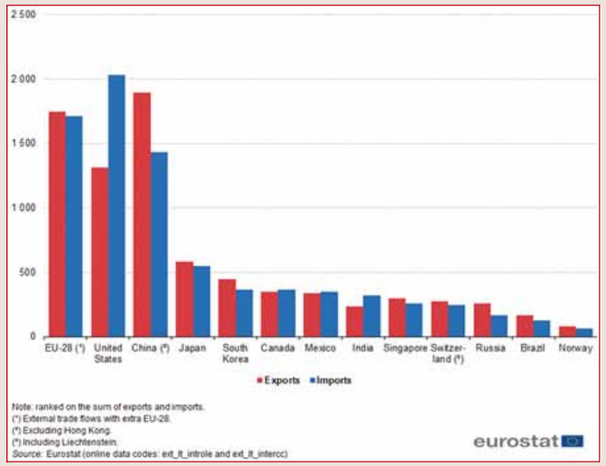
QUADRO 3: PERFIL DO COMÉRCIO (2018)

	REINO UNIDO	ALEMANHA
PIB (milhões US$ correntes, 2017)	2 624 529	3 684 816
PIB per capita (US$, 2015-2017)	41 520	42 721
Balança conta corrente (% PIB 2017)	4.1	8.0
Comércio per capita US$ (2015-2017)	12 119	18 229
Comércio (%PIB, 2015-2017)	29.2	42.7
Ranking no comércio mundial, 2017	**Exp/Imp**	**Exp/Imp**
Comércio (Exp - Imp)	10º 5º	3º 3º
Serviços Comerciais (Exp - Imp)	2º 6º	3º 3º
Participação nas exportações mundiais(%)	6.58	8.17
Por principais serviços % (2017)		
Transportes	10.9	20.7
Turismo	12.6	13.3
Outros serviços comerciais	74.9	60.6
Principais destinos, %	**2016**	**2017**
União Europeia (28)	37	50.3
Estados Unidos	21.4	15.9
Participação nas importações mundiais (%)	4.13	6.34
Por principais serviços % (2017)		
Transportes	14.3	20.6
Turismo	30.2	
Outros serviços comerciais	54.6	48.3
Principais origens	**% (2016)**	**% (2017)**
União Europeia (28)	50	57.9
Estados Unidos	19.4	14.1
Outros serviços comerciais	**milhões dólares**	**milhões dólares**
Exportações	260 333	181.687
Importações	114 552	155.437
Exportações de Outros Serviços Comerciais (2017)	**%**	**%**
Outros serviços empresariais	41.9	47.7
Serviços Financeiros	31	12.9
ICTs*	9.8	20.2
Outros	16.3	19.1

*"Telecommunications, computer, and information services"

Stephanie Lecocq

MAIN PLAYERS FOR INTERNACIONAL TRADE IN GOODS, 2016
(billion EUR)



1 IMF, https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/02/weodata.
2 WORLD TRADE ORGANIZATION, Trade Profiles 2018, https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/trade_profiles18_e.pdf.

UNIÃO EUROPEIA e o Brexit

Julien Warnand

A construção do projecto europeu avançou a uma velocidade e dimensão que não permitiram a solidificação do projecto de construção de uma Europa una e, também, republicana, monárquica, laica, cristã, ortodoxa, católica, protestante, islâmica, judia, neoliberal, social-democrata, nacionalista e europeísta. Por este facto, a construção do projecto europeu entrou em crise, agravada pelo colapso económico-financeiro mundial desencadeado pela falência da Lehman Brothers em 2008, nos Estados Unidos da América

JOSÉ AUGUSTO BAPTISTA

DURANTE MAIS DE QUATRO DÉCADAS foi um objectivo político/económico do capitalismo europeu, com enorme repercussão social, fazer com que florescessem sociais-democracias de sucesso junto dos países comunistas europeus, visando conter a expansão do modelo comunista soviético para o Ocidente. As sociais-democracias nórdicas, assim como a social-democracia na República Federal da Alemanha (RFA), foram filhas pródigas dessa

política de contenção e barragem à expansão do comunismo soviético.
Não vivendo a Europa um conflito bélico declarado, vivia no entanto sob um tenso clima de Guerra Fria.
De acordo com o pensamento de Anthony Giddens, "a CEE/UE foi essencialmente uma criação da Guerra Fria, obtendo, por um lado, a sua identidade por oposição ao liberalismo de mercado americano, e, por outro, por oposição ao socialismo estatal".
Nos anos que antecedem o colapso dos regimes comunistas nos países do Centro e Leste europeu e a implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a adesão de um cada vez maior número de países europeus a um modelo político/económico que procurava a convergência das políticas europeias fora do espaço comunista, representava o sucesso de um modelo de capitalismo social-democrata europeu.
Após 1989 o mundo altera-se profundamente, mas a Europa e a construção do projecto europeu alteram-se mais do que o resto do mundo. Segundo Anthony Giddens, "o ano de 1989 marca uma ruptura, não só na história geral da Europa, mas também na da UE em particular". No epicentro dessa ruptura histórica estão os acontecimentos de 9 de Novembro em Berlim, um gigantesco tremor de terra social e político de dimensão mundial, mas que varreu principalmente o continente europeu.
Após a noite de 9 de Novembro de 1989, com a queda do muro de Berlim, precipitaram-se um conjunto de acontecimentos políticos que resultaram na reunificação da Alemanha, em Outubro de 1990. Os territórios e a população da antiga República Democrática Alemã (RDA) foram integrados na estrutura política da RFA, tornando-se dessa forma parte da Comunidade Europeia (CE).
De certa forma, pode-se afirmar que em vez de seis alargamentos, a União Europeia (UE) teve ao longo da sua história sete alargamentos, se por sétimo alargamento considerarmos a reunificação alemã.

IDENTIDADES EUROPEIAS

A reunificação alemã e a adesão dos antigos países comunistas do Centro e Leste europeu vieram alargar a multiplicidade de identidades europeias, o que conjugado com a prática de uma política neoliberal económico/financeira pela UE, e consequente desmantelamento do modelo de Estado-Social europeu, submeteu o projecto europeu a sucessivas alterações identitárias, que resultaram num teste decisivo à sua capacidade de formar e preservar a identidade.
Na minha opinião, os acontecimentos históricos, sociais e políticos desencadeados pela queda do Muro de Berlim desestruturaram o processo social e precipitaram o avanço do projecto político de construção da EU. No entanto, a existência de um projecto político europeu comum não basta por si só para formar uma identidade colectiva europeia estável.
A construção do projecto europeu avançou a uma velocidade e dimensão que não permitiram a solidificação do projecto de construção de uma Europa una e, simultaneamente, republicana, monárquica, laica, cristã, ortodoxa, católica, protestante, islâmica, judia, neoliberal, social-democrata, nacionalista e europeísta. Por este facto, a construção do projecto europeu entrou em crise, agravada pela crise económico/financeira mundial desencadeada pela falência da Lehman Brothers em 2008 nos Estados Unidos da América (EUA).

FISSURA DO BREXIT

Actualmente, o cenário político e social existente no seio da EU agravou-se ainda mais, sendo vários os factos que comprovam esta afirmação. Entre esses factos, destaco as consequências económicas, políticas e sociais do resultado do referendo realizado em 2016 no Reino Unido sobre a permanência, ou saída do Reino Unido da UE, ou seja, o denominado Brexit.
O Brexit significa uma enorme fissura na estrutura da UE e compromete a continuidade da sua construção. Pela primeira vez na história da construção do projecto europeu um Estado-membro quer sair, o que é agravado pelo importância política, económica, militar e até simbólica do Reino Unido na construção do projecto europeu.
A adesão do Reino Unido à Comunidade Europeia (CE), fez-se em 1973. Tratou-se de uma adesão conjunta do Reino Unido, da República da Irlanda e da Dinamarca e teve uma grande importância histórica, social e política pelo facto de ser o primeiro alargamento da CE, e, simultaneamente, permitir expandir as fronteiras da CE para o Norte da Europa.
Após vinte e dois anos de vida o projecto europeu fortalecia-se com a adesão de três novos Estados-membros, mas com o resultado do referendo de 2016 no Reino Unido, quarenta e três anos após o primeiro alargamento, o projecto europeu enfraqueceu gravemente e iniciou um processo de definhamento que pode conduzir à sua morte social e política.
A resposta política da UE ao Brexit pode até acelerar o processo, se for no sentido errado de dificultar as negociações com o Reino Unido e de criar uma UE a duas, ou mais velocidades, em que no pelotão da frente seguirão os países mais ricos e atrás virão os restantes. Obviamente que semelhante opção política conduzirá ao aumento do fosso económico/social entre os Estados-membros e, consequentemente, irá aprofundar a crise política existente no seio da UE.
Em 2016, o lema adoptado pelo projecto europeu, '*In varietate concordia*',(Unidos na diversidade), ou seja, a convergência da diversidade numa unidade, elemento fundamental para a construção de uma identidade colectiva europeia, sofreu um gigantesco abalo. O risco da UE se fragmentar a médio e longo prazo cresceu exponencialmente.

QUARENTA E TRÊS ANOS APÓS O PRIMEIRO ALARGAMENTO, O PROJECTO EUROPEU ENFRAQUECEU GRAVEMENTE E INICIOU UM PROCESSO DE DEFINHAMENTO QUE PODE CONDUZIR À SUA MORTE SOCIAL E POLÍTICA

Planeta saudável, pessoas saudáveis: É HORA DE AGIR!

A saúde e a prosperidade da humanidade estão diretamente ligadas ao estado do nosso meio ambiente. Apesar do progresso nas políticas de preservação e proteção do meio ambiente, os relatórios indicam que as metas globais para conservar e usar a natureza de forma sustentável não podem ser alcançadas nas trajetórias atuais. O mundo não está no caminho certo para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030, nem mesmo até 2050

CRISTINA B. B. GUERREIRO*

2019 - UM ANO DE RELATÓRIOS fundamentais sobre o estado do meio ambiente, e sobre os recursos no mundo, na Europa e perspetivas futuras. Três publicações de *âmbito mundial* e uma de âmbito europeu analisaram o estado do ambiente e a relação com a sociedade e a economia. Nunca tantos dados das ciências naturais e sociais foram reunidos para fazer uma avaliação detalhada da condição do ambiente à escala global.

Estes quatro relatórios, há vários anos em preparação por centenas de cientistas, baseados em revisões sistemáticas de dados e publicações científicas, servem como base de informação para a tomada de decisões políticas para o desenvolvimento sustentável e para assegurar o bem-estar humano e do planeta a longo prazo.

O primeiro relatório - o sexto "Panorama Ambiental Global" (*Global Environmental Outlook – GEO6*), foi publicado em março de 2019 pela ONU Meio Ambiente -, é a avaliação mais abrangente e rigorosa sobre o estado do meio ambiente dos últimos sete anos, do qual fui uma das autoras responsáveis pelo capítulo sobre a atmosfera.

GEO-6 aborda o principal desafio da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: que ninguém deve ser deixado para trás, e que todos, gerações presentes e futuras, devem ter vidas saudáveis e realizadas. Seguiu-se a publicação do "Panorama dos Recursos Globais" também em março de 2019 pelo Painel Internacional de recursos da ONU Meio Ambiente sobre o estado dos recursos naturais no mundo. Em maio de 2019, a Plataforma Intergovernamental para Biodiversidade e Serviços Ecossistémicos (IPBES, na sigla em inglês) publicou o Relatório de Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistémicos. Finalmente, a publicação principal da Agência Europeia do Ambiente, o relatório "O ambiente na Europa: Estado e perspetivas 2020" (SOER 2020), produzido de cinco em cinco anos, foi lançada em dezembro de 2019.

A mensagem dos quatro relatórios sobre: o estado de continuada degradação do meio ambiente; o ritmo de aceleração da extinção das espécies e

perda de biodiversidade; a urgência de desacelerar as alterações climáticas; e o agravamento da escassez das matérias e recursos naturais necessários para a economia, é alarmante. Os padrões insustentáveis de produção, consumo e de desigualdade, quando combinados com o aumento no uso de recursos que são impulsionados pelo crescimento populacional, colocam em risco a saúde do planeta, necessária para alcançar o desenvolvimento sustentável.

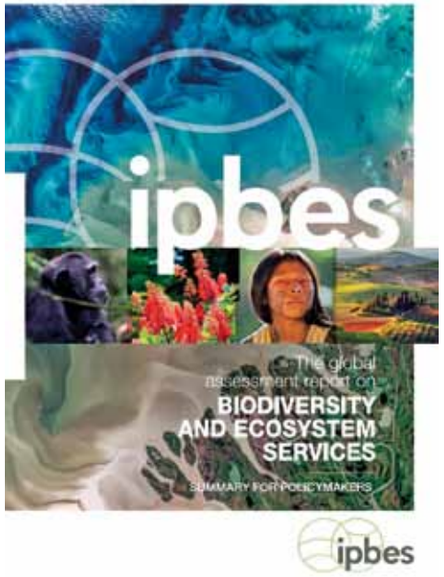
Os relatórios mostram que é necessário mudar a narrativa de que o desenvolvimento económico é um fim em si mesmo que pode ser alcançado a todo o custo. Pelo contrário, a degradação ambiental e a desigualdade social nem são inevitáveis nem justificáveis e representam uma ameaça fundamental para a economia. É altura de pressionarmos o desenvolvimento e a implementação de políticas que encarem de frente estes graves desafios e aproveitem a janela de oportunidade que ainda temos para garantir um futuro justo e saudável para o planeta e para a humanidade!

Relatório *'Panorama Ambiental Global' (Global Environmental Outlook – GEO6)*, da ONU Meio Ambiente

A saúde e a prosperidade da humanidade estão diretamente ligadas ao estado do nosso meio ambiente. Apesar do progresso nas políticas de preservação e proteção do meio ambiente, os relatórios indicam que as metas globais para conservar e usar a natureza de forma sustentável não podem ser alcançadas nas trajetórias atuais. "O mundo **não** está no caminho certo para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, nem mesmo até 2050". O relatório da ONU, GEO6, alerta para o facto de os danos causados ao planeta são tão desastrosos que a saúde das pessoas estará cada vez mais ameaçada se não forem tomadas as indispensáveis ações urgentes. Como disse Robert Watson, presidente da IPBES, "*estamos a erodir os alicerces da economia, os meios de subsistência e segurança alimentar, da saúde e qualidade de vida em todo o mundo*". Ações urgentes são necessárias agora, uma vez que qualquer atraso aumenta os custos e diminui a probabilidade de vir a alcançar os ODS e as metas do Acordo de Paris para controlar as alterações climáticas.

IMPULSIONADORES DA DEGRADAÇÃO

A Agência Europeia do Ambiente também conclui no seu relatório SOER 2020 que "a Europa não atingirá os seus objetivos para 2030 sem medidas urgentes nos próximos 10 anos para fazer face ao ritmo alarmante da perda de biodiversidade, ao aumento dos impactos das alterações climáticas e ao consumo excessivo de recursos naturais". No entanto, o relatório afirma que há motivos para ter esperança, no contexto atual de maior sensibilização dos cidadãos para a necessidade de uma transição para um futuro sustentável, de inovações tecnológicas, de crescentes iniciativas comunitárias e de reforço da ação da União Europeia, como, por exemplo, o novo Pacto Ecológico Europeu.A Europa não atingirá os seus objetivos para 2030 sem medidas urgentes nos próximos 10 anos para fazer face ao ritmo alarmante da perda de biodiversidade, ao aumento dos impactes das alterações climáticas e ao consumo excessivo de recursos naturais. O último «Relatório sobre o estado do ambiente», da Agência Europeia do Ambiente (AEA), publicado hoje, afirma que a Europa enfrenta desafios ambientais de escala e urgência sem precedentes. No entanto, o relatório refere que há motivos para ter esperança, num contexto de maior sensibilização dos cidadãos para a necessidade de uma transição para um futuro sustentável, de inovações tecnológicas, de crescentes iniciativas comunitárias e de reforço da ação da UE, como o Pacto Ecológico Europeu. A Europa não atingirá os seus objetivos para 2030 sem medidas urgentes nos próximos 10 anos para fazer face ao ritmo alarmante da perda de biodiversidade, ao aumento dos impactes das alterações climáticas e ao consumo excessivo de recursos naturais. O último «Relatório sobre o estado do ambiente», da Agência Europeia do Ambiente (AEA), publicado hoje, afirma que a Europa enfrenta desafios ambientais de escala e urgência sem precedentes. No entanto, o relatório refere que há motivos para ter esperança, num contexto de maior sensibilização dos ci-



Relatório '*Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistémico*' da Plataforma Intergovernamental para Biodiversidade e Serviços Ecossistémicos

dadãos para a necessidade de uma transição para um futuro sustentável, de inovações tecnológicas, de crescentes iniciativas comunitárias e de reforço da ação da UE, como o Pacto Ecológico Europeu. A Europa não atingirá os seus objetivos para 2030 sem medidas urgentes nos próximos 10 anos para fazer face ao ritmo alarmante da perda de biodiversidade, ao aumento dos impactes das alterações climáticas e ao consumo excessivo de recursos naturais. O último «Relatório sobre o estado do ambiente», da Agência Europeia do Ambiente (AEA), publicado hoje, afirma que a Europa enfrenta desafios ambientais de escala e urgência sem precedentes. No entanto, o relatório refere que há motivos para ter esperança, num contexto de maior sensibilização dos cidadãos para a necessidade de uma transição para um futuro sustentável, de inovações tecnológicas, de crescentes iniciativas comunitárias e de reforço da ação da UE, como o Pacto Ecológico Europeu. A Europa não atingirá os seus objetivos para 2030 sem medidas urgentes nos próximos 10 anos para fazer face ao ritmo alarmante da perda de biodiversidade, ao aumento dos impactes das alterações climáticas e ao consumo excessivo de recursos naturais. O último «Relatório sobre o estado do ambiente», da Agência Europeia do Ambiente (AEA), publicado hoje, afirma que a Europa enfrenta desafios ambientais de escala e urgência sem precedentes. No entanto, o relatório refere que há motivos para ter esperança, num contexto de maior sensibilização dos cidadãos para a necessidade de uma transição para um futuro sustentável, de inovações tecnológicas, de crescentes iniciativas comunitárias e de reforço da ação da UE, como o Pacto Ecológico Europeu.

Relatório '*Panorama dos Recursos Globais*' do Painel Internacional de Recursos da ONU Meio Ambiente

Os principais impulsionadores da degradação do meio ambiente são: o crescimento da população humana (9 a 10 mil milhões até 2050); a urbanização (6 a 7 mil milhões de pessoas a morar em cidades até 2050, dos quais 2 a 3 mil milhões em bairros da lata); o desenvolvimento económico (necessário para erradicar a pobreza e a fome, mas a aumentar o consumo e a extração de recursos); a mudança tecnológica (que pode melhorar a produtividade agrícola e outras, mas também pode aumentar a poluição e os resíduos); e alterações climáticas (aumento da temperatura e nível do mar, acidificação dos mares, secas e cheias mais frequentes).

Embora a urbanização esteja a acontecer globalmente a um ritmo sem precedentes, também pode apresentar uma oportunidade para aumentar o bem-estar dos cidadãos e diminuir a pegada ambiental através de uma governação integrada, planeando o uso da terra e recursos e utilizando soluções naturais e infraestrutura verde para alguns dos desafios urbanos, como por exemplo a adaptação e combate às alterações climáticas. Além disso, o investimento estratégico em áreas rurais reduziria a pressão da migração para as cidades.

Proteger a biodiversidade, isto é: a diversidade de espécies, dentro de espécies e de ecossistemas, é tão importante para a saúde do planeta e dos humanos como combater as mudanças climáticas.

O relatório do IPBES mostra que um milhão de espécies de animais e plantas estarão em risco de extinção dentro de décadas devido ao impacto humano sobre a natureza. Nomeadamente devido a cinco fatores principais:

1) mudanças no uso da terra e do mar;
2) exploração direta de organismos;
3) mudanças climáticas;
4) a poluição;
5) invasão de espécies "estrangeiras".

A taxa atual de extinção de espécies é milhares de vezes superior à taxa média dos últimos 10 milhões de anos. Os atuais esforços para conservar os recursos da Terra não são suficientes. Sem mais medidas para redução de perdas, haverá uma maior aceleração na taxa global de extinção de espécies.

EUROPA NÃO ATINGIRÁ OS SEUS OBJETIVOS PARA 2030 SEM MEDIDAS URGENTES NOS PRÓXIMOS 10 ANOS PARA FAZER FACE AO RITMO ALARMANTE DA PERDA DE BIODIVERSIDADE, AO AUMENTO DOS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E AO CONSUMO EXCESSIVO DE RECURSOS NATURAIS

O problema de perda da biodiversidade não é só um problema de riqueza natural do planeta, é também uma ameaça muito real à nossa segurança alimentar. Muitas variedades locais de plantas e de animais domesticados estão a diminuir, em degeneração ou até a desaparecer. Por exemplo, culturas de plantas silvestres necessárias para a segurança alimentar a longo prazo não estão protegidas de forma eficaz, assim como os "parentes" selvagens de aves e mamíferos domesticados. A redução da diversidade de plantas cultivadas e espécies domesticadas significam que a agricultura será potencialmente menos resiliente às mudanças

climáticas, a pestes e agentes patogénicos. Até 2016, 9% das espécies de mamíferos domesticadas para alimentação humana foram extintas e cerca de 18% das restantes estão ameaçadas.
Embora haja mais alimentos, energia e materiais a serem fornecidos aos humanos, a sua produção põe cada vez mais em causa a capacidade da natureza para os fornecer no futuro. A degradação da terra reduziu a produtividade de 23% da superfície terrestre global. Colheitas mundiais, no valor de 577 mil milhões de dólares por ano, estão em risco de perda de polinizadores. Os fertilizantes usados na agricultura contaminam a terra, o ar e a água, chegando a produzir mais de 245 mil km² de "zonas mortas" nos ecossistemas costeiros. Mais de um terço da superfície terrestre do mundo e quase 75% dos recursos de água doce são agora dedicados à produção agrícola ou pecuária.
O relatório da IPSES aconselha à redução do desperdício de alimentos e à adoção de dietas com menor consumo de carne, tanto em países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento. Isso reduziria a metade a necessidade de aumentar a produção de comida para alimentar uma população global de 9 a 10 mil milhões de pessoas em 2050. Atualmente 33% dos alimentos produzidos são desperdiçados e 56% do desperdício acontece em países desenvolvidos.
O relatório do IPBES também destaca que 75% do meio ambiente terrestre e 66% do ambiente marinho foram significativamente alterados pelas ações humanas. A poluição, nomeadamente a poluição marítima devida ao fluxo anual de 8 milhões de toneladas de plásticos que vão parar aos oceanos, está a afetar 44% das aves marinhas, 43% dos mamíferos marinhos e 86% das tartarugas marinhas. A poluição por plásticos e microplásticos ocorre em todos os níveis de ecossistema marinho, incluindo peixe e marisco para consumo humano. O seu impacto a longo prazo ainda é desconhecido. Embora este problema tenha recebido cada vez mais atenção nos últimos anos, ainda não há um acordo global para enfrentar o lixo marítimo.

O AR QUE MATA

A poluição do ar é atualmente a causa de 6 a 7 milhões de mortes prematuras por ano no mundo e projeta-se que continue a ter efeitos negativos significativos para a saúde e cause entre 4,5 a 7 milhões de mortes prematuras anualmente até meados do século. Em Portugal, as últimas estimativas da Agência Europeia para o Ambiente são de mais de 5000 mortes prematuras por ano (2017) devido à poluição do ar.
Os recursos naturais, incluindo água doce e oceanos, também são muitas vezes sobre explorados, poluídos e mal administrados. Aproximadamente 1,4 milhões de pessoas morrem anualmente de doenças evitáveis, como diarreia e parasitas intestinais, que estão associados à água potável poluída por agentes patogénicos e saneamento inadequado.
É necessária uma mudança transformadora a uma escala sem precedentes, passando pela formulação estratégica e integrada de políticas de longo prazo, para parar e reverter essa situação e proteger a saúde humana e ambiental, mantendo a integridade atual e futura dos ecossistemas globais. Em vez de dar resposta a questões individuais, como a poluição da água, do ar, etc, as políticas terão que lidar com os sistemas na sua integralidade, tais como energia, alimentação, recursos materiais e resíduos, para poderem ser muito mais efetivas e evitar transferência de impactos de um sector para outro. Por exemplo, um clima estável e ar limpo estão interligados. As ações de mitigação climática para alcançar as metas do Acordo de Paris custariam cerca de 22 biliões de dólares, mas os benefícios de reduzir a poluição do ar poderiam equivaler a 54 biliões de dólares.

Relatório 'O ambiente na Europa: Estado e Perspetivas 2020' (SOER 2020) pela Agência Europeia do Ambiente

Os custos sociais e económicos da inação excedem largamente os custos de ação e estão distribuídos de maneira desigual, sendo frequentemente suportados pelos mais pobres e vulneráveis, inclusive indígenas e comunidades locais, particularmente nos países em desenvolvimento. Os relatórios mostram que são as populações mais pobres e desfavorecidas que estão a sofrer mais os impactos desta economia não sustentável, na forma de poluição, desflorestação e ocupação das terras e atividades mineiras em lugares longe dos olhos das populações mais ricas ou privilegiadas que mantem os padrões de consumo e tendem a ignorar os problemas ambientais, porque não convivem diretamente com os seus impactos.
Felizmente ainda não chegámos a um ponto de irreversibilidade na perda de biodiversidade e degradação dos serviços ecossistémicos essenciais para a qualidade de vida. Se tomarmos decisões agora, em conjunto e de forma coordenada, para promovermos mudanças transformativas integradas, inclusivas e baseadas no melhor conhecimento científico, é possível reverter a velocidade e tendência da degradação. Isso inclui conseguir cumprir as metas do Acordo de Paris, porque as alterações climáticas e acidificação dos oceanos são dos principais impulsionadores da perda de biodiversidade e degradação dos serviços ecossistémicos.
Os estudos também afirmam que a humani-

PUBLICIDADE

VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

dade tem a ciência, a tecnologia e os recursos financeiros de que precisa para fazer a transição para um desenvolvimento sustentável, embora ainda falte apoio suficiente do público, das empresas e de líderes políticos, que continuam a seguir modelos ultrapassados de produção e desenvolvimento. Os relatórios identificam como um elemento-chave de políticas futuras a evolução dos sistemas financeiros e económicos globais, visando a construção de uma economia global sustentável, afastando-se do atual paradigma limitado de crescimento económico. A projeção futura de um planeta saudável com pessoas saudáveis baseia-se num novo modo de pensar, em que o modelo "cresça agora, limpe depois" é substituído por uma economia circular (com uma produção mínima de resíduos) até 2050. Estudos de projeção indicam que investimentos de 2% do Produto Bruto global em produção e atividades económicas sustentáveis, os chamados "investimentos verdes", trariam um crescimento a longo prazo tão alto quanto as previsões atuais mais otimistas, e reduziriam simultaneamente os impactos negativos das mudanças climáticas, escassez de água e perda de ecossistemas.

BONS EXEMPLOS

Há bons exemplos de tratados internacionais para proteger o ambiente com grande sucesso: o Protocolo de Montreal para proteger a camada da estratosférica de ozono e a Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância. Esta última, o mais antigo acordo internacional para a proteção do ambiente, faz este ano 40 anos. Começou como um esforço da Europa e da América do Norte para combater as chuvas ácidas e foi posteriormente alargado ao combate de vários poluentes do ar e dos seus efeitos na saúde, ecossistemas e alterações climáticas. Os resultados das políticas resultantes destes dois acordos internacionais são muito positivos, mas perante o nível de degradação ambiental presente e a ameaça dos efeitos das alterações climáticas e perda de biodiversidade, as políticas de soluções meramente técnicas e incrementais não serão suficientes para resolver a complexidade e escala dos problemas. É necessário um novo paradigma económico, uma transformação de sistemas (energia, alimentação, transporte, etc), por políticas integradas e eficazes que regulem desde o consumo e produção sustentável, melhor gestão e uso mais eficiente dos recursos, gestão integrada de ecossistemas, até à prevenção integrada de resíduos.

Temos conhecimento, engenho e arte, só falta cantá-lo e realizá-lo por toda a parte. Assim o exige a nossa responsabilidade para com as gerações futuras!

*Eng.ª do Ambiente, PhD em química,
Diretora de Investigação do Instituto Norueguês
para a Investigação do Ar (nilu.no),
Autora Coordenadora do relatório 'Global
Environmental Outlook – GEO6' da ONU Meio
Ambiente, e coautora do relatório 'O ambiente
na Europa: Estado e perspetivas 2020' da Agência
Europeia do Ambiente

ATÉ À VITÓRIA FINAL

Como nenhum outro cantou a revolução popular, sempre com o olhar no horizonte em que a vida se mudará pela luta popular em confronto com a força dos poderosos e a pusilanimidade dos democratas de pacotilha que se sentem satisfeitos nos corredores do poder político capturado pelos abutres e vampiros modernos

Rodrigo Antunes, Lusa

NOME MAIOR da música portuguesa

Cantautor morreu aos 77 anos. Nascido no Porto, em 1942, José Mário Branco era considerado um dos mais importantes autores e renovadores da música portuguesa, em particular no período da Revolução de Abril de 1974, cujo trabalho se estende também ao cinema, ao teatro e à ação cultural. Nome que as principais figuras políticas do País evocam com carinho

MÁRIO TOMÉ

O ZÉ MÁRIO BRANCO deu-nos a música da revolução.
Da canção de protesto e resistência com que tantos dos nossos melhores da música popular ajudaram a preparar o 25 de Abril, com o Zé Mário saltou-se para a revolução popular.
Mergulhou-se na dinâmica, sem paralelo no nosso século vinte, na iniciativa e na organização espontânea dos trabalhadores, do povo, que os partidos de direita não conseguiram travar nem com bombas, que os partidos de esquerda se viram aflitos para controlar, que os partidos revolucionários dificilmente conseguiram acompanhar, muito menos dirigir.
A simplicidade da "Ronda do Soldadinho", transformado no "rei do nosso povo", saído da guerra colonial para se encontrar com a revolução popular, confrontou o MFA que não conseguiu entender nem assimilar a força genuína que assegurou as tão proclamadas conquistas de Abril.
O GAC-Vozes na Luta sob a sua direcção, contou a cantar a vida do povo em transformação, com vozes ímpares, elas próprias libertadoras, por vezes com um lirismo que se casava na perfeição com a genuinidade da nossa revolução, única no mundo em redor; refira-se, aliás, e em abono da verdade, a singularidade do Movimento dos Capitães e o seu papel.
O cantar do Zé Mário Branco apontou sempre o antagonismo entre o senhor e o trabalhador, no campo, na cidade, no mar, na fábrica, na própria guerra; entre o explorador e o explorado! Entre o patriarcado e a libertação da mulher!

Rodrigo Antunes, Lusa

Como nenhum outro cantou a revolução popular, sempre com o olhar no horizonte em que a vida se mudará pela luta popular em confronto com a força dos poderosos e a pusilanimidade dos democratas de pacotilha que se sentem satisfeitos nos corredores do poder político capturado pelos abutres e vampiros modernos.
Mas o José Mário Branco também soube confrontar todas as tentativas de controlo político da arte impondo com simplicidade o seu "não sou artista porque sou político; sou político porque sou artista"
Quem quiser reencontrar-se com esses dezanove meses que marcaram a revolução de Abril tem de ouvir o Zé Mário Branco no que ele cantou, orquestrou e dirigiu.
Os Capitães de Abril que, à necessidade real de acabar com a guerra, logo com o fascismo, souberam associar o sonho, decerto encontraram no José Mário Branco o mais genuíno e poderoso inspirador.
"Eu vim de longe, eu vou pra longe, onde nos vamos encontrar" - eis a mais bela das profecias para o "Ser Solidário".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Marcelo Rebelo de Sousa, homenageou o cantor, lembrando que "era um escritor de canções, e um dos mais consensuais músicos portugueses, embora tenha sempre sido um homem de convicções, mais do que de consensos".
"A sua música era trauteada e cantada por pessoas de vários quadrantes políticos, mas aquilo que marcava a sua música era um desejo de mudança profundo, sincero. A música moderna portuguesa deve-lhe não apenas os seus discos, magistrais, mas também aqueles que produziu, o trabalho de todos os artistas que, além do talento que têm, evoluíram e aprimoraram com José Mário Branco a sua voz, a sua dicção, a sua arte, nomeadamente os fadistas. A sua forte consciência política, que se manifestou nas canções, nas tomadas de posição, e, em vários momentos, na militância, não o impediram de contribuir para resgatar um género como o fado de definições e constrangimentos e entendimentos redutores".

OS MINISTROS

O primeiro-ministro, António Costa, lamentou igualmente a morte do músico José Mário Branco, considerando que foi uma figura cimeira da música moderna e da cultura portuguesa.
"É com profunda tristeza que lamento a morte de José Mário Branco, figura cimeira da música moderna e da cultura portuguesa, O primeiro álbum – *Mudam-se os Tempos, Mudam-se as Vontades* (1971) – foi prenúncio da revolução de Abril e de uma obra empenhada e combativa", escreveu António Costa na sua conta pessoal da rede social *Twitter*.
Também a ministra da Cultura, Graça Fonseca, se referiu à morte do músico, dizendo que "resistir, em Portugal, terá sempre um disco

[seu] como banda sonora". Numa mensagem publicada na conta oficial do ministério, na rede social *Twitter*, José Mário Branco é lembrado como um "nome maior da música portuguesa" e uma "voz de luta e de intervenção".

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, manifestou-se consternado com a notícia, considerando que foi um "antifascista", um dos maiores nomes da canção portuguesa e uma "figura ímpar da música de intervenção".

"Foi com grande consternação que acabei de saber do falecimento, aos 77 anos, de José Mário Branco. José Mário Branco é inquestionavelmente um dos maiores nomes da canção portuguesa, num percurso que começou muito antes do 25 de Abril e que durou até aos dias de hoje. E que durará, na verdade, enquanto tivermos memória", escreveu Ferro Rodrigues numa mensagem de pesar enviada à agência Lusa. Como autor, segundo o presidente da Assembleia da República, ficarão de José Mário Branco "álbuns incontornáveis da música portuguesa, como *Mudam-se os Tempos, Mudam-se as Vontades* (1971), *Margem de Certa Maneira* (1973), *FMI* (1982), *Correspondências* (1990) ou *Resistir é Vencer* (2004)".

José Mário Branco foi fundador do *Grupo de Ação Cultural* (GAC), fez parte da companhia de teatro *A Comuna*, fundou o *Teatro do Mundo*, a *União Portuguesa de Artistas e Variedades* e colaborou na produção musical para outros artistas, nomeadamente Camané, Amélia Muge ou Samuel.

FICAM NA MEMÓRIA ÁLBUNS INCONTORNÁVEIS DA MÚSICA PORTUGUESA, COMO *MUDAM-SE OS TEMPOS, MUDAM-SE AS VONTADES* (1971), *MARGEM DE CERTA MANEIRA* (1973), *FMI* (1982), *CORRESPONDÊNCIAS* (1990) OU *RESISTIR É VENCER* (2004)

José Sena Goulão, Lusa

Estudou História nas universidades de Coimbra e do Porto, foi militante do PCP até ao final da década de 60 do século passado e a ditadura forçou-o ao exílio em França, para onde viajou em 1963, só regressando a Portugal em 1974.

Em 2018, José Mário Branco cumpriu meio século de carreira, tendo editado um duplo álbum com inéditos e raridades, gravados entre 1967 e 1999. A edição sucede à reedição, no ano anterior, de sete álbuns de originais e um ao vivo, de um período que vai de 1971 e 2004.

Morreu o mais português dos cantores espanhóis

Cantor, compositor, actor, professor, escritor, basco nascido em Madrid, Patxi Andión cantou em Portugal pela primeira vez há 50 anos. A última vez foi a 18 de Abril de 2019, para comemorar connosco o 45.º aniversário do 25 de Abril. Morreu em Espanha a 18 de Dezembro, abruptamente, num despiste de automóvel. Tinha 72 anos

Actuou em Portugal pela primeira vez em 1969 (no programa Zip-Zip, na RTP) e desde então foi estreitando laços com o país, onde fazia sempre questão de falar português, nas entrevistas e nos concertos. Cantor, compositor, actor, professor, escritor, Patxi Andión celebrou em 2019 cinco décadas de uma carreira com um disco, *La Hora Lobicán*, parte primeira de um díptico que planeava concluir em 2020, com *Profecía*. Morreu a 18 de Dezembro num acidente de viação em Espanha, numa auto-estrada na província de Sória, às 8h55, num despiste do Land Rover que conduzia, segundo noticiou o diário El País.

Direitos Reservados

Patxi Andión foi um cantor da liberdade e por isso teve de se exilar em França para fugir à ditadura de Franco... Daí a sua ligação a Portugal pelo cordão umbilical do 25 de Abril de 1974, a revolução que deu força aos espanhóis para acreditarem que um dia também iriam conhecer a nova madrugada inteira e limpa.

O cantor esteve entre nós a comemorar o 45.º aniversário da nossa Revolução. Os portugueses puderam vê-lo no dia 25 de Abril num espetáculo gravado dias antes no Coliseu dos Recreios. Patxi Andión era uma Amigo de Portugal.

Subiu ao palco do Coliseu, pela primeira vez, em 24 de Março de 1974, depois de ter sido "devolvido" à fronteira por três vezes pela PIDE. Tratou-se de um concerto histórico, com a sala completamente lotada, apenas a um mês do 25 de Abril. "Foi uma coisa incrível, na minha vida", disse ele ao PÚBLICO em 2009, ao recordar o clima do concerto daquela noite. "As duas primeiras vezes que fui para cantar em Portugal, a PIDE levou-me para a fronteira. Então era a primeira vez que eu tinha um concerto grande, em Lisboa. Foi uma noite inesquecível, maravilhosa."

Patxi Andión vai permanecer no coração dos portugueses.

O comandante de covicções inabaláveis

Faleceu no dia 24 de Dezembro de 2019 o comandante António Vieira Nunes. Pertenceu à geração de militares que nos ensinaram a lutar pela democracia e liberdade, deixando sempre explicíta a verdade

Direitos Reservados

O COMANDANTE VIEIRA NUNES era um atento avaliador das sensibilidades progressistas, tendo desenvolvido uma intensa actividade nas iniciativas do Clube Militar Naval e na Dinamização dos Grupos Técnico-Profissionais.

Teve sempre o reconhecimento e o respeito dos que com ele trabalharam, devido às suas elevadas capacidades profissionais, de relacionamento e de tolerância.

Numa comissão de serviço em Macau aprofundou alguns dos seus conhecimentos sobre a arte da política e as regras fundamentais da Teoria da Revolução.

Após o 25de Abril, manteve-se numa postura conduzida por princípios e convicção inabaláveis na defesa da Conquistas da Revolução.

Inteligente e perspicaz, não se deixava levar pelos acontecimentos.

E aqui estamos nós perante um homem que teve a coragem de enfrentar as mudanças deixando-nos com aquela angústia que é não conseguir ressoar em nós como diria Pessoa "a entonação das vozes que nunca ouviremos mais".

Todos temos o nosso próprio cemitério como um cofre inviolável.

Nele arde a memória dos que de alguma forma iluminaram a nossa vida.

Nele entrou o comandante Vieira Nunes que não devemos esquecer

OBRIGADO COMANDANTE!

Prémio Fernando Namora 2018

O Prémio Literário Fernando Namora 2018 foi entregue a 20 de Novembro, pelo Casino Estoril, a várias personalidades do mundo da cultura, entre as quais a Carlos Vale Ferraz, pseudónimo do nosso associado e capitão de Abril Carlos de Matos Gomes

Carlos Vale Ferraz foi reconhecido pelo romance *A Última Viúva de África*, tendo o júri feito menção ao seu primeiro romance *Nó Cego*, publicado em 1987. Na respectiva acta, o Júri referiu que no romance o "*Congo Belga* e *Angola* constituem o eixo geopolítico de acções de guerra e desvarios humanos no qual uma mulher (Madame X) emerge, simultaneamente, como figura de ligação da estória e da História dos anos sessenta no início da guerra nacionalista" e que "a memória da experiência colonial pode ser aterradora".

O Júri desta 21ª edição do prémio, presidido por Guilherme de Oliveira Martins, foi constituído por José Manuel Mendes, pela Associação Portuguesa de Escritores, Manuel Frias Martins, pela Associação Portuguesa dos Críticos Literários, Maria Carlos Loureiro, pela Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Maria Alzira Seixo, Liberto Cruz e José Carlos de Vasconcelos, convidados a título individual, e por Nuno Lima de Carvalho e Dinis de Abreu, pela Estoril Sol.

O prémio é atribuído desde 1989, sendo o primeiro contemplado o escritor João de Melo com o romance *Gente Feliz com Lágrimas*. Desde então tem sido atribuído aos mais conceituados romancistas e poetas de língua portuguesa.

Na cerimónia de atribuição do prémio, Carlos Vale Ferraz realçou a sua felicidade por receber o prémio, ficando associado ao nome de Fernando Namora, "cidadão socialmente empenhado, como alguém que lutou pela liberdade e pela justiça", orgulhando-se, "enquanto capitão de Abril, de ter contribuído, um pouco que seja, para a liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974". E acrescentou que os seus romances procuram "deixar a minha memória e a minha visão do mundo no tempo que me calhou viver, o tempo da ditadura, da questão colonial levada ao extremo do absurdo de uma guerra que em vez de ser o meio de encontrar uma solução para o problema colonial se transformou num fim em si mesmo de manutenção do regime. Foi assim com o meu primeiro romance *Nó Cego* e foi assim com este, *A Última Viúva de África*".

Direitos Reservados

O nosso premiado terminou as suas palavras desta forma: "Nós, os portugueses, somos herdeiros de culturas de dúvida e de razão, grega e latina, desenvolvemos por razões históricas e geográficas uma civilização de abertura ao mundo, de aventura, de descoberta, de encantamento. Cabe aos atuais homens e mulheres de cultura lutarem contra a mesquinhez do provincianismo, mesmo disfarçado de nacionalismo, da estupidez do racismo e da xenofobia, mesmo sob a cobertura de defesa da identidade. Cabe-nos a nós, os escritores, os artistas em geral, desmascarar os falsos profetas, os populistas, os fanáticos dos deuses de certezas. Eu pretendo que o belo que toda a obra de arte almeja não nos iluda dos perigos da realidade".

Todos nós, membros da Associação 25 de Abril, nos sentimos honrados pela distinção atribuída ao nosso sócio Carlos de Matos Gomes, cidadão empenhado e interveniente, frequente participante nas nossas iniciativas, sempre consciente de que só a intransigente defesa dos valores que trazemos do 25 de Abril e das lutas pela Liberdade pode criar a sociedade que procuramos. Felicitamo-lo com muito agrado e com muita veemência.

PUBLICIDADE

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A. Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

BOLETIM

CONVITES

Foram endereçados a esta A25A pelas entidades designadas convites no âmbito dos eventos por si organizados

De carácter cultural, entretenimento, educacionais, publicações e exposições

Chefe de Estado Maior do Exército; Câmara Municipal de Lisboa; Câmara Municipal de Pombal; Câmara Municipal do Seixal; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Grândola; Junta de Freguesia de Santa Catarina; Junta de Freguesia de Quinta do Conde; Associação José Afonso (Aja – Lisboa); Cinemateca; Edições Colibri: Associação promotora do Museu do Neo-Realismo; A Barraca, Encontros Imaginários; Centro de Arte e Comunicação Visual; Teatro da Politécnica, Artistas Unidos; Companhia de Teatro Seiva Trupe; Associação Conquistas da Revolução; Associação Cultural Alagamares; Ângelo Novo; Anozero, Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra; Biblioteca do Exército; Cabana Mad; Organização Amares; Sociedade Nacional de Belas Artes; Casa do Alentejo; Cinemateca; Publicações Coletivo Andorinha; Companhia de Teatro de Almada; Centro Nacional de Cultura, Cultura no Chiado; Fundação Dionísio Pinheiro; Cooperativa de Comunicação e Cultura; Coro Lopes Graça da Academia de Amadores de Música; Missão Diplomática da Palestina; Bombeiros Voluntários de Queluz; Museu Municipal de Alverca; Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja; Chiado Publicações; Edições Sílabo; Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar; Associação Social e Cultural de Almancil; Biblioteca Natália Correia; AOFA, Publicações D. Quixote; Publicações Gradiva; Sociedade de Geografia de Lisboa; Produções Filipe La Féria; Companhia de Teatro de Almada; Rosa de Porcelana Editora; Teatro do Elétrico; Teatro do Vestido; Teatro Nacional D. Maria II; Teatro Politeama;

Homenagens, palestras, debates, cursos e congressos

Câmara Municipal de Grândola; Câmara Municipal de Oeiras; Fundação Friedrich Ebert; Conselho Português para a Paz e Cooperação; A Oficina do Livro; Associação Portuguesa das Mulheres Juristas; Associação APOIAR; Partido Socialista; Câmara Municipal de Gondomar, Liga dos Combatentes; Universidade Lusófona do Porto; ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; Centro de Estudos de Teatro; Movimento Democrático de Mulheres; Espaço T, Associação para apoio à Integração Social e Comunitária; FENPROF, Federação Nacional dos Professores; Fundação AEP; International Club Of Portugal; Sociedade de Geografia de Lisboa; Comité Olimpico de Portugal; Movimento pelos Direitos do Povo Palestiniano e pela Paz no Médio Oriente; Rotary Club de Palmela; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave;

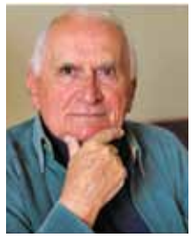
Ao preencherem a Declaração do IRS de 2019, vamos, todas e todos, gerar uma enorme corrente de apoio à Associação 25 de Abril!

Para isso indicamos, seguidamente, as instruções para um procedimento correcto:

11	CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO					
	ENTIDADES BENEFICIÁRIAS					
INSTITUIÇÕES CULTURAIS COM ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA (ART.º 152.º DO CIRS)	X	1103	NIF 5 0 1 3 2 3 4 1 4	IRS X	e	IVA X

Nota: A opção de doar o IVA, também, implica a perda do direito à dedução do respectivo valor

FRUSTRAÇÃO
DAS PRIMAVERAS ÁRABES



PEDRO DE PEZARAT CORREIA

Completaram-se nove anos sobre a data em que o mundo foi surpreendido pelas "primaveras árabes". Supostas revoluções pacíficas num espaço geoestratégico avesso a revoluções, das quais nada resta para além do caos que as gerou e elas agravaram. E ficou a data do seu início, 17 de dezembro de 2010, quando numa pequena cidade da Tunísia, desesperado, se imolou pelo fogo o jovem Mohamed Bouazizi. Foi a chama que incendiou todo o mundo árabe e mobilizou a juventude, um fenómeno que escapava à compreensão que no Ocidente se tem da lógica que rege a dinâmica social na região. Mas que, no fundo, se inscrevia na nova era da globalização

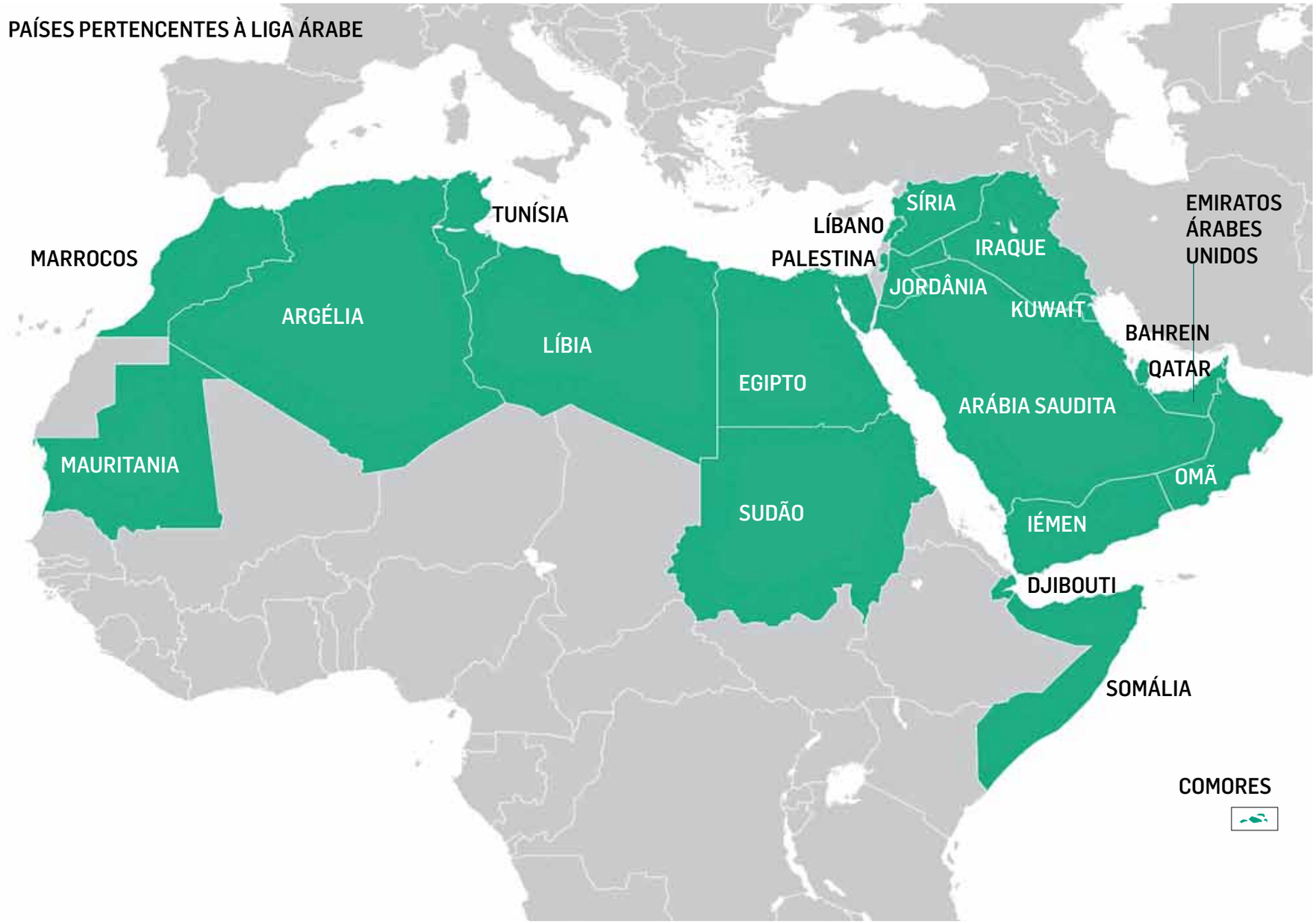
A ERA CONTEMPORÂNEA foi carimbada, na sua génese, pelo presidente dos EUA George H. Bush quando, em 2 de agosto 1990, discursando em Aspen, Colorado, usou pela primeira vez a expressão "Nova Ordem Mundial" (NOM). Quis acentuar a rotura com a velha ordem bipolar da Guerra Fria, anunciando um novo sistema unipolar que traduzisse o quadro da globalização da qual os EUA eram modelo, centro, decisor e juiz.

A NOM está já assinalada por datas de acontecimentos inesperados tornados marcos da nova era: novembro de 1989, com a queda do muro de Berlim, é o fim da Guerra Fria e do sistema bipolar, confirmando os EUA como única hiperpotência do mundo unipolar; setembro de 2001, os ataques da Al Qaeda às Torres Gémeas em Nova Iorque assinalam a emergência do terrorismo como nova ameaça global e deu lugar a indefinições perversas na forma de o enfrentar; dezembro de 2010,o sacrifício de Bouazizi anuncia o que Mathieu Guidére diz que "*[...] será para sempre o ano das revoluções árabes [...]*"[1].

Manuel de Almeida, Lusa

O Norte cristão, com referência geográfica à região que tem o Mediterrâneo como margem sul e, particularmente, a Europa Ocidental, sempre revelou dificuldade em entender, interpretar, analisar, o que se passa no mundo islâmico e no mundo árabe, afinal vizinhos tão próximos com os quais tem séculos de convivência, alternando mesmo relações de domínio e sujeição. A tendência para olhar o que aí se passa à luz dos seus próprios valores, dos seus interesses, das suas referências culturais, radica na hegemonia imperial no último século e no vício de interpretar o mundo numa perspetiva eurocêntrica. Vício que está na base de erros de avaliação, de opções estratégicas fracassadas, de intervenções armadas ruinosas.

Ao contrário, Mathieu Guidère, nascido na Tunísia em 1971, é um qualificado especialista que viveu em países árabes até aos 18 anos, licenciou-se na Sorbonne e em Lyon, adquiriu graus académicos em França, EUA e Suíça, é mestre em estudos árabes, doutor em história



árabe medieval. Especializou-se em movimentos islâmicos, perfis de previsão e estudo de grupos radicais no Centro de Estudos Avançados de Defesa em Washington. Professor de islamologia, ensinou estratégia nas universidades de Toulouse e Genebra e, na Escola Especial Militar de Saint Cyr, dirigiu o Laboratório de Análise de Informações Estratégicas. Tem dezenas de trabalhos publicados, alguns dos quais sobre a Al Qaeda. Com tal currículo, ajuda-nos a compreender estes fenómenos libertos dos preconceitos que condicionam os europeus. O essencial das considerações que se seguem baseia-se no prefácio que, a convite da editora, elaborei para a edição portuguesa do seu livro *O Choque das Revoluções Árabes*.

REVOLUÇÕES ÁRABES

O choque das revoluções árabes foi o impacto da sua perceção, que abalou o mundo. Foi a surpresa, mesmo entre os observadores mais atentos, por verificarem que, afinal, também entre os árabes há quem aspire à liberdade, à dignidade, ao respeito pelos seus direitos fundamentais, quem deseje a paz, a prosperidade, liberta do fatalismo da ditadura. Depois das primeiras manifestações na Tunísia, as movimentações estenderam-se, praticamente, a todos os vinte e dois países da Liga Árabe no espaço de dois meses. Chamaram-lhes revoluções anónimas, apolíticas, anárquicas, libertárias, mas atuais porque conduzidas por jovens instruídos, das camadas intermédias ou mesmo com formação superior e por legiões de desempregados, com grande conhecimento

A CHAVE TRIBAL É TRANSVERSAL A TODO O MUNDO ÁRABE, HAVENDO CASOS EM QUE O PODER DOS CHEFES DE CLÃ OU DE TRIBO SE SOBREPÕE AO DOS GOVERNANTES OU PRESIDENTES FORMAIS

das novas tecnologias da informação. As redes sociais revelaram-se excelentes instrumentos como caixas de ressonância em sociedades estruturadas em clãs e tribos, a cuja interação em rede conferem enorme e rápida capacidade de mobilizadora. Guidère chamou tribalismo virtual, cibermundo revolucionário, *jihad* eletrónica, ao papel que a internet desempenhou nestes movimentos.

A análise eurocêntrica levou a confundir os movimentos árabes com as revoluções europeias dos últimos dois séculos ou com as roturas no centro e leste europeu dos finais do século XX. Erradamente porque, afinal, os jovens árabes não se levantaram para tomar o poder, derrubaram regimes mas não revolucionaram sistemas, sociedades, mentalidades. As revoltas revelaram-se conservadoras, as velhas estruturas, família, clã, tribo, igreja, exército, permaneceram intocadas e delas emergiu o poder de islamitas entre os quais se trava uma luta entre moderados recém-convertidos à democracia e fundamentalistas que recusam modelos ocidentais. Questões libertárias, fraturantes, tabus comportamentais, estiveram ausentes.

Ainda que não por influência direta e em contextos muito diferentes, algumas das características apontadas sugerem paralelismos entre as movimentações de massas do mundo árabe e as heterogéneas mobilizações contestatárias no quadro da atual crise mundial, como o movimento dos indignados, os ocupas de espaços públicos do *Occupy Wall Street* dos EUA, as marchas de desempregados e precários e, mais recentemente, os coletes amarelos em França, as rebeliões na América Latina, Catalunha, Hong Kong. Em relação às contestações na Europa, a diferença principal estará no facto de, para o imaginário dos europeus, os seus movimentos terem presente a memória do maio de 1968 em França, que nada dirá aos jovens árabes. No fundo, são todos reflexos da mesma era da globalização, em que um dos pilares é a informação com a qual o mundo deixou de funcionar em compartimentos estanques.Com poucas exceções todas têm em comum uma incógnita: que alternativa propõem?

Com os resultados verificados nas primeiras eleições na Tunísia, Marrocos, Egipto, e Koweit, dando expressivas vitórias a partidos islamitas, o Ocidente logo esmoreceu a sua euforia inicial com a transição democrática, vindo à tona os vícios de análise dos comentadores e dos políticos europeus no tratamento das questões árabes, desfocadas por prismas deformadores

A ANÁLISE EUROCENTRADA LEVOU A CONFUNDIR OS MOVIMENTOS ÁRABES COM AS REVOLUÇÕES EUROPEIAS DOS ÚLTIMOS DOIS SÉCULOS OU COM AS ROTURAS NO CENTRO E LESTE EUROPEU DOS FINAIS DO SÉCULO XX

talhados nos seus próprios quadros cognitivos, distorcidas da realidade, preconcebidas e preconceituosas. Análises que denunciam o que Guidère chama défice de inteligência cultural, isto é, capacidade de ter consciência e interpretar corretamente os fatores culturais que levam o outro a avaliações e comportamentos distintos e a agir com representações mentais diferentes. Do défice de inteligência cultural resulta, em síntese, a incapacidade para compreender o fator identitário.

Os árabes veem na democracia um decalque do ocidente sem sentido nem expressão prática. Na sociedade árabe subsistem estruturas clânicas ancestrais, a presença abrangente da religião, o estatuto de sujeição da mulher, a hierarquização do poder, o povo sempre o grande ausente da história. O traço dominante das relações políticas, sociais e religiosas é a pertença e dela resulta a obediência, a fidelidade e a subordinação à autoridade do chefe, que nem sempre coincide com o cargo formal ou institucional. A noção de cidadão é vazia de conteúdo porque, através do vínculo de fidelidade, de pertença, o indivíduo está sempre sujeito a outro indivíduo, o grupo está sempre sujeito a outro grupo.

PODER DA TRIBO

Guidère identifica três forças, a que chama chaves, que determinam as relações de poder e a cultura de pertença, de fidelidade e de obediência. São a tribo, onde predominam laços do tipo da família alargada, as forças armadas, cuja coesão assenta em códigos de honra e virilidade, e a mesquita - espaço de reflexão e divulgação ideológica. É nas mãos de uma ou outra destas forças, das suas alianças e oposições, que se encontram as chaves do poder e é através delas e não das instituições públicas ou dos partidos políticos, que se poderá compreender o presente e elaborar uma prospetiva do futuro. A relação entre essas forças assume expressões diferentes de país para país, uma vez que possuem especificidades locais, nacionais ou regionais. Coexistem e confrontam-se em todos os países árabes, umas sobrepondo-se a outras, mas de formas distintas de caso para caso.

A chave militar depende do modelo institucional de cada país. Forças armadas populares de conscrição vigoram na Tunísia e no Egipto. Forças armadas profissionais é o que encontramos na Síria e na Mauritânia. Exércitos tribais e clânicos são paradigmas em países como a Líbia e o Iémen. Exércitos mercenários priva-

dos predominam na Arábia Saudita e nos emiratos da Península Arábica. E há ainda o caso especial da Argélia em que as forças armadas são herdeiras do espírito da Frente de Libertação Nacional (FLN) que lutou contra o domínio colonial francês, conquistou a independência e está, desde então, no poder.
A chave militar predomina na Argélia, que sustentou e venceu uma guerra duríssima contra movimentos islâmicos radicais, na Mauritânia onde, com apoios na chave tribal, as forças armadas são um escudo contra o radicalismo islamita, e no Egipto, onde os militares são poder desde a revolução de 1952 que derrubou a monarquia de Farouk. Depois do susto das manifestações egípcias na Praça Tahrire, dos resultados das eleições que deram a clara vitória à Irmandade Muçulmana e a Mohammed Morsi, o Conselho Supremo das Forças Armadas retomou o poder que de facto sempre deteve, através de uma verdadeira contrarrevolução. Confirma a realidade atrás assinalada, comum a todo o mundo árabe – as eleições, só por si, não são chave da solução. O Ocidente parece querer acreditar que tudo passa por elas mas acaba por aceitar, com alívio, a solução militar.
A chave religiosa, a mesquita, é transversal ao mundo árabe. Muitas vezes, interage com a chave tribal através dos seus líderes que quase sempre são também chefes religiosos, como nas teocracias tribais das petromonarquias da Península Arábica, com destaque para a potência hegemónica que é a Arábia Saudita, a que Guidère chama a "Meca do petróleo" (p. 63).
No Iraque, saído da invasão norte-americana, também predomina a chave religiosa mas aqui

Aris Messinis Lusa

a interação é mais com uma chave étnica do que tribal. No Líbano o sistema político é confessional uma vez que as estruturas do Estado e dos partidos assentam na proporcionalidade religiosa. Marrocos é uma monarquia de direito divino onde o islamismo está em progressão. Na própria Tunísia, a revolução veio dar maior importância aos movimentos islâmicos, logo à chave religiosa, e todas as eleições, efetuadas na sequência imediata das movimentações de 2010 e 2011, deram vitórias aos movimentos islamitas identificados com as correntes mais radicais da Irmandade Muçulmana.

SÍRIA ATÍPICA

A chave tribal é também transversal a todo o mundo árabe, havendo casos em que o poder dos chefes de clã ou de tribo se sobrepõe ao dos governantes ou presidentes formais. A Líbia tem sido, na realidade, uma federação de tribos muitas das quais ainda nómadas. A Jordânia é uma monarquia que se confunde com uma tribo. Na Somália há uma multiplicidade de tribos, clãs e sub-clãs que travam uma guerra anárquica de todos contra todos. A chave tribal predomina também no Iémen, país pobre vizinho das riquíssimas petromonarquias do Golfo cuja pertença à tribo influencia o sistema político e está no centro da guerra civil que perdura desde a unificação do país em 1990, agora exponencialmente agravada pela guerra por procuração entre a Arábia Saudita e o Irão.
A Síria é um caso atípico difícil de catalogar no quadro destas três chaves. É um país onde predomina um mosaico de minorias étnicas e confessionais, no qual só a chave religiosa tem algum significado mas com expressão paradoxal, porque é um Estado laico em cujo poder está uma minoria xiita apesar de a tendência sunita ser a mais representativa. Na complexa rede de minorias cruzadas todos desconfiam de todos, mas tem sido essa desconfiança mútua que tem assegurado a sobrevivência do regime através de alianças e compromissos algo contraditórios.
Acabou por ser palco de uma guerra complexa, a mais longa e devastadora das primaveras árabes, na qual se cruzam interferências externas, quer regionais (Arábia Saudita, Israel, Turquia e Irão), quer das grandes potências (EUA, Rússia e França), quer do terrorismo islâmico organizado (Al-Qaeda e Daesh).
As interferências externas não são exclusivas da Síria. São, aliás, além das chaves enunciadas por Guidère, fatores para se compreender as relações de poder e a conflitualidade no mundo árabe. Essas interferências manifestam-se em dois patamares distintos, ligados entre si mas autónomos: o das potências regionais não árabes - Irão, Turquia e Israel; e o global em que se destacam grandes potências com interesses geoestratégicos no Médio Oriente, nomeadamente relacionados com o petróleo e o gás natural - EUA, Rússia, França e Reino Unido. Muitos dos conflitos no mundo árabe são guerras por procuração em que se combinam e confrontam alianças de potências regionais e globais.
Acresce que é uma região muito sensível às chamadas novas ameaças globais, proliferação nuclear, terrorismo e criminalidade transnacional organizada.

ZONA DE TENSÃO

Enfim, o mundo árabe continua e, provavelmente, continuará, a contribuir decisivamente para que os analistas persistam na classificação do Médio Oriente como uma zona de tensão e conflitos endémica, para muitos a mais violenta do mundo. Como novidade o facto de o povo ter surgido, finalmente mas também fugazmente, como ator na sua própria história. Mas os árabes receiam e desconfiam de revoluções a que atribuem inspiração ocidental, que encaram como um fator de divisão e fragilização dos muçulmanos, o que é paradoxal pois o divisionismo é endógeno e tem sido uma constante histórica das comunidades árabe e muçulmana.
Por agora o poder no mundo árabe continua nas mãos das mesmas três chaves, militar, religiosa e tribal. Porventura mais radicalizadas.
Dezembro de 2019

1 *O Choque das Revoluções Árabes*, Lisboa, Edições 70, 2012, p. 17.

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade |Presidente da direcção: Vasco Lourenço| Director: Martins Guerreiro| Editor: Licínio Lima| Colaborador: José Armando Lopes| Conselho editorial: Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço| Fotografia: Agência Lusa| Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | https://a25abril.pt/ | www.guerracolonial.org |delegação do norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: delnorte@a25bril.pt | delegação do centro Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA | delegação do Alentejo Bairro da Esperança Edificio 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLA Endereço electrónico: a25a.del-alentejo@25abril.org|delegação do Canadá - Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | Edição gráfica: atelier JMRibeirinho www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 69 -10.º - 1350 - 177 Lisboa | impressão e acabamento: NORPRINT

Onde semeamos amor,
cresce futuro.

É tempo de voltar a casa, aos olhares que nos conhecem, aos sorrisos que falam mais que as palavras, às memórias que guardamos para sempre. É tempo de regressar às raízes dos afetos que nos seguram e nos dão o chão onde crescemos para chegar mais longe. É tempo de colher alegrias e semear o novo nos sítios de sempre. É tempo de florescer calor e carinho, encontro e compreensão, porque onde semeamos amor, crescem sorrisos, sonhos e futuro.

A Delta deseja-lhe um Feliz Natal e um 2020 cheio de futuro.

delta-cafes.com

DELTA CAFÉS

PUB

O nosso laranja está cada vez mais verde.

Preocupamo-nos com o ambiente.
Rumo a um futuro sustentável
garantiremos uma frota automóvel
de viaturas 100% elétricas
ou híbridas plug-in até 2023.

Porque não há Planeta B.

montepio.org

Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS. DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681 . Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-062 Lisboa